

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Cristiano Soares Campos

**POLÍTICA E COMÉRCIO: A ATUAÇÃO DE DOMINGOS JOSÉ
DE ALMEIDA, MINISTRO DA REPÚBLICA SUL-RIO-
GRANDENSE E NEGOCIANTE (1830-1850)**

Santa Maria, RS
2016

Cristiano Soares Campos

**POLÍTICA E COMÉRCIO: A ATUAÇÃO DE DOMINGOS JOSÉ DE
ALMEIDA, MINISTRO DA REPÚBLICA SUL-RIO-GRANDENSE E
NEGOCIANTE (1830-1850)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. José Iran Ribeiro

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Campos, Cristiano Soares

Política e comércio: A atuação de Domingos José de Almeida, Ministro da República Sul-Rio-Grandense e negociante (1830-1850) / Cristiano Soares Campos.-2016.
124 p. : 30cm

Orientador: José Iran Ribeiro

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2016

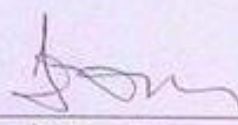
1. Negociantes 2. Domingos José de Almeida 3. Guerra dos Farrapos I. Ribeiro, José Iran II. Título.

Cristiano Soares Campos

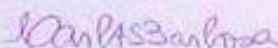
POLÍTICA E COMÉRCIO: A ATUAÇÃO DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA, MINISTRO DA REPÚBLICA SUL-RIO-GRANDENSE E NEGOCIANTE (1830-1850)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

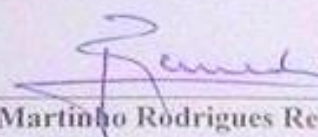
Aprovado em 19 de fevereiro de 2016:



José Iran Ribeiro, Dr.
(Presidente/Orientador)



Carla Adriana Barbosa, Dra. (ETEFGS)



José Martinho Rodrigues Remedi, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

*Para meus pais Cláudio e Beatriz, minha base, meu porto seguro
Para minha amada Aniele, com o amor e a gratidão mais profundos.*

AGRADECIMENTOS

Ao fim de mais esta etapa é imprescindível deixar o nosso agradecimento e reconhecimento aqueles que de forma direta ou indireta colaboraram para este trabalho ser concluído.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Federal de Santa Maria, ao Centro de Ciências Sociais e Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade de realizar esse Curso de Mestrado. Agradeço a todos os professores e funcionários do PPGH-UFSM, em especial a Coordenadora Maria Medianeira Padoin, com quem ainda na graduação comecei a desenvolver o projeto que daria como fruto esta dissertação.

Agradeço também à FAPERGS/CAPES, ao Ministério da Educação e ao Governo Federal pela bolsa de mestrado que recebi durante 24 meses e que foi vital para a realização das pesquisas e viagens acadêmicas, uma vez que, sendo uma universidade do interior, a consulta aos arquivos distantes da sede principal torna os custos maiores. Assim, não receber bolsa teria inviabilizado parte deste trabalho. Muito obrigado!

Agradeço também ao Prof. Dr. José Iran Ribeiro, pelo aceite em orientar este trabalho e por todo período em que trabalhamos juntos. Do mesmo modo, agradeço pela sua confiança, sugestões e a autonomia que me foi concedida durante as pesquisas e execução deste trabalho.

Da mesma forma, agradeço à Profa. Dra. Valentina Ayrolo pelas orientações e acolhida que me foi concedida durante minha Mobilidade Acadêmica, na Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata/Argentina.

Agradeço também aos professores Doutores Carla Adriana Barbosa e José Martinho Rodrigues Remedi, por aceitarem fazer parte da banca examinadora, e ao Professor Doutor Luís Augusto Ebling Farinatti por ter participado do exame de qualificação. Sem dúvidas o debate proposto, e as arguições levantadas por estes serviram para amadurecer e enriquecer esta pesquisa.

Agradeço a Profa. Dra. Carla Menegat por ter me cedido o inventário de Domingos José de Almeida, além de outras matérias sobre este que foram fundamentais para a formação teórica deste trabalho.

Aquelas pessoas que não mediram esforços para que eu concluísse mais esta etapa, que sempre acreditaram no meu potencial e me estimularam para que mesmo nos

momentos mais difíceis eu jamais desistisse: meus pais, Cláudio Campos e Eva Beatriz Soares Campos, os quais sempre serão meu referencial. Agradeço também a minha tia Iolanda por ser minha “segunda mãe”, e minha irmã Juliana e sua família. Agradeço também a minha noiva Aniele, por ser meu braço direito, minha companheira, e estar presente comigo em todos os momentos. Saibas que além de tudo, és referência para mim, seguirei te escolhendo pelo resto dos meus dias, te amo! Para estes tenham sempre a certeza de que com vocês aprendi valores que seguirão comigo para toda a vida. Não existem palavras com as quais eu consiga expressar o sentimento de gratidão, admiração e carinho que tenho por vocês. Tenham a certeza de que cada parágrafo deste trabalho, e de muitos outros que ainda estão por vir, tem a sombra de suas presenças, e é a vocês a quem dedico.

Aos queridos amigos Leonardo Poltozi Maia, Alessandro de Almeida Pereira, Matheus Luís da Silva, Pablo Dobke, Thiago Moreira Aguiar, Bruna Lima e Monica Rossato. Todos vocês me mostraram que o trabalho em equipe enobrece, agrega e qualifica nossa pesquisa, tenham a certeza que parte desse trabalho tem um pouco de cada um de vocês.

Por fim, Aos técnicos administrativos, aos funcionários dos arquivos e das bibliotecas, a todas as pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente na realização deste trabalho.

“[...] a definição de poder não pode ser separada da organização de um campo onde agem forças instáveis e que estão sempre sendo reclassificadas. Novamente, o poder (ou certas formas de poder) é a recompensa daqueles que sabem explorar os recursos de uma situação, tirar partido das ambiguidades e das tensões que caracterizam o jogo social”

(Jacques Revel. *A história ao rés-do-chão*.
In: Giovanni Levi. *A herança imaterial*).

RESUMO

POLÍTICA E COMÉRCIO: A ATUAÇÃO DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA MINISTRO DA REPÚBLICA SUL-RIO-GRANDENSE E NEGOCIANTE (1830-1850)

AUTOR: Cristiano Soares Campos

ORIENTADOR: José Iran Ribeiro

A presente dissertação de Mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, integrando a Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” e contou com auxílio de bolsa FAPERGS/CAPES. O objetivo deste trabalho foi investigar como a trajetória política e comercial de Domingos José de Almeida construída no Império Brasileiro entre 1830 a 1850, período em que o mesmo ocupou altos cargos políticos no Rio Grande do Sul, como os de Vereador, Deputado Provincial e Ministro da Fazenda. Para isso, investigamos a partir do matrimônio com Bernardina Barcelos as possíveis razões do matrimônio e as relações de compadrio criadas a partir da união, como Domingos José de Almeida ascendeu socialmente como charqueador e se inseriu a vida política local na região de Pelotas. Almeida fez parte do grupo de revoltosos que deflagrou a revolta dos Farrapos em 1835 e desempenhou atividades no Estado farrapo. Interessa-nos também como e quais eram as redes de negócios que Almeida se inseriu durante e depois da revolta, observando a relação existente entre rio-grandenses e seus vizinhos platinos nos negócios. Por fim examinamos a atuação de Domingos José de Almeida nos últimos anos da Guerra dos Farrapos e ao final do conflito como o ex-Ministro da Fazenda encontrava suas finanças e quais estratégias utilizadas para reaver os investimentos na República Rio-Grandense. Trabalhamos na perspectiva da história política utilizando-nos de fontes como o inventário de Domingos José de Almeida, correspondências, periódicos, certidões de transmissões e notas, Atas da Câmara Municipal, entre outros. A pesquisa pretende compreender quanto a dinâmica das relações políticas e comerciais na trajetória de Domingos José de Almeida, características que, talvez, também podem ser atribuídas aos comerciantes daquele contexto tumultuado.

Palavras-chave: Negociantes; Domingos José de Almeida; Guerra dos Farrapos.

ABSTRACT

POLICY AND TRADE: THE PERFORMANCE OF DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA MINISTER OF REPUBLIC SUL-RIO-GRANDENSE AND DEALER (1830-1850)

AUTHOR: Cristiano Soares Campos

ADVISOR: José Iran Ribeiro

This Master's thesis was developed at the Graduate Program in History at the Federal University of Santa Maria, integrating the research line "Integration, Policy and Society" and had scholarship aid FAPERGS / CAPES. The objective of this study was to investigate how the political and commercial trajectory of Domingos José de Almeida built in the Brazilian Empire between 1830-1850, during which it has held senior political office in Rio Grande do Sul, as the Councillor, Provincial and Minister Deputy of Finance. For this, we investigated from the marriage with Bernardina Barcelos possible reasons of marriage and relationships crony created from the union, and Domingos Almeida Joseph ascended the social ladder as charqueador and entered local politics in Pelotas region. Almeida was part of the insurgent group that sparked the revolt of the Patches in 1835 and played in activities rag State. Also interested in how and what were the business networks that Almeida was inserted during and after the uprising, noting the relationship between Rio Grande and its neighboring platinum business. Finally we examine the performance of Domingos Jose de Almeida in recent years of the War of Tatters and the end of the conflict as the former Minister of Finance found your finances and what strategies used to recover investments in riograndense republic. We work from the perspective of political history using the sources such as inventory Domingos José de Almeida, correspondence, journals, notes and certificates transmissions, Minutes of the City Council, among others. The research aims to understand how the dynamics of political and trade relations in the path of Domingos José de Almeida, characteristics that perhaps can also be attributed to traders that tumultuous context.

Key words: Dealers; Domingos José de Almeida; War of Farrapos.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa da localização de Pelotas, Montevideu e Buenos Aires, principais centros produtores de charque na América do Sul na Primeira metade do século XIX.....57
- Figura 2 – Mapa da área estimada de dominação farroupilha em meados de 1838.....61

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Convites de compadrio feitos por Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos.....	123
Anexo B - Convites de compadrio recebidos por Domingos José de Almeida.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AAHRGS – Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BPP – Biblioteca Pública Pelotense

CV – Coleção Varela

CDBGS - Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva

IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1.	30
UM TROPEIRO NA VILA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA: O MATRIMÔNIO, A ASCENSÃO SOCIAL E O INÍCIO NA VIDA POLÍTICA DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA NO TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE.....	30
1.1. A família como base: o núcleo familiar e a importância deste para a ascensão social de Domingos José de Almeida.....	32
1.2. O matrimônio de Domingos José de Almeida e a inserção a elite local pelotense.....	36
1.3. Em meio às cartas do Ministro: A relação de Almeida com o núcleo familiar dos Rodrigues Barcellos.....	40
1.4. A política no Brasil Imperial da primeira metade do século XIX e o início da vida política de Domingos José de Almeida.	43
CAPÍTULO 2	52
“O COORDENADOR DAS NOSSAS RENDAS”: A ATUAÇÃO DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA NO CARGO DE MINISTRO DA FAZENDA DO ESTADO FARROUPILHA (1835-1845).	52
2.1. No prelúdio da revolta: apontamentos econômicos das décadas que antecedem a Guerra dos Farrapos.....	54
2.2. “Camaradas! Gritemos pela primeira vez: Viva a República Rio-grandense! Viva a independência!”: Guerra dos Farrapos (1835-1845), aspectos econômicos da revolta	60
2.3. O Comércio em meio a revolta: As consequências trazidas pela rebelião, e de que forma homens de negócios realizaram suas transações ao longo do conflito.....	69
2.4. Negócios públicos ou privados? As relações comerciais desenvolvidas por Domingos José de Almeida frente o cargo de Ministro da Fazenda	74
CAPÍTULO 3	82
DE PONCHE VERDE AO ACERTO DE CONTAS: A PAZ DE PONCHE VERDE E A BUSCA DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA PELO RESSARCIMENTO DOS INVESTIMENTOS NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE.....	82
3.1. O Tratado de Ponche Verde e o fim da Guerra dos Farrapos.....	85
3.2. “Quase extinta minha fortuna e os meios de subsistência”: A busca pelo acerto de contas após a Guerra dos Farrapos entre Almeida e o Estado Farroupilha.	97

CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

“Domingos José de Almeida, herói cujas armas eram documentos, o saber em administrar, providenciar recursos para os revolucionários, e sofrer de saudades a distância da família, ou seja, um herói autenticamente moderno”¹. Assim o escritor e historiador Barbosa Lessa descreveu o personagem que é o objeto de estudo nesta dissertação de Mestrado.

A presente dissertação, “Política e Comércio: A atuação de Domingos José de Almeida Ministro da República Sul-Rio-Grandense e Negociante (1830-1850)”, integra a Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” na Área de Concentração de História, Poder e Cultura, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e foi desenvolvido com apoio da Bolsa de Pesquisa FAPERGS/CAPES.

Essa pesquisa tem por objetivo realizar uma análise sobre as relações comerciais desenvolvidas por Domingos José de Almeida entre as décadas de 1830 a 1850. A partir de estudos bibliográficos e documentais investigamos como esse homem de negócios formou seu patrimônio, de que forma ocupou o cargo de Ministro da Fazenda do Estado Farroupilha e como foi sua atuação na função durante a rebelião. Trabalhamos também com o período posterior a Guerra dos Farrapos com seu retorno a Pelotas, examinando como se sucederam os negócios particulares de Domingos José de Almeida após a revolta.

A partir da experiência na pesquisa anterior, oportunizada pela participação como bolsista de iniciação científica FAPERGS/PROBIC² abriam-se campos de estudos sobre a atuação de Domingos José de Almeida durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845). Observou-se a necessidade de investigar as relações comerciais privadas e também as relações comerciais públicas desenvolvidas pelo Estado Farroupilha a partir da atuação de Almeida no cargo de Ministro da Fazenda. Desta forma, verificou-se a inexistência de análises historiográficas a respeito das questões comerciais sobre este personagem e surgiu o interesse em desenvolver a pesquisa.

¹LESSA, Barbosa. **Domingos José de Almeida**. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985.

² Projeto “*Os farroupilhas no contexto do processo de formação e consolidação dos estados nacionais no espaço fronteiriço platino*” agosto de 2012 a julho de 2013. Orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin, Professora do Departamento de História da UFSM e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM.

A escolha pelo personagem Domingos José de Almeida se deu devido à trajetória representativa deste charqueador em uma sociedade na região fronteira platina caracterizada por elementos de integração, disputas, conflitos, relações sociais e de poder. Sua participação de destaque ao longo da Guerra dos Farrapos, marco na história do Rio Grande do Sul, influenciou para a escolha, tendo em vista a importância do personagem durante o conflito e a representatividade deste acontecimento na historiografia sul-rio-grandense e brasileira.

Para corroborar esta justificativa descreveremos brevemente o perfil biográfico deste personagem. Domingos José de Almeida nasceu em 1797, na capitania de Minas Gerais, mais especificamente no Arraial do Tijuco (atual cidade de Diamantina). Era filho de Domingos José de Almeida e Silva e de Dona Escolástica de Abreu. Seu pai era um português, sua mãe uma natural da freguesia do Tijuco (MARQUES, 2011). Em 1819, Almeida partiu para o Rio Grande do Sul com o objetivo de comprar mulas e revende-las nas feiras de Sorocaba. Contudo, conforme seu próprio relato³ acabou gostando da terra e decidiu se estabelecer na região da Vila de São Francisco de Paula, atual cidade de Pelotas. Almeida, recém-chegado a Vila de São Francisco de Paula, logo se casou com Bernardina Barcellos, moça pertencente a uma das famílias mais abastadas da região, e destacados proprietários de charqueadas (MENEGAT, 2009). Anos após o matrimônio Almeida arranchou-se nas terras do sogro e ergueu a sua própria fábrica de carne seca (charque).

A família de Bernardina foi peça fundamental para entendermos a ascensão econômica e o prestígio adquirido por Almeida na região de Pelotas e no restante da província. Tratava-se de uma família proeminente, da qual se originaram três deputados provinciais, um deputado geral e dois presidentes de província (VARGAS, 2013).

A trajetória Domingos José de Almeida não era incomum e vários outros homens de negócios da época, como o exemplo do também farroupilha Vicente da Fontoura⁴, iniciaram suas vidas com modestas posses, depois se inseriram na elite local por meio de bons matrimônios e a partir de então adquiriram prestígio local e provincial. Entretanto, talvez diferente de outros de seus contemporâneos, a vida de

³Carta de Domingos para o presidente da Província Joaquim Antão Fernandes Leão. Pelotas, 07.12.1859. AAHRGS. vol. 3, CV-686, p. 154.

⁴Trajetória semelhante a Antonio Vicente da Fontoura. Consultar: CAMPOS, Cristiano Soares. **Antonio Vicente da Fontoura: Atuação ao longo da Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História, UFSM, 2014.

Domingos José de Almeida já foi analisada em outros trabalhos que serão discutidos na sequência, inclusive como sinal do recente reinteresse pela Guerra dos Farrapos.

A Guerra dos Farrapos (1835-1845) configurou-se, historicamente, como evento emblemático da memória pública no Rio Grande do Sul. Seus lances de batalha são, ainda hoje, narrados por muitos segmentos em tom épico, e seus protagonistas transformados em heróis da “pequena” e da “grande” pátria, ora pela suposta resistência à opressão do centro político e econômico do Brasil, ora pela também hipotética aspiração à liberalização e “republicanização” do país, o que incorre na afirmação de seu caráter nacionalista. Em ambos os sentidos, como mito, a revolta tem sido matriz para discursos políticos, debates historiográficos, criações artísticas e projetos identitários (ZALLA; MENEGAT, 2011).

A historiografia, em geral, sobre a Guerra dos Farrapos ainda que produzida em larga escala negligenciou alguns temas, como as relações particulares dos farrapos durante a República Rio-Grandense e seu destino após a revolta.

Alfredo Varela (1933) examinou a República Rio-Grandense a partir de sua obra de seis volumes intitulada *História da Grande Revolução*. Suas obras, assim como esta dissertação, tiveram como fontes principais os documentos de Domingos José de Almeida, além de depoimentos de outros farrapos, correspondências oficiais republicanas e imperiais e jornais de época⁵.

Augusto Tasso Fragoso (1939), no livro *A Revolução Farroupilha*, descreveu a história militar do conflito embasando-se em documentações examinadas em arquivos militares. Diferente de Varela (1933), Fragoso afirma que inicialmente os farrapos não desejavam a separação e a República, mas que a impassibilidade do governo central os teria forçado a tomar esta posição (1939, p. 34). Na leitura da obra encontramos uma escrita sistemática, isto é, uma abordagem tradicional que podemos dividir em três momentos: a emergência da revolta; o resultado do conflito e os ensinamentos que se podia tirar da campanha militar.

Walter Spalding, em *Epopéia Farroupilha* (1963), examinou extensa bibliografia sobre a Guerra dos Farrapos e utilizou fontes documentais primárias. A obra foi elaborada dentro dos princípios da história descritiva, com a seleção de assuntos obedecendo a cronologia. Embora tenha se referido a estrangeiros e a brasileiros de

⁵ Mais sobre a obra em: Silva, Jaisson Oliveira da. **A epopéia dos titãs do pampa : historiografia e narrativa épica na História da grande revolução, de Alfredo Varela.** 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26722>

outras províncias, Spalding estruturou sua obra isolada do contexto mundial, chegando a julgamentos estimativos porque buscou unicamente respostas sem argumentação ou interpretação.

No caso específico desta revolta regencial, o processo de construção do fato como patrimônio simbólico percorre diferentes momentos da produção intelectual regional. Além disso, a disputa entre as diferentes versões sobre o evento e sua consolidação como momento fundador da identidade gaúcha tem sido objeto de estudo da historiografia. Essa disputa entre diferentes versões e formas de abordagem fica bastante evidente em parte da bibliografia que utilizamos nesta pesquisa, como veremos a partir de agora.

Trabalhamos com as biografias produzidas por Cunha (1902), Rosa (1935), Villela (1977) e Barbosa Lessa (1985). Nestas obras observamos um processo de “resgate” dos valorosos farroupilhas injustamente esquecidos, e iniciaram a construção de uma memória pública, moldada a partir da premissa de um pioneirismo rio-grandense na instituição de determinadas causas, especialmente a abolicionista e a republicana. Como afirma Hess (2009, p.1): “nenhuma nação apresentou-se para o mundo sem elevar sua autoestima, sem mostrar-se diferente; a melhor entre as nações”.

Nestas biografias observamos que os farrapos passaram a ser considerados modelos a serem seguidos, personagens a serem laureados e monumentalizados⁶. Suas ações durante a rebelião contra o Império foram consideradas como o ponto de partida da causa dos republicanos.

As biografias produzidas na primeira metade do século XX, como a de Zeferino Cunha (1902) e Othelo Rosa (1935), possuíam uma característica peculiar das demais. Estas e muitas outras obras produzidas neste período haviam sido encomendadas por respeitáveis bacharéis ou por descendentes com credenciais intelectuais, ou seja, buscavam colocar em relevo o personagem em questão. É característica destas duas obras uma exaltação dos personagens como homens que honravam o histórico da família. Tais obras contêm uma curiosa mistura de narrativa literária, fundamentada no relato de filhos e netos do indivíduo biografado, e pretensão documental.

Segundo a historiadora Sandra Pesavento (1993, p. 385) “resgatando a memória, inventando o passado e atribuindo-lhe um significado, historiadores podem se constituir

⁶ Alguns personagens acabaram virando monumentos em praças públicas, como os casos de: Bento Gonçalves que possui um monumento na Praça Tamandaré na cidade de Rio Grande inaugurado em 1909; e Domingos José de Almeida que possui um busto na Praça Coronel Pedro Osório na cidade de Pelotas, inaugurado em 1921.

em artífices da construção de uma identidade, nacional ou regional”. Como já salientamos anteriormente, a Guerra dos Farrapos é considerada um símbolo para a identidade regional e seus personagens, como a elite do movimento, ganharam lugar de destaque na historiografia rio-grandense, ao serem resgatados pela memória de um coletivo⁷ e preservado, ao longo dos anos, pela história regional.

Michael Pollak (1989) ao lembrar que a memória é seletiva, evidencia a teoria do enquadramento, levando em consideração os diferentes atores e os processos que intervêm no trabalho de constituição e formalização da memória, em que o historiador, ao resgatá-la, contribui significativamente nesta “seleção”.

Referenciada por um coletivo, segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória individual se constitui a partir de um ponto de vista sobre a memória coletiva, que pode ser influenciada tanto pelo lugar que ocupa em seu grupo, bem como pelas redes nele estabelecidas, uma vez que é no coletivo que se encontra. Como também nos coloca René Rémond, “as raízes das convicções e as origens dos comportamentos” (2003, p. 36).

Estas biografias contêm informações importantes para esta pesquisa, e são bastante utilizadas ao longo deste trabalho. Porém, por possuírem características de “formação de uma memória” diferem bastante da proposta desta dissertação. Ao trabalharmos com Domingos José de Almeida não buscamos explicá-lo a partir de uma narrativa heróica neste personagem, nem buscamos uma exaltação de seus “atos excepcionais”, “grandes feitos” e as qualidades que o configuram ao sucesso na carreira política e comercial.

Em outra perspectiva a proposta trazida pelas biografias apologéticas, os estudos acadêmicos produzidos nos últimos anos, que tem a figura de Domingos José de Almeida como figura central ou parte de sua análise, apresentam um panorama mais amplo e aprofundado sobre questões familiares, sociais, políticas e comerciais. Os trabalhos mais conhecidos que analisam a figura deste charqueador, são as dissertações de mestrado de Carla Barbosa (2009) e Carla Menegat (2009). Como ressaltamos anteriormente, estas análises possuem características bastante distintas das biografias tradicionais anteriormente relatadas. Tratam-se de trabalhos científicos, baseados em

⁷ Parte desse processo de transformação da memória em patrimônio político instrumental, a emergência da ameaça separatista na narrativa do conflito, passa a ser uma memória cultivada, para além da apenas herdada, ou seja, houve uma necessidade de expor a memória privada, passada de uma geração a outra no seio da família, e transformá-la em bem público, compartilhado como narrativa não mais da trajetória de indivíduos, mas de toda uma região (ZALLA; MENEGAT. 2011, p. 56).

fontes primárias, aprimoradas metodologias de análise e franco debate com a historiografia pertinente.

Carla Barbosa (2009) analisou a composição e a organização dos núcleos familiares pertencentes à elite farroupilha, entendendo que a partir disto é possível compreender a sociedade sul-rio-grandense da primeira metade do século XIX. A historiadora demonstra que a família ocupava uma posição dominante como instituição social, comercial e política. As fontes utilizadas por Barbosa assemelham-se em parte as fontes utilizadas nesta pesquisa, ou seja, as correspondências trocadas entre membros de algumas famílias que compuseram a elite farroupilha, ao longo da guerra dos farrapos (1835-1845). A partir dessas fontes, Barbosa, procurou entender os papéis familiares ocupados por filhos e filhas, pais e mães, maridos e esposas na formação deste núcleo parental direto.

Através do trabalho de Carla Barbosa observamos que, em um contexto condicionado pelo patriarcalismo, pela instabilidade da guerra, tanto os homens quanto as mulheres ocupavam importantes papéis familiares e entre os casais havia grande relação de confiança e parceria. Além disto, as famílias se organizavam para dar importante atenção ao futuro dos filhos. Isso é demonstrado na preocupação com o comportamento, o aprendizado e com as convenções que compunham a escolha de um cônjuge da prole. Cuidados que visavam assegurar a manutenção dos bens materiais e simbólicos pertencentes à família, importantes na manutenção da importância social do grupo, como também na herança dos descendentes.

Seguindo nesta mesma perspectiva de análise, utilizando o personagem Domingos José de Almeida para um estudo em outro sentido, há a dissertação de Carla Menegat (2009). Em seu trabalho nos apresenta uma análise da rede social do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos, acompanhando a formação da elite charqueadora da Vila de São Francisco de Paula. Menegat, através da identificação de mecanismos das redes sociais, percebeu estratégias familiares, políticas e econômicas que permitiram sua reprodução social. Percorrendo diferentes espaços de atuação dos indivíduos, sua análise orientou-se pela percepção de que as relações sociais e sua posição dentro do contexto em que se constituem garantiram certo número de opções apenas compreensíveis dentro deste conjunto e que tais possibilidades se encontram intimamente relacionadas a mobilidade social dos sujeitos.

Assim, diferentes cenários de interesse, como a política local, provincial, a família, os negócios, a guerra, eram mensuradas pela capacidade de manejo que

adquirem nas interações entre os espaços e entre os indivíduos, possibilitando que a participação em movimentos como a Guerra dos Farrapos, ou sociedades comerciais sejam compreendidas como parte da diversificação de atuações sociais necessária na sociedade do Rio Grande de São Pedro do século XIX.

Como ressaltamos anteriormente, os trabalhos de Barbosa (2009) e Menegat (2009) discutem e analisam aspectos distintos da trajetória de Domingos José de Almeida e serão amplamente utilizados nesta reflexão. Entretanto, mesmo que nosso objeto de pesquisa seja o mesmo, a figura de Domingos José de Almeida, pretendemos realizar uma abordagem sobre um aspecto ainda pouco considerado pela historiografia.

A atuação histórica de Domingos José de Almeida também foi tratada em outros trabalhos acadêmicos, como o de Gabriel Berute (2011), de Jonas Moreira Vargas (2013), de Itamaragiba Chaves Xavier e Giana Lange do Amaral (2009) e de Heloísa Capovilla (2008). Porém, o charqueador, estancieiro, político, comerciante aparece nestas análises de forma indireta, sem ser o foco das reflexões. Não obstante, é importante que seja realizado um panorama geral sobre cada uma destas obras.

Nas teses de Doutorado de Berute (2011) e Vargas (2013), observamos Domingos José de Almeida envolvido em relações comerciais. No primeiro trabalho o autor caracteriza a economia do Rio Grande de São Pedro do século XIX e, ao considerar a atividade mercantil do padrão de investimento econômico, discute a atuação de Domingos José de Almeida, então ministro da Fazenda farroupilha.

O trabalho de Vargas (2013) tem por objetivo principal estudar as estratégias sociais e econômicas das mais ricas famílias dos proprietários das charqueadas de Pelotas, no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX e, Domingos José de Almeida aparece de forma mais destacada em seu estudo. O autor demonstra que o charque constituiu-se em alimento fundamental na dieta dos escravos das *plantations* açucareiras e cafeeiras e das populações pobres das cidades litorâneas do Brasil. A partir disso analisa um grupo de empresários escravistas cuja produção era destinada principalmente ao abastecimento do mercado interno e destaca que, em determinados momentos, Domingos José de Almeida atuou nesse ramo. O trabalho de Vargas apresenta importantes reflexões a respeito do grupo social que Almeida estava inserido, a elite charqueadora, e demonstra que o grupo concentrava riqueza, poder político e status social, sendo que alguns de seus membros também alcançaram reconhecimento nacional, como o caso do personagem de estudo. Ainda nesta obra observamos que poucas famílias tinham entre os seus parentes alguns indivíduos que podiam tornar-se

mediadores que conectavam a esfera de atuação local com o mundo exterior, seja economicamente, seja politicamente falando.

Em seus artigos, Itamaragiba Chaves Xavier e Eloísa Helena Capovilla da Luz Ramos, tratam Domingos José de Almeida de formas distintas. Xavier (2009) aborda aspectos sobre a Instrução Pública na República Rio-grandense (1836-1845). Para isto, selecionou Domingos José de Almeida analisando sua importante participação na organização administrativa republicana. As fontes utilizadas neste estudo foram a historiografia e outras publicações sobre o período, cartas de participantes da Guerra dos Farrapos, os jornais oficiais do Governo da República Rio-grandense (*O Povo* e *O Americano*). Ramos (2008) analisa quais papéis desempenharam as mulheres sul-rio-grandenses no desenrolar da Guerra dos Farrapos e para tal, utiliza algumas correspondências trocadas entre Almeida e Bernardina ao longo do conflito.

Podemos observar que os trabalhos acima descritos abordam Domingos José de Almeida de uma forma indireta. Não obstante, contribuem para a análise que estamos desenvolvendo de várias maneiras, seja sobre as questões comerciais desenvolvidas pelo charqueador tratadas por Berute (2011) e Vargas (2013), pela análise na participação de Domingos José de Almeida na organização administrativa republicana encontrada na obra de Xavier (2009), pelas correspondências trabalhadas por Ramos (2008). Apresentam ainda considerações importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, além da contribuição óbvia de utilizarem evidências que não poderão ser consultadas nesta pesquisa, devido ao recorte documental ajustado ao objetivo proposto.

A partir deste panorama geral da produção historiográfica existente, da experiência em projetos de iniciação científica e da pesquisa documental realizada, nos arquivos históricos de Porto Alegre alguns questionamentos surgiram e, orientaram a presente pesquisa e o desenvolvimento dessa dissertação. Indagações como: de que forma Domingos José de Almeida foi integrado ao Estado Farroupilha? De que forma o cargo de Ministro da Fazenda do Estado Farroupilha influenciou nos seus negócios particulares? Seu patrimônio cresceu ou diminuiu ao longo da revolta? Quais estratégias comerciais utilizadas por Domingos José de Almeida ao retornar para Pelotas após o final da sua participação no governo farrapo e após o conflito?

Acreditamos que a investigação das relações sociais, como relações familiares e de negócios, auxiliam na reflexão de como a trajetória de Domingos José de Almeida foi construída, e de que forma ele inseriu-se nos espaços sociais da região fronteira platina e no centro político do Estado Farroupilha. Nesse sentido, entender sua trajetória

política, construída a partir de suas relações de poder que dão base e sustentação às relações sociais, permite visualizar quanto sua trajetória era uma alternativa possível na sociedade do século XIX, assim como de que maneira as relações sociais participavam nesse processo de transcender o espaço local/regional em direção a espaços mais amplos no Brasil e além-fronteiras.

Sendo assim, esse trabalho insere-se na perspectiva da história política. Uma história política renovada com novos olhares e perspectivas de análises, em que o político amplia seu conceito, passando a ser compreendido nos diferentes espaços sociais e relações pessoais. Ampliando o conceito do político, a noção de poder também passa a ser problematizada, passando a entendê-lo nos espaços sociais, na família e relações interpessoais. Sendo assim, trabalhamos com a noção de “relações sociais” para designar relações familiares, econômicas, político-partidárias, sendo essas relações baseadas em relações de poder (RÉMOND, 2003).

Nesta dissertação buscamos as condições sociais e culturais na história desse personagem, que, em uma análise micro, são abundantes em informações, o que nos aproxima da perspectiva da micro-história centrada na análise da trajetória de um indivíduo. Nesse sentido, a biografia, como comentamos anteriormente, apresenta-se como uma possibilidade de escrita da história, pois a partir de sua trajetória pode-se edificar uma observação histórica dos grupos sociais em suas dinâmicas e no relacionamento com outros grupos ampliando nossa compreensão a respeito dos processos históricos.

Utilizamos neste trabalho de dissertação conceitos, que nos instrumentalizam a analisar e pensar o presente objeto de investigação. Trabalhamos com a trajetória, a atuação política e comercial de Domingos José de Almeida e, desta forma, entendemos o conceito de *trajetória* como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a transformações. Esse caminho é construído a partir de acontecimentos e vínculos que se operam nas posições que esse indivíduo ocupa (BOURDIEU, 1996).

Ao considerarmos, que após seu matrimônio com Bernardina Barcellos, Domingos José de Almeida torna-se membro de uma elite econômica e política da Província do Rio Grande do Sul, outro conceito a ser definido aqui é o de *elite*. O conceito de elite é antes de tudo uma categoria instrumental e, enquanto tal deve ser contextualizado para o objeto de estudo ao qual pretende-se utilizá-lo. Em história,

observamos o conceito de *elite*, como um termo polivalente que assume facetas diversas dependendo do substantivo que o qualifica: política, econômica e militar, por exemplo.

O termo *elite* compõe a

“minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual se manifesta sua preeminência. plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”. (HEINZ, 2006, p.7).

Nos últimos anos, o estudo das elites vem crescendo, sendo uma temática trabalhada por diferentes perspectivas e métodos de análise. Dentro do recorte temporal proposto nesta dissertação (1830-1850), podemos afirmar que uma das principais contribuições a respeito foi feita por José Murilo de Carvalho (2003). Em sua obra para o estudo das elites política no Brasil em meados do século XIX, Carvalho demonstra a homogeneidade ideológica da elite política brasileira, através do treinamento em Coimbra, concentrada na formação jurídica. Essa elite homogênea foi capaz de construir um estado com ideologia própria e unificado, apesar de revoltas contestadoras que acabaram sendo contidas.

No caso rio-grandense, durante o período da Guerra dos Farrapos (1835-1845), observamos que os principais postos administrativos, políticos e militares ao longo do conflito foram assumidos por integrantes da então elite farroupilha, grupo de caráter heterogêneo, composto por estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes e sacerdotes. Esta elite farroupilha era heterogênea em seus ideais políticos, especialmente no que tange a formação de um estado republicano, separado e independente do Brasil (PADOIN, 2001).

A região platina⁸ foi um espaço onde Domingos José de Almeida, e sua família circularam e construíram relações sociais, uma realidade construída por práticas individuais e coletivas como qualquer outra região, mas que, entretanto, deram sentido

⁸REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do MERCOSUL: a Região Platina colonial**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996. Autoras definem *região platina* como local onde “as vivências, as ideias, os sentimentos que os homens desenvolvem nas suas relações com outros homens compõem, em um espaço delimitado, a cultura de uma região” (p. 13)

às relações de poder num sentido específico, resultante da própria configuração dessa região e não de outra.

A região platina no século XIX que consideramos transcende o que hoje conhecemos como limites políticos. Da perspectiva dos farroupilhas, a fronteira presente neste período pode ser definida a partir de seus interesses e relações comerciais que iam além dos limites naturais ou políticos. Essa fronteira demonstra uma integração acentuada entre rio-grandenses e platinos resultante de interações diversas, políticas, culturais, históricas, etc. No caso, interessa-nos especialmente as questões comerciais, pois muitos rio-grandenses tinham terras e bens na Banda Oriental (SOUZA, 2008).

A fronteira era a grande comunidade do ‘nós’” e Ana Frega (2009), que ao analisar a construção do Estado Oriental na década de 1820, destaca que a fronteira (linha) que separa o Rio Grande do Sul (Brasil) dos demais países vizinhos (Uruguai e Argentina) não pode ser compreendida da mesma forma quando analisamos esse espaço durante o século XIX. Para a autora, a fronteira não era, no século XIX, somente uma zona de separação – no sentido atribuído pelas Coroas ibéricas na tentativa de controle sobre o Rio da Prata mas um espaço de trânsito, de comércio, e de intercâmbio que expressava uma grande diversidade sociocultural.

Seguindo esta perspectiva de um espaço de integração fronteiriça, Enrique Padrós (1994), afirma que, com ou sem o respaldo institucional, as comunidades internacionais se relacionam, e, nesse sentido, é possível afirmar que inexistem “fronteiras-barreiras” onde houver um mínimo de população estabelecida. Assim, o cotidiano fronteiriço promove natural e obrigatoriamente a integração das comunidades de um lado e de outro.

Assim, acreditamos que trabalhar com este espaço fronteiriço platino permite a compreensão da dimensão das transformações dos Estados nacionais e apresenta-se como uma maneira de abordar o espaço a partir dos fenômenos econômicos, sociais e políticos que se produzem em longa duração, para além da linha limítrofe institucional do Estado-Nação (ARRIOLA, 2008).

Para o desenvolvimento da dissertação reunimos um conjunto variado de fontes, de várias instituições, como o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS), o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), o Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (IHGPEL), a Biblioteca Pública de Pelotas e a Biblioteca da Pontífice Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Destacamos ainda, o acervo

digital que vem contribuindo para a pesquisa e o desenvolvimento desta dissertação: Acervo de periódicos da Fundação Biblioteca Nacional⁹ que disponibiliza periódicos do século XIX digitalizados e que serão utilizados principalmente no Primeiro e Terceiro Capítulo.

As fontes consultadas compõem-se de: inventário¹⁰, correspondências¹¹, periódicos¹², certidões de transmissões e notas¹³, Atas da Câmara Municipal¹⁴, entre outros. A partir dos dados levantados, analisaremos as fontes documentais com base na produção historiográfica na elaboração do presente trabalho.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, não havendo assim uma única sessão para tratar de contexto e/ou metodologia e teoria, preferindo-se articular essas questões no decorrer de todo trabalho com a análise das fontes e conceitos.

O primeiro capítulo é intitulado “Um tropeiro na Vila de São Francisco de Paula: a chegada, e a ascensão social e política de Domingos José de Almeida no território Rio-grandense”. No desenvolver deste capítulo examinamos as características das relações matrimoniais no século XIX, analisando como o casamento de Domingos José de Almeida foi catalisador na sua ascensão social. A partir desta análise, observamos as relações de compadrio firmadas pelo charqueador no intuito de solidificar seu poder local e se inserir a elite local e a política da região. Por fim, analisamos o trabalho desenvolvido por Almeida pela instrução do povo e a política desenvolvida por este na criação de escolas de primeiras letras e sua atuação nos jornais.

O segundo capítulo é intitulado “*O coordenador das nossas rendas*”: a atuação comercial e política de Domingos José de Almeida nos cargos administrativos do Exército Farroupilha (1835-1845). No desenvolver deste capítulo pretende-se discutir quais os negócios eram realizados pelos farroupilhas durante a Guerra dos Farrapos, tendo Domingos José de Almeida à frente do Ministério da Fazenda. Assim, se buscará

⁹ Disponível em: memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx.

¹⁰ 3ª VARA CÍVEL DE PELOTAS. **Inventário de Domingos José de Almeida**. Processo nº 022/1.05.01.465.791. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1915-1961.

¹¹ Acervo da Coleção de Alfredo Varela encontrado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Possui correspondências entre a elite farroupilha, possibilitando a percepção sobre assuntos relacionados à organização do Estado, relações políticas e comerciais desenvolvidas pelo Estado Farroupilha durante o conflito.

¹² Periódico *O Brado do Sul*, de Pelotas. Criou o periódico no intuito de contar a História da República Rio-grandense. Almeida havia reunido um acervo documental, que posteriormente, Alfredo Varela conseguiu anexar a outros, perfazendo um total de treze mil peças, parte publicada em História da Grande Revolução, obra de 1933, em 6 volumes.

¹³ 1º Tabelionato de Pelotas. Transmissões e Notas. Livros nº1 a 13; Procurações. Livro único. / 2º Tabelionato de Pelotas. Transmissões e Notas. Livros nº1 a 8.

¹⁴ Atas da Câmara Municipal de pelotas (1832 – 1836 / 1840 – 1852). Organização Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas e Biblioteca Pública Pelotense – Pelotas: Pallotti, 2012.

evidenciar os interesses privados que podiam se manifestar quando homens de negócios desempenhavam funções/cargos públicos, questionando, por exemplo, como ficaram os negócios da família durante o tempo em que foi ministro. Neste capítulo também discutiremos como ficaram os negócios particulares de Almeida enquanto esteve ausente em suas propriedades.

O terceiro capítulo é intitulado “De Ponche Verde ao acerto de contas: a paz de Ponche Verde e a busca de Domingos José de Almeida pelo ressarcimento dos investimentos na República Rio-Grandense”. No desenvolver deste capítulo pretende-se trabalhar o período final e posterior a Guerra dos Farrapos (1845-1850), considerando a participação de Domingos José de Almeida no processo final do conflito, observando concomitantemente as estratégias do Barão de Caxias para colocar fim a revolta. Neste capítulo também analisaremos como se encontravam as finanças de Domingos José de Almeida ao final do conflito, as relações comerciais mantidas após a revolta e quais estratégias utilizadas pelo ex-Ministro para reaver seus investimentos na República Rio-Grandense.

CAPÍTULO 1.

UM TROPEIRO NA VILA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA: O MATRIMÔNIO, A ASCENSÃO SOCIAL E O INÍCIO NA VIDA POLÍTICA DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA NO TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE.

Nesse capítulo inicialmente apontaremos características das relações matrimoniais no século XIX para, então, examinarmos como o casamento de Domingos José de Almeida com Bernardina Rodrigues Barcellos foi catalisador para a ascensão social e política do comerciante mineiro. Demonstraremos algumas das relações de compadrio firmadas pelo charqueador para solidificar/majorar seu poder local e como foram essenciais na sua inserção na elite local e sucessivamente na política da região. Como vereador, e depois Ministro da Fazenda dos Farroupilhas, observaremos o trabalho de Almeida pela instrução do povo, e sua política na criação de escolas de primeiras letras e por fim, o trabalho desenvolvido por Almeida nos jornais do período.

Os jornais de época permitirão reconstruirmos os acontecimentos através do mais eficaz meio de comunicação da época na difusão das informações. Já que durante todo o século XIX este veículo de comunicação foi o mais utilizado como disseminador dos costumes, atitudes e desejos da sociedade como veremos a seguir. Conforme Francisco das Neves Alves: “o jornalismo desse tempo atuou com tenacidade na formação de hábitos, pensamentos, costumes e opiniões, numa escala que, se não global, ao menos atingiu grande parte das comunidades de então” (2006, p. 351).

Natural de Diamantina, Minas Gerais, o mulato e filho de moleiros, Domingos José de Almeida partiu em 1819 para a província do Rio Grande de São Pedro com o objetivo de reunir tropas de mulas e levá-las até Sorocaba. Almeida acabaria se estabelecendo na então Vila de São Francisco de Paula, onde logo abriu um escritório destinado à venda de charque para o centro do país e para o exterior.

Distanciando-se da historiografia produzida no início do século XX¹⁵ sobre o estabelecimento do tropeiro na Vila de São Francisco de Paula, Carla Menegat (2009) entende que a vinda de Almeida para a província teria feito parte de uma estratégia de recrutamento de indivíduos para as redes comerciais, que era antes de tudo um

¹⁵ Trabalhos com os de Cunha (1902), Rosa (1935), Villela (1977) e Barbosa Lessa (1985) não explicam de forma clara o motivo da vinda de Almeida para o Rio Grande de São Pedro, mas não tem acordo nem a respeito de onde o tropeiro teria partido, alguns afirmando que foi de Minas Gerais enquanto outros que teria partido do Rio de Janeiro.

mecanismo muito utilizado na América Portuguesa. Segundo Menegat, Almeida via no comércio da região da Vila de São Francisco de Paula as condições necessárias para que conseguisse acumular capital e adquirisse redes de contatos (2009, p. 59).

Sérgio da Costa Franco destaca que na primeira metade do século XIX, as principais praças comerciais da região eram Jaguarão, Pelotas e Rio Grande. Os momentos de instabilidade enfrentados pela Província neste período, os constantes conflitos internos e externos com a formação dos Estados Nacionais modernos, como a Guerra Cisplatina, acabaram sendo benéficos para o desenvolvimento econômico destas localidades da fronteira sul, que tornaram-se “empórios de fornecimento e consumo para o Estado Oriental” (2001, p. 53).

Em 1824, Domingos José de Almeida se casaria com Bernardina Rodrigues Barcellos, pertencente a uma das famílias mais ricas e poderosas da região, proprietária de inúmeras charqueadas¹⁶. Almeida pertencendo a uma família de ativos comerciantes, não demorou muito após o matrimônio a se arranchar nas terras do sogro e erguer sua própria fábrica de carne-seca (charque). Detentores de comendas honoríficas e patentes de capitão de ordenanças, os laços parentais com os Rodrigues Barcellos ofereceram a Almeida enorme prestígio social e político (VARGAS, 2013).

Para o desenvolvimento desta análise utilizamos como fontes de pesquisa as correspondências trocadas entre Domingos José de Almeida e sua esposa Bernardina Barcellos, assim como jornais do período investigado. A seleção de correspondências para a análise pode ser justificada a partir das palavras de Giselle Martins Venâncio que afirma:

As cartas são documentos relacionais. Através da leitura de um conjunto de correspondências pode-se entrever um grupo contíguo. Ao contrário de outras fontes, as cartas funcionam como uma via privilegiada para investigar relações pessoais porque permitem distinguir marcas de relações mútuas. A prática epistolar de um indivíduo só existe em função de outro, para quem se enuncia uma fala e de quem se aguarda uma resposta. É, portanto, uma via de mão dupla, um ir e vir entre uma intenção pronunciada, uma espera ansiosa e uma resposta almejada que tem por função o reinício do processo (2004, p. 113).

¹⁶ Sobre a família Rodrigues Barcellos ver: BARBOSA, Carla Adriana. **A Casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha**. São Leopoldo, 2009; MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

1.1. A família como base: o núcleo familiar e a importância deste para a ascensão social de Domingos José de Almeida

Nas décadas de 1830 a 1850, o Império Brasileiro passava por transformações importantes em diversos âmbitos sociais, políticos e econômicos. Considerando que esse “[...] fue el siglo de las grandes invenciones interpretativas sobre la historia de Brasil” (PRADO, 2009, p.322), é importante destacarmos o contexto pelo qual o Brasil passava para um melhor esclarecimento da análise. Nesses vinte anos já era possível observar uma nova geração de homens de negócios na província rio-grandense, muitos deles com relações de parentesco (filhos, genros e sobrinhos) com os principais negociantes que atuavam na virada do século XVIII para o XIX.

Álvaro Klafke, em sua análise do periódico *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, constatou que dezessete dos cerca de trinta e seis membros fundadores da Sociedade Promotora da Indústria Rio-grandense, criada em 1832, exerciam atividades mercantis (2006, pp. 23-31). Seis destes eram filhos de comerciantes listados no “*Almanack da Vila de Porto Alegre*” (1808). De acordo com Helen Osório (2007), 35% dos comerciantes listados estavam aparentados entre si ou com outros negociantes. Com base nessas conclusões dos autores, entende-se que os matrimônios e os laços de compadrio estabelecidos em busca de posições privilegiadas na sociedade eram estratégias importantes para a manutenção do poder por parte dos negociantes e demais envolvidos nas atividades comerciais e políticas.

Na sociedade rio-grandense do século XIX as formas de organização social, política e econômica estavam pautadas não apenas por fundamentos financeiros, mas também baseados nos princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, conseguidos na grande maioria através dos matrimônios. Em função disso, é fundamental para entendermos a ascensão social de Domingos José de Almeida termos claro qual era o conceito de “família” em uma sociedade do Antigo Regime. Segundo João Fragoso, a constituição de famílias através do matrimônio já era uma estratégia de reprodução da manutenção da hierarquia social no Brasil desde a passagem do século XVII para o XVIII. No trabalho do autor podemos observar a existência de uma política de casamentos endógenos na nobreza e desta com grandes comerciantes, alianças da nobreza com frações das elites regionais e autoridades metropolitanas, além da concessão de dons e contradons aos grupos subalternos. Fragoso destaca também a

importância das *ligações político-parentais* - como veremos exemplos no caso de Domingos José de Almeida a seguir - na sociedade e economia coloniais (FRAGOSO, 2002).

No Brasil imperial da primeira metade do século XIX, observamos uma íntima relação entre matrimônio, cor e grupo social. Os matrimônios neste período se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. Fato que não eliminou a fusão dos grupos sociais e raciais que ocorreu paralelamente, através das uniões esporádicas e da concubinagem que dinamizavam as relações entre os sexos (SAMARA, 1980).

Desta maneira,

O termo “família” compreendia um grupo que ia além da consanguinidade e coabitação, podendo abranger membros de outras famílias, sugerindo “relações rituais, como as de compadrio, ou de aliança política”. Alianças tecidas em torno de um “chefe de família”. Permeando estas relações estavam os laços de parentesco. (MOTA, 2012, p. 41).

A definição do conceito de “família”¹⁷ utilizado por Antonia Mota em seu trabalho, ainda trate do período colonial, vem ao encontro das relações interpessoais que encontramos em nossa análise. No mesmo sentido de Mota, Sheila de Castro Faria define “família” como:

Já está mais do que evidente que o termo [família] não se referiu, no decorrer da história, a um único objeto [...]. Para os séculos XVI, XVII e XVIII, o termo significa algo bem mais abrangente, com a ideia de coabitação enunciada a princípio, independentemente dos laços de consanguinidade que poderiam existir entre pessoas que viviam na mesma casa. Incluíam-se criados e agregados, por exemplo. Predominava o sentido de ‘gente da casa’, sob um mesmo chefe. Um outro sentido é o de que a família exprimia a ideia de consanguinidade sem coabitação, abrangendo, portanto, os parentes. A ligação entre parentesco e coabitação só é feita a partir de meados do século XVIII [...]. Parentesco inclui relações não consanguíneas como segunda indicação: ‘relação que há entre os descendem dos mesmos pais’; a que se contrai por casamentos, compadresco (FARIA, 1997, pp. 40-41).

Carla Barbosa (2009), ao analisar três núcleos familiares pertencentes à elite farroupilha, argumenta sobre a necessidade de entender os matrimônios mais como um

¹⁷ Sobre *família* ver também: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Áreas de Publicações CMU/Unicamp, 1997; FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

negócio do que como uma relação afetiva. Famílias abastadas como os Rodrigues Barcellos eram expoentes nesta sociedade e atuavam concomitantemente em diversas atividades comerciais, através das quais alcançaram o prestígio social e buscavam a manutenção dos seus bens materiais e simbólicos¹⁸. Esta característica da elite se reforçava através dos matrimônios, solidificando-se como um “grupo” que almejava uma permanência duradoura de suas influências nas localidades as quais residiam, e/ou possuíam propriedades. Segundo Farinatti (2007), o casamento era algo que exigia muita cautela e atenção por parte principalmente dos pais. Antes do matrimônio também se levava em consideração as carreiras e áreas de atuação dos filhos, já que a participação em diferentes áreas da sociedade fazia parte de suas estratégias familiares¹⁹.

Segundo Muriel Nazzari, o matrimônio era uma ferramenta para formar alianças vantajosas com outras famílias. Nos casos estudados pela autora, a prática do dote²⁰ em São Paulo nos dos séculos XVII a XX eram semelhanças ao encontrado no Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX, quando o matrimônio visava à incorporação de um membro apto a contribuir para a prosperidade do clã familiar.

O poder do clã residia não só em sua riqueza e bens materiais, como também, e talvez de maneira mais marcante, nos recursos humanos que conseguia ter a disposição: parentes, índios e escravos africanos. Assim sendo, o casamento dos filhos fortalecia o clã. O casamento era o modo como se formava uma nova empresa produtiva, em que o dote da esposa proporcionava a maior parte dos meios de produção necessários para dar início à nova unidade (NAZZARI, 2001, p. 128).

Segundo Eni de Mesquita Samara, o poder era mantido e reproduzido através dos casamentos dos filhos e filhas, do encaminhamento dos filhos para diversas áreas de atuação, como a vida militar, as carreiras religiosas e os cargos públicos. “apadrinhamentos, alianças por casamento com outras famílias e, ainda com o

¹⁸Almeida teve como prática realizar aplicações de verba em diferentes frentes comerciais para manutenção/equilíbrio de suas finanças. Exemplo, pode ser visto em carta de 6 de junho de 1837 endereçada ao Presidente Jardim, onde Almeida havia financiado a compra de uma Tipografia para a República Rio-grandense, e no documento exige resposta se a compra havia sido efetuada ou não. Segundo Almeida, caso a compra ainda não houvesse sido realizada este queria seu dinheiro de volta para aplicá-lo em algum giro para o sustento da família. (CV 210, p. 185, volume 2).

¹⁹Almeida soube colocar todos seus filhos nas mais diversas áreas sociais. Dentre eles havia: Charqueadores, Bacharéis e Militares. Ver: MENEGAT, Carla. O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

²⁰Dote “são os bens que os pais, ou outros parentes, concedem a uma mulher por ocasião do casamento” (NAZZARI, 2001, p. 19).

planejamento de transmissões de herança” (2003, p. 23). No caso do casamento de Almeida e Bernardina observamos com o matrimônio o intuito de manutenção e controle das propriedades e o estabelecimento de uma rede de parentesco fictícia.

Tiago Gil afirma que a compreensão do Rio Grande de São Pedro, na transição do século XVIII para o XIX, passa pela existência de famílias que poderiam ser caracterizadas como “bandos”. Segundo o autor, as famílias eram grupos que envolviam “alianças horizontais entre diferentes famílias da elite local e também com oficiais da monarquia” e também deveria incluir “pactos verticais com os grupos subalternos (escravos, lavradores, índios, forros, etc.)”, confirmados pelo matrimônio e compadrio (2007, p. 22).

Conforme Barbosa (2009), o matrimônio antes de ser considerado uma relação afetiva era um contrato civil, isto é, uma ferramenta importante para a transmissão de bens e patrimônios aos descendentes, os quais, desta forma, dariam continuidade ao poder local e os bens da família. Nesse sentido, podemos afirmar que eram nas estratégias matrimoniais que a organização e reorganização de redes de parentesco se baseavam. O que caracterizava o casamento não apenas como uma aliança entre duas pessoas, mas sim, a união de várias, incluindo irmãos, cunhados, primos etc. (2009, p. 44).

O casamento originava-se de acordos familiares inserido em uma rede de solidariedades, deveres e obrigações mútuas, não descartando o afeto na constituição de um matrimônio. Os pais tinham papel fundamental no futuro dos filhos, auxiliando-os na construção de uma vida matrimonial, tanto contribuindo materialmente com dotes, doações, uso da terra ou de escravos e herança, quanto na escolha do conjugue. A escolha de um par deveria ser feita com cautela, pois o matrimônio era indissolúvel, salvo exceções. Além disso, a escolha certa poderia trazer a obtenção de uma melhor posição social e pública, estabilidade e ampliação dos negócios familiares (BARBOSA, 2009, pp.45-46).

Jonas Vargas (2007) ressaltou que na segunda metade do século XIX eram as famílias e suas redes sociais, e não os partidos, os principais organizadores do comportamento da elite política do Império. A ascensão dos filhos da elite rio-grandense à alta política no período de 1868 a 1889 foi resultado do investimento destas famílias nos estudos e carreiras de seus herdeiros, que lhes propiciaram formação superior em geral em Direito e a possibilidade de estabelecer amizades e alianças (matrimoniais, ou de compadrio) com as famílias proeminentes do centro do país.

As famílias políticas tendiam a aglutinar estancieiros militares ou milicianos de um lado e advogados do outro, buscando ocupar os diferentes espaços sociais que faziam parte do mundo político. Aqueles poucos indivíduos que conseguiam ultrapassar a barreira espacial e temporal que separava as paróquias riograndenses da Corte, pertenciam a muitas das famílias ricas e nobilitadas com um forte índice de parentesco entre si, mas também, com famílias do centro do país, o que facilitava o seu acesso e reproduzia a desigualdade do sistema sócio-político. (VARGAS, 2007, p. 5).

A estratégia familiar analisada por Vargas (2007) é perfeitamente perceptível na família Rodrigues Barcellos. Como parte do clã, Domingos José de Almeida, como veremos a seguir, procurou colocar seus filhos em diversos espaços sociais (charqueadas, exército e advocacia) no intuito de ter seus interesses representados em todas estas estratificações sociais. O que demonstra que “ainda que os papéis da família não fossem hierarquizados, a estratégia familiar era construída dentro de um processo de interação entre todos os seus membros” (FARINATTI, 2007, p. 217).

1.2. O matrimônio de Domingos José de Almeida e a inserção a elite local pelotense.

Para o pai, membro da elite local, era importante casar sua filha com alguém que tinha ‘gabarito’ na sociedade, e, para o militar, comerciante ou negociante que vinham de outras localidades, era importante inserir-se na sociedade e casar-se com uma moça, integrante, principalmente de uma família, poderia ser uma saída. As antigas famílias sempre tiveram a tendência de consolidar alianças entre si pelo casamento, porém, eliminando pragmaticamente os preconceitos, foram firmando alianças matrimoniais com comerciantes, negociantes e militares [...]. Para oficiais e não naturais da vila, os matrimônios significavam entrar na elite local, obter prestígio social, mesmo já possuindo a honraria militar, e, principalmente, assumir cargos na câmara municipal (SCHMACHTENBERG, 2012, pp. 289-290).

As palavras de Ricardo Schmachtenberg (2012), que analisou a dinâmica das relações familiares entre os juízes almotacés²¹ na Câmara Municipal de Rio Pardo (1811-1830), também servem para a compreensão do caso específico de Almeida e Bernardina.

Para Domingos José de Almeida, um tropeiro recém-chegado a Vila de São Francisco de Paula, um migrante de modestas posses, era interessante conseguir um

²¹ O cargo de Juiz de Almotacé tinha como função a fiscalização dos armazéns, do comércio, da saúde pública e da construção de edificações. O Juiz de Almotacé era um agente exercido por cidadãos que estavam vinculados à Câmara Municipal, de acordo com Schmachtenberg era uma função de que estava em uma hierarquia de segundo nível entre os agentes da Câmara Municipal, mas nem por isso deixava de ser uma função disputada no âmbito local (2012, p. 19).

“bom casamento” e abrir seu próprio negócio comercial na região. Um bom matrimônio lhe abriria as portas para sua inserção a elite local Rio-grandense.

Estas elites locais eram geralmente compostas por membros da alta burocracia e da elite política provincial, homens ricos e com atividades econômicas diversas (charqueadores, estancieiros e negociantes, por exemplo) e alguns profissionais liberais do mundo urbano (médicos, advogados, engenheiros e alguns jornalistas). Muitas vezes indivíduos como Almeida podiam ocupar diversas funções em diferentes setores ou pertencerem às mesmas famílias ou grupo de relações. O que sedimentava ainda mais a sua posição, podendo resultar em uma coesão de interesses políticos e econômicos. Segundo Vargas (2013) eram as famílias charqueadoras as mais ricas da região de Pelotas, que constituíram um dos grupos socioeconômicos que compunham as elites regionais no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX.

A família Rodrigues Barcellos possuía uma charqueada localizada no que se convencionou chamar de “cerne do núcleo fabril” pelotense, que mais tarde faria divisa com a de Domingos José de Almeida. O que deu origem a uma rede de negócios e relações fundamentais para a ascensão social de Domingos José de Almeida. Segundo Ester Gutierrez (2001), das vinte e duas charqueadas localizadas às margens do arroio Pelotas, quinze passaram em algum momento do século XIX às mãos de algum membro da rede familiar dos Rodrigues Barcellos.

O matrimônio de Domingos José de Almeida seria o divisor de águas na vida do então tropeiro chegado na província de Rio Grande de São Pedro. Seu casamento com Bernardina Barcellos de Lima aconteceu em 1824, na Vila de São Francisco de Paula e deste matrimônio nasceram treze filhos. Sua esposa, Bernardina nasceu em 1806, em Povo Novo, povoado onde se estabeleceram açorianos no final do século XVIII, e que pertencia à Vila de Rio Grande. De família bem estabelecida na região, filha de Bernardino Rodrigues Barcellos, Bernardina passaria a maior parte de sua vida em Pelotas, imersa na primeira geração da elite charqueadora que floresceu no Rio Grande do Sul (MENEGAT, 2009, p.49).

O casamento foi celebrado no oratório da charqueada de João Simões Lopes, pai daquele que se tornaria Visconde da Graça, onde havia uma imagem de Santo Antonio de Pádua, doada por Antônio José Gonçalves Chaves²², amigo e futuro sócio de

²²Antônio José Gonçalves Chaves foi um político, escritor, empresário e dono de charqueada e um dos principais sócios e amigos de Domingos José de Almeida. Saint Hilaire definiu Chaves como “um dos homens mais esclarecidos da região” (SAINT-HILAIRE O. 2002., p. 103)

Domingos no Vapor Liberal (MAGALHÃES, 2006, p. 2). Ao propor casamento, Domingos já possuía a charqueada contígua à de Bernardino, fruto de seus negócios como comerciante. É possível supor que para um forasteiro sem família na região, o matrimônio com uma jovem de família tão extensa e estabelecida há algum tempo lhe trouxesse vantagens (MENEGAT, 2009, p. 50).

Uma questão muito importante envolvendo Domingos José de Almeida deve ser ressaltada aqui, ainda que esta seja de ordem periférica se comparada ao objetivo proposto neste capítulo e no trabalho como um todo: Almeida era pardo. Fazendo referências a liderança Farrroupilha, poucos trabalhos²³ enfatizaram a participação de mulatos no movimento farrapo e, quando o fizeram, destacaram a sua atuação apenas como soldados, tanto da cavalaria, quando da infantaria. Levando em consideração a questão da cor da pele ser algo dinâmico presente desde o início da formação da sociedade brasileira e constantemente alimentado/influenciado pelas condições socioeconômicas e relações sociais, do que pelas características físicas, podemos afirmar que a questão da cor é algo construído socialmente e sujeito a mudanças.

Hebe Mattos (1998), em seu trabalho analisa processos judiciais no referido período nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, apresenta importantes reflexões acerca da questão dos significados da “cor” de um indivíduo no século XIX. A partir das reflexões da autora podemos entender como Domingos José de Almeida, mesmo sendo pardo, conseguiu se inserir a uma família tão prestigiada:

A noção de cor, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas (MATTOS, 1998, p. 98).

Hofbauer (2003), em seu texto intitulado Conceito de “raça” e *ideário do “branqueamento”* no século XIX, ao trabalhar a questão de cor/raça como construções ideológicas vinculadas a contextos econômicos, históricos e sociais específicos, considera que:

[...]o indivíduo mesmo fisicamente aparentando uma tonalidade de pele mais escura que um escravo, sendo liberto e se renda e influências tivesse, poderia em alguns casos ascender socialmente. Categorias como “branco”, “negro”, “mestiço”, “mulato”, etc, eram usadas não apenas para descrever, de forma

²³Consultar: Moacyr Flores (2004), Daniela Vallandro de Carvalho e Vinicius Pereira de Oliveira (2009), Juremir Machado da Silva (2010).

“objetiva”, a pigmentação da pele ou o fenótipo de um determinado indivíduo. A “percepção da cor” (ou do “fenótipo”) orientava-se também pelas relações de poder (status, dinheiro) bem como pelos contextos sociais específicos.(HOBFAUER, 2003: 76-77)

Dessa forma entendemos um dos fatores que fez com que Almeida conseguisse seu matrimônio com uma mulher a elite charqueadora sul-rio-grandenses. Domingos José de Almeida, ainda que não tivesse finanças nem próximas das que viria a obter após o casamento, também não era um mero homem livre e pobre. Era tropeiro e já possuía negócios, ainda que de escala ínfima aos que dispunha no final de sua vida. Antes do matrimônio, Domingos José de Almeida já havia dado início as suas atividades comerciais, ainda em 1819, meses após sua chegada, gerindo uma loja de fazendas. Mais tarde, Almeida dedicou-se a outros empreendimentos, como olaria, fábrica de sabão e velas de sebo, a navegação fluvial, criação de gado e uma charqueada. Nesta última atividade introduziu o então novo processo de destilação de graxa a vapor²⁴.

Entretanto, foi indubitavelmente após o seu casamento que a melhora na condição social e comercial de Almeida se solidifica e alcança um papel de relevância como homem de negócios na região de Pelotas. No ano de 1835, quando estoura a Guerra dos Farrapos, Almeida possuía além da casa comercial, uma sesmaria de terras, charqueada e sociedade em um vapor que percorria a Lagoa dos Patos. Em uma das correspondências analisadas nesta pesquisa podemos observar o que neste ano, Domingos José de Almeida possuía um patrimônio considerável, dispondo em sua charqueada no arroio Pelotas com 84 escravos, sendo: 24 carneadores, 6 salgadores, 15 graxeiros e graxeiras, 4 campeiros, 5 tripeiros, 1 marceneiro, 2 carpinteiros, 1 pedreiro, 1 boleiro, 1 alfaiate, 2 carreteiros, 5 serventes, 5 marinheiros, 4 escravas do serviço da casa e 8 crias²⁵.

Então, Domingos era deputado na Assembleia Provincial, atuando ativamente na deflagração da Revolta Farroupilha, ou seja, já era um indivíduo plenamente integrado a elite política da província. Tanto que seria um dos líderes dos revoltosos em Pelotas, chegando a ser preso, em outubro de 1835, pelas forças do Império, como veremos no segundo capítulo desta dissertação. A partir desse incidente a correspondência entre

²⁴ Homens de negócios como Domingos José de Almeida eram caracterizados por se colocarem em diversificados meios comerciais econômicos, assim, poderiam ter diferentes fontes de renda em momentos de guerra, ou de crise financeira, por exemplo. Consulta: Vargas (2013) e Menegat (2009).

²⁵ Carta de Domingos José de Almeida ao Procurador Fiscal da Secretaria da Fazenda de Alegrete, Barreto. Correspondência enviada em 3 de fevereiro de 1843. AAHRS, vol. 3, CV – 629/5, p. 66.

Domingos e Bernardina – iniciada desde sua posse na Assembleia Provincial – se intensificou. Bernardina Barcellos de Almeida escrevia para seu marido com alguma frequência, como se pode constatar pelas constantes citações dele²⁶.

1.3. Em meio às cartas do Ministro: A relação de Almeida com o núcleo familiar dos Rodrigues Barcellos.

Até então demonstramos como o matrimônio era utilizado para a manutenção de bens e a formação de redes na sociedade rio-grandense do século XIX a partir da historiografia que trata do assunto. Neste segundo momento, a partir das fontes documentais analisadas, evidenciaremos alguns exemplos da aplicação desta relação envolvendo Almeida e a família Rodrigues Barcellos.

Inicialmente a melhor definição para a relação entre Domingos José de Almeida e Bernardina é a de “*amigos casados*” formulada por Alan Macfarlane. Segundo o autor:

Para muitos, o ideal consistia em ser “amigos casados”. Em última instância, o casamento baseava-se numa combinação, ou compromisso, entre as necessidades econômicas, de um lado, e as pressões psicológicas e biológicas, do outro. A união deveria brotar de uma atração pessoal – física, social e mental – de aparência e temperamento. O casamento e a vida conjugal subsequente refletiam as premissas sobre as quais o sistema se apoiava, mostrando que o núcleo da questão era o profundo vínculo que unia um homem e uma mulher (1990, p. 326).

Esta relação de “*amigos casados*” pode ser bem observada no matrimônio entre Almeida e Bernardina através das correspondências analisadas, nas quais é evidente que o matrimônio não apenas como uma aliança visando à manutenção dos bens, mas também de relação afetiva entre o casal. Uma característica que confirma esse entendimento está no fato do casal manter contatos tão frequentes e a cumplicidade entre marido e esposa, especialmente quando o primeiro ocupa-se com as atribuições do governo republicano e Bernardina assume a gerência das estâncias, recebendo orientações de seu marido através das cartas, como veremos no capítulo seguinte.

Lélia Coelho Lopes (2014), a partir de uma análise sobre as relações familiares na capitania do Rio Grande do Sul, a partir da localidade de Rio Pardo, com enfoque à

²⁶ 71 cartas remetidas por Bernardina a Almeida presentes no volume 2 da Coleção Varela.

situação feminina durante as campanhas militares na Banda Oriental (1811- 1828), discute o assunto. Conforme suas conclusões, a forma da relação entre Bernardina e Almeida durante o conflito não eram incomum.

[...] a ausência constante dos homens da casa, em virtude da guerra, propiciava às mulheres- pobres ou ricas; brancas, mestiças, indígenas ou negras; casadas ou viúvas; concubinas ou solteiras e com filhos- maior autonomia de ação, administrando sozinhas seus lares e negócios. A disposição dos rio-grandenses às armas, também não era absoluta. Muitas famílias tentavam liberar seus membros da obrigação de sentar praça. Por razões afetivas ou puramente econômicas, pais de família negociavam a liberação de seus filhos do serviço militar; mães, esposas e companheiras reivindicavam a presença ou encobriam as deserções de seus filhos e parceiros; homens desertavam ou tentavam se eximir da obrigatoriedade dos serviços evocando suas obrigações familiares; outros, sem nenhuma posse ou escravos, serviam em lugar dos patrões ou senhores, forçados por sua condição servil, ou impelidos por laços de lealdade e clientelismo. (LOPES, 2014, p. 116)

Bernardina era uma mulher diferenciada socialmente, alfabetizada, possuía o hábito de leitura e era habituada ao teatro e a música. O fato de ser alfabetizada nos permitiu investigar também as cartas que escrevia ao seu marido durante a revolta farroupilha.

Em correspondência escrita por Domingos José de Almeida para a esposa, em 20 de junho de 1835, observa-se o cuidado e as preocupações de Almeida em manter a esposa informada de sua rotina, e do andamento do conflito:

Minha velha do coração.
Porto Alegre, 20 de junho de 1835.
Graças a Deus agora, 5 horas da tarde acabou-se os nossos trabalhos legislativos, e por a primeira embarcação lá me terás, se algum obstáculo imprevisto o contrário não permitir.
Abraços a nossos filhos e saudações a teus pais, compadre José Félix, teus irmãos, aos padrinhos José Pedro, João da Cunha, e a todos de casa recebendo tu o coração do teu amado velho. (a) Almeida²⁷.

Em meio a um universo de mais de 500 cartas que analisamos da coleção Varela, correspondências com o teor semelhante ao exemplo acima, Almeida demonstra a preocupação com a esposa e os filhos, sem esquecer o restante do “clã familiar” (sogros, cunhados, padrinhos e todos da casa). Tais preocupações corroboram o entendimento inicial da família assumir um papel não apenas de marido e mulher, mas de um núcleo

²⁷ AAHRS, vol. 2, CV- 174, p. 140.

familiar bastante unido. Referências aos sogros, aos cunhados, os padrinhos e “todos da casa” são presentes em quase todas as cartas escritas por Almeida.

Ainda que não seja o objetivo desta dissertação, vale ressaltarmos que, além do casamento, outra forma encontrada pela elite na época para a formação de redes familiares era a Maçonaria. O pertencimento a maçonaria gerava uma espécie de parentesco “espiritual” entre seus membros. Em outras correspondências enviadas por Domingos José de Almeida, várias vezes designa seus pares maçons de “*compadres*”. Segundo Menegat, da mesma forma que numa rede familiar havia uso pragmático dos laços mais distantes, podemos observar o mesmo na maçonaria. E, se a presença de outros laços pode relativizar o peso de uma determinada relação numa rede familiar, o mesmo pode acontecer com um laço colateral na rede maçônica (2009, p. 106).

Não devemos esquecer que era do interesse de Almeida reforçar suas alianças em um momento conturbado dentro da província. Como não estava em casa, era fundamental ter companheiros de confiança que garantissem o suporte e a segurança necessária para sua esposa e filhos nas ausências. Segundo Farinatti (2007) e Gil (2007), as formas mais comuns utilizadas por Almeida para solidificar estes laços de amizade, gratidão e confiança, foram através da constituição dos compadrios e a partir da realização de empréstimos aos seus companheiros²⁸ criando assim uma dívida monetária, mas também de gratidão.

Outra maneira encontrada pela elite rio-grandense neste período para formar redes e solidificar relações foram os Batismos. No quadro em anexo a este trabalho (Anexo A, p. 113) veremos os convites de compadrio feitos por Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos por ocasião do batismo dos filhos.

Dos vereadores eleitos na primeira eleição da Câmara Municipal de Pelotas em 1832, três eram padrinhos de filhos de Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos, eram eles: Bernardino Rodrigues Barcellos, Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos e João Batista de Figueiredo Mascarenhas. Os dois primeiros ainda eram parentes sanguíneos de Bernardina, o primeiro era seu pai e o segundo seu tio.

Outro quadro que nos permite realizar este mesmo modelo de análise é o de convites de compadrio recebidos por Domingos José de Almeida (Anexo B, p. 114).

²⁸Sobre os empréstimos e a relação criada a partir destes veremos no segundo capítulo deste trabalho

Dentre os convites recebidos por Domingos José de Almeida para padrinho, vemos diversos aparentados seus (Rodrigues, Barcellos e Almeida) como pais das crianças. Isto nos indica a intenção de aproximação destes com o vereador charqueador que a cada ano ganhava mais notoriedade na região. Dentre os convites recebidos por Almeida, observamos os filhos dos vereadores João Batista de Figueiredo Mascarenhas e Joaquim Rodrigues Barcellos. Vale lembrar que Antônio José Gonçalves Chaves, foi eleito, porém, seu nome não aparece na lista, pois não chegou a assumir o cargo, pois optou por permanecer como membro do Conselho Geral da Província era o principal sócio de Domingos José de Almeida, tendo sociedade em diversos negócios.

1.4. A política no Brasil Imperial da primeira metade do século XIX e o início da vida política de Domingos José de Almeida.

A política Imperial no Brasil nas décadas de 1830 a 1850 caracterizou-se por períodos de grande instabilidade. O Império passava por dificuldade, e revoltas ocorreram em várias partes do Brasil desde a independência política de Portugal. Ao longo dos primeiros vinte anos de emancipação política o Império adotou um novo modelo-institucional, com mudanças nos campos político, administrativo e jurídico, tendo sempre em foco a manutenção da ordem social e da unidade territorial e política da antiga América colonial portuguesa²⁹.

Nesse cenário político o papel desempenhado pelas câmaras municipais merece destaque. De acordo com a legislação vigente, eram responsáveis apenas por funções administrativas, ainda que não tivessem atribuições jurídicas ou autonomia financeira (NUNES, 2013). No início do século XIX, os municípios possuíam uma grande abrangência territorial, compreendendo tanto a área urbana quanto a área rural. O município brasileiro era dividido pela área da cidade ou vila sede e seus distritos. Desde então, a sede do município é o lugar onde é instalada a câmara municipal, sendo atribuído o nome correspondente da sede ao município em toda sua abrangência territorial.

Visando manter a ordem social e a unidade do território, tornar as cidades núcleos compostos por poderes institucionalizados era uma estratégia essencial nas

²⁹Alguns autores já discutiram isto, como: Ilmar Mattos (1990), Carvalho (1996) e Mirian Dolhnikoff (2005).

colônias sob o domínio dos Estados ibéricos (HOLANDA, 1995). Os Impérios português e espanhol consideravam as cidades e vilas importantes centros para ocupação do espaço e dominação cultural. Desta forma, no processo de territorialização promovido por Portugal e Espanha, os municípios serviram como pontos estratégicos para a organização do espaço, constituindo-se como um centro urbano onde estavam concentradas as instituições do Estado (PEREIRA, 2015).

A partir de uma freguesia homônima, em 1830 foi assinado o decreto imperial criando a Vila de São Francisco de Paula, que se desenvolveu rapidamente devido a instalação de charqueadas no final do século XVIII, que movimentaram e impulsionaram a economia local. A criação da vila de São Francisco de Paula foi fundamental para a inserção de Domingos José de Almeida na política local, pois, a partir do estabelecimento de uma vila, além de uma forma de reconhecimento imperial do desenvolvimento e de sua importância econômica local, significava a possibilidade da elite local acessar funções diretivas mais importantes que as que haviam ao tempo da freguesia.

Segundo Nunes:

Com a instalação de uma Câmara Municipal, os cidadãos não precisavam mais levar suas demandas à Câmara de Rio Grande, distante cerca de 60 quilômetros da paróquia de São Francisco de Paula e das charqueadas. Eles próprios possuíam mais chances de serem eleitos como vereadores, não que não pudessem antes, mas então pela Vila de Rio Grande, onde teriam que disputar cargos com outras figuras públicas (2013. p.12).

Não obstante, o grupo ao qual Almeida se vinculou já demonstrava influência antes disso. Veja-se o caso de Antônio Gonçalves Chaves, compadre e sócio de Domingos José de Almeida, um dos grandes charqueadores de Pelotas nesse período, que já havia sido eleito vereador na vila de Rio Grande, instituição pela qual se tornou membro do Conselho Geral da Província³⁰.

Ainda que depois de 1822 as câmaras municipais não gozassem do mesmo poder e prestígio dos tempos coloniais, já que depois da Independência perderam muitas das suas atribuições que passaram a ser conferidas aos juizes de paz em 1827, a inserção em cargos políticos era visto com bons olhos pela elite pelotense. O interesse que era usar das estratégias políticas não apenas manter a autoridade política, mas ampliar o poder simbólico e a influência local através do cargo público.

³⁰ BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE. SÃO FRANCISCO DE PAULA. Atas da Câmara da Vila de São Francisco de Paula. Livro I. 1832-1835. Sessão de 05 de maio de 1832.

Sobre o poder simbólico Pierre Bourdieu escreveu:

[...] o capital político era uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhe reconhecem obtendo assim, uma forma de capital simbólico, do crédito firmado na crença [...] Mandatário unido aos seus mandantes por uma espécie de contrato racional – o programa – ele é também campeão, unido por uma relação mágica de identificação àqueles que, como se diz, << põem nele todas as esperanças>> (2007, pp. 187-188).

Algumas estratégias foram usadas pelos vereadores na tentativa de manter os mesmos poderes e privilégios do período colonial. Sobre estas estratégias, Richard Graham aponta que uma destas táticas era que os eleitos no pleito local formavam os colégios eleitorais, os quais, por sua vez, definiam quem ocuparia os cargos disponíveis na Câmara dos Deputados. Assim, as eleições locais estavam inseridas no jogo político imperial, ainda que indiretamente (GRAHAM, 1997, pp. 16-17).

Com o passar dos anos as estratégias familiares da elite para manterem-se a frente dos cargos políticos foram se aprimorando e uma das alternativas encontradas foi a formação de bacharéis em Direito. Vargas (2007) demonstra em seu trabalho que possuir bacharéis no núcleo familiar oportunizava mais facilmente acesso a cargos de alto escalão do governo. Os quais permitiam uma participação direta, mais efetiva, dos membros da elite provincial nas decisões tomadas pelo poder aos altos escalões de poder central.

Domingos José de Almeida soube com maestria instruir seus filhos para que assumissem importantes cargos na sociedade pelotense do século XIX. Os oito filhos de Almeida que chegaram a idade adulta todos tiveram em comum a proximidade com o poder público. Bernardino Bráulio de Almeida e Junius Brutus Cassius de Almeida tornaram-se charqueadores, como o pai, e ocuparam cadeiras na Câmara Municipal por pelo menos uma legislatura; Luiz Felipe de Almeida tornou-se 2º Sargento do Exército Brasileiro, participou da operação de 1851 no Uruguai. Após o término do conflito Luiz Felipe assumiu o cargo de tabelião em Pelotas; o último filho do casal Almeida e Bernardina, Epaminondas Piratinino de Almeida, tornou-se bacharel em Direito, vindo a ocupar o cargo de Delegado de Polícia após o advento da República e antes disso, teve papel preponderante tanto no Clube Abolicionista quanto na organização do Partido Republicano (NEVES, 1987).

Richard Graham, ao analisar o funcionamento da política imperial, afirma que o clientelismo, entendido como cultura política, no Brasil esteve presente desde a chegada dos portugueses nessas terras. Contudo, no século XIX essa característica teria tomado uma nova dimensão dentro do Estado Imperial brasileiro em formação. Constituído a “trama da ligação política do Brasil no século XIX”, o clientelismo, entendido a partir da noção de família que se estende para além do núcleo familiar e da consanguinidade, podia significar

“proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio do casamento” (GRAHAM, 1997, P. 35-37).

Ainda segundo Graham, “era a partir da família, parentes, agregados e outros dependentes, um senhor rural montava sua clientela. Os clientes dependiam do líder e ofereciam-lhe em troca lealdade (...)” (GRAHAM, 2003). Desta forma é imprescindível entendermos os mecanismos utilizados pelos vereadores rio-grandenses no século XIX para a

“manutenção do seu poder, a reconstrução de suas trajetórias e a tentativa de compreender o seu comportamento social e familiar tem muito a nos dizer sobre o ‘sistema imperial’ – este gigante aparentemente tão conhecido por fora, mas pouco observado por dentro” (VARGAS 2007, p. 21).

Domingos José de Almeida iniciaria sua vida na política local ao ser eleito na primeira eleição da Câmara Municipal em 1832. Dentre as atribuições dos vereadores eleitos estava a organização e fiscalidade do espaço urbano e rural; melhoramentos, como abertura de ruas e estradas; concessão de licenças a matadouros, mercados e feiras. Também era função da Câmara promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegância, e regularidade externa dos edifícios e ruas. Competia aos vereadores zelar pelo desenvolvimento técnico, sendo responsáveis por adquirir máquinas e instrumentos rurais, animais (para aprimorar as raças) criadas no município, sementes de plantas e árvores frutíferas. Além disso, instituições de caridade e escolas primárias deveriam igualmente ser organizadas e supervisionadas pelo órgão administrativo, estimulando a instrução do povo através das escolas primárias (NUNES, 2013, p.82).

Esta última atribuição foi uma das pautas frequentes do vereador Domingos Jose de Almeida. Debatia-se em favor da Instrução do Povo. Como ministro da República

emitiu a circular de 01 de agosto de 1838 às Câmaras Municipais, determinando a criação de Escolas de Primeiras Letras nas povoações ou em locais notáveis.

Circular

Convencido o governo da República que só por meio da difusão das luzes e da moral é que podem prosperar e robustecer os estados como este baseado nos princípios representativos; e tomando em consequência por aquele motivo na mais séria consideração a Educação e Instrução da mocidade Rio-grandense, inteiramente derrocadas em todos ou quase todos os pontos do estado pelas vicissitudes de uma guerra de três anos qual a que sustentamos contra os opressores de nossa liberdade e independência; determina que v. Mcês; pondo em vigorosa ação o patriotismo e mais qualidades que os distinguem, façam instalar provisoriamente com a possível brevidade tantas escolas de 1^{as}. Letras quantas forem às povoações ou lugares notáveis do seu município, provendo-as logo de mestres idôneos, morigerados e instruídos, na falta dos conhecimentos do sistema de Lancaster, pelo menos nas quatro primeiras operações aritméticas e suas definições e na escrita com acerto, os quais farão examinar por duas pessoas entendedoras da matéria e perante V. Mcês, que igualmente lhes arbitrarão ordenados adequados as circunstância do local onde tiverem de exercer tal magistério, dando de tudo parte ao governo por esta repartição para a inteligência e acertamento no tesouro. Outrossim, lhes previno que tais provimentos não prejudicam aos professores que, na conformidade das leis em vigor despachados forem pelo governo³¹.

Pelo trecho acima, pode-se observar que Domingos José de Almeida considerava fundamental a instrução, o conhecimento, a alfabetização para o crescimento do Estado. Vale lembrarmos que neste período os analfabetos não tinham totais direitos como cidadãos, por exemplo, eram excluídos da possibilidade de votar. A primeira medida educativa efetivada por Domingos José de Almeida foi à criação de um gabinete de leitura na capital da República, que mais tarde daria lugar a uma Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul³². O passar dos anos não diminuiu a preocupação de Almeida com o estabelecimento de classes escolares. Entre 1839 e 1840, Almeida foi o responsável pela nomeação de uma comissão para examinar a aula e os alunos das Primeiras Letras de São Gabriel.

Nesse momento, poderíamos indagar porque o Estado Farroupilha, que atravessava um momento de constante instabilidade, envolvido em um conflito com o império, através de seu ministro ocupava-se tanta importância para a educação dos cidadãos? A resposta para esta pergunta pode ser encontrada nas correspondências trocadas por entre os líderes republicanos ao longo da revolta, em que há várias menções do entendimento que as escolas primárias, além de levarem a “luz do

³¹ AAHRS, v.2, C.V -247, p. 210.

³² O POVO, 28/06/1839, n° 80.

conhecimento” a população eram uma ferramenta ideológica para disseminar e consolidar os ideais republicanos nos cidadãos desde jovens.

Nesse sentido, os professores eram vigiados de perto, qualquer suspeita de que estivessem disseminando ideias que fossem contrárias as dos republicanos era imediatamente denunciada, como no caso a seguir:

[...] sucede que depois de lhe mandar passar provimento, por um anônimo sou informado de que referida D. Anna Francisca, posto seja de conduta ilibada, é fidalgal inimiga da causa do Estado, e tanto que à suas alunas propagam doutrinas a ela opostas. E porque deseja acertar em todos os atos da parte de Administração que me foi confiada; espero que V.S. acerca do assunto me informe com urgência e com a inteireza que lhe é própria³³.

As escolas primárias, então, eram utilizadas como aparelho ideológico do Estado Farroupilha. Algo que, ao chegar no conhecimento das autoridades imperiais, resultou na designação de “espiões” e difusão de falsas notícias nas escolas³⁴. Um exemplo pode ser observado em correspondência enviada por Domingos José de Almeida ao Chefe de Polícia, Inácio José de Oliveira Guimarães, do departamento do Boqueirão:

Ilmo.Sr.

Informado por dois professores de primeiras letras de que o número de seus alunos se tem há dias consideravelmente enfraquecido por causa de avisos dados a seus pais e tutores de que o governo com o fim aparente de promover a instrução pública aleivosamente os reunia para em tempo dado fazer-lhes sentar praça nos Corpos da 1ª Linha, embora não tenham os anos da lei: para dissipar esse prejuízo, de propósito incutido por nossos inimigos para não aproveitar aquela salutar providência, cujos resultados a favor da Nação nunca foi entendido pelo Governo do Brasil e por outros, que, como ele, firmam a base da tirania na ignorância dos povos, manda o mesmo Governo declarar-lhe que os alunos, depois de matriculados em quaisquer das aulas nacionais do estado e que a frequentem com proveito, estão isentos não só do recrutamento para a primeira linha, como ainda da Guarda Nacional, e do serviço da polícia dos distritos; do que V. S^a. se dará por entendido e fará observar na parte que lhe toca³⁵.

³³ O POVO, 14/08/1839, nº92.

³⁴ Em 1839 havia escolas de primeiras letras em Caçapava (75 total, com 53 meninos e 22 meninas), São Gabriel (68 total, com 43 meninos e 25 meninas), Piratini (36) Rio Pardo (47), Cachoeira (32), Santana da Boa Vista (14), São Borja (08), Itaquí, Alegrete, Setembrina, Santana do Livramento, Cruz Alta, Santa Maria da Boca do Monte, Encruzilhada, Bagé e Mostarda (SCHNEIDER, 1993, p. 55). Inclusive algumas utilizavam o moderno método de Lancaster, como entre os professores de classes de meninos, Luis Carlos de Oliveira, em São Gabriel (O POVO, 14/09/1839, nº101) e Antonio Bento, em Alegrete (SCHNEIDER, 1993, p.52).

³⁵ AAHRS, vol. 2, CV – 341, p. 260.

A preocupação política de Almeida com a difusão das ideias da República nas escolas também é evidente no seu artigo, intitulado “Vantagens e Necessidades de uma Educação Pública”, publicado em maio de 1840. Como pode-se observar:

Ela requer que todos os indivíduos da sociedade possam participar da educação do magistrado, e da Lei, cada um, porém segundo suas circunstância e sua destinação. Ela requer que o Lavrador seja educado para ser cidadão Lavrador e não para ser magistrado, ou General³⁶.

Os jornais eram outra forma de difusão de ideias políticas, especialmente através dos jornais oficiais da República Rio-grandense, *O Povo*, *O Americano* e *O Estrela do Sul*. A aquisição da tipografia foi realizada à custa da venda de 17 escravos de Domingos José de Almeida. O que nos permite dimensionar a importância atribuída pelos dirigentes republicanos a esta “arma” de doutrinação, conforme a expressão utilizada pelo próprio Almeida³⁷.

O jornal *O Povo* passou a ser publicado em 1º de setembro de 1838, duas vezes por semana, nas quartas e aos sábados, e deixou de circular em 22 de maio de 1840, atingindo 160 edições. Dois anos depois, a República editorou *O Americano* que perdurou entre 24 de setembro de 1842 a 01 de março de 1843, tendo 36 edições sendo substituído pelo *Estrela do Sul* que durou de 04 de março de 1843 a 15 de março de 1843, com apenas três edições (XAVIER, 2009).

Almeida foi redator dos dois primeiros desses periódicos. No *O Povo* atuou junto ao italiano Luigi Rossetti até agosto de 1839, quando este foi para o campo de batalha junto com Garibaldi para tomada de Santa Catarina (BARRETO, 1986, p. 159). Na primeira edição de *O Povo*, em 1º de setembro de 1838, escrevia em primeira página “este periódico é propriedade do Governo” e no primeiro artigo apresentavam quais eram os objetivos da República:

Procurar, com todas as nossas forças, propagar entre o Povo doutrinas essencialmente democráticas, sendo aquelas das quais depende a salvação e a felicidade da República. [...] excluir de nossas colunas qualquer correspondência ou comunicado que não esteja em perfeita harmonia com nossas doutrinas³⁸.

³⁶ O POVO, 16/05/1840, nº159.

³⁷ AAHRGS, vol. 2, CV 422, em 17 de dez. 1840.

³⁸ O POVO, 01/09/1838, nº01.

Esse trecho demonstra o caráter doutrinador da ideologia que estavam querendo implantar na República Rio-grandense, sendo um jornal difusor dos interesses do governo, que em última instância corresponde aos interesses da elite Farroupilha.

Em outro período da República, *O Americano*, Domingos José de Almeida defendia a instrução do povo para possibilitar a participação política do cidadão, ainda que subordinados as determinações dos governos.

Os eleitores das classes inferiores, pouco antes obstinado e turbulento tornarão a ser dóceis e laboriosos, e a gozar de inteiro respeito. Satisfeitos de haver exercido seus direitos, se prestando, tanto mais facilmente às ordens superiores e convenções sociais³⁹.

Através dos jornais oficiais, conforme Fachel (2002, p.104), os dirigentes da República “objetivavam propor à própria classe dominante formas mais eficientes e convenientes de manutenção do poder”.

³⁹ O AMERICANO, 19/11/1842, n° 17.

CAPÍTULO 2

“O COORDENADOR DAS NOSSAS RENDAS”: A ATUAÇÃO DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA NO CARGO DE MINISTRO DA FAZENDA DO ESTADO FARROUPILHA (1835-1845).

Seguramente a Guerra dos Farrapos é o episódio mais trabalhado dentro da historiografia rio-grandense. A história da Guerra dos Farrapos, além de permitir elucidar questões importantes sobre a história desse Estado, possibilita também a compreensão do contexto nacional e de outros personagens vindos de diferentes partes do Império, que ao se envolverem com a causa e com os ideais republicanos, passaram a ser considerados farroupilhas. Dentre os personagens mais trabalhados estão aqueles que ocuparam importantes cargos no Estado Farroupilha, Bento Gonçalves, Antonio de Souza Netto, Vicente da Fontoura e Domingos José de Almeida, que vieram a desempenhar um papel de destaque ao longo do decênio de combate.

Natural de Diamantina, província de Minas Gerais, Domingos José de Almeida apresenta-se como um dos personagens que atuaram nesses anos de Guerra. Deixando suas regiões de origem, por motivos variados, muitos indivíduos encontraram no sul do país um lugar e um momento conveniente para os seus interesses, levando-os a estabelecer raízes e a se envolverem com as insatisfações locais. Almeida tornou-se um charqueador destacado na região de Pelotas, após seu matrimônio, além de dono de uma companhia de navegação com veleiros que transportavam produtos para as províncias do norte. Em 1835, ao estourar a Guerra dos Farrapos, era um dos mais prósperos industriais do Rio Grande do Sul, além de Major da Guarda Nacional (FLORES, 2008).

O presente capítulo tem como objetivo abordar como se formou o espaço da Província de São Pedro política e economicamente, dando atenção especial a formação das charqueadas, e refletir sobre os antecedentes da revolta. A partir disto, trataremos do contexto da Guerra dos Farrapos, observando algumas das questões que serviam para a eclosão desta revolta. Abordaremos as relações existentes entre rio-grandenses e seus vizinhos platinos, e como indivíduos pertencentes a elite rio-grandense, como Domingos José de Almeida, fizeram-se valer deste cenário para obter benefícios próprios em um período de guerra.

Ainda sobre a Guerra dos Farrapos analisaremos de que forma esta prejudicou setores econômicos, sociais e políticos ao longo de seus quase 10 anos. Nesse sentido,

algumas questões nortearão a análise, por exemplo, quais materiais eram exportados pelos legalistas e pelos farrapos? Porque homens de negócios participaram da revolta? A guerra representou vantagens comerciais para Domingos José de Almeida conseguir benefícios particulares? Quais tipos de negócios foram os mais realizados pelos farroupilhas durante o conflito? Essas e outras questões serão trabalhadas ao longo deste capítulo.

Para realizarmos estas reflexões, utilizaremos como fonte de pesquisa as correspondências contidas na Coleção Varela, que reúne cerca de treze mil correspondências e constitui um dos mais ricos conjuntos documentais sobre a Guerra dos Farrapos, em especial as correspondências trocadas de Domingos José de Almeida com outros líderes políticos e militares do Estado Farroupilha, assim como as cartas trocadas com sua esposa Bernardina.

Tais correspondências são fontes de pesquisa fundamentais para a compreensão das negociações políticas e comerciais no período da Guerra. Consideramos as correspondências um importante exemplo das “escritas de si”, ao trabalharmos especificamente com este tipo de fonte, objetivamos analisar como o remetente, e os indivíduos em geral, evidenciam “a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas” (GOMES, 2004, p. 11).

As práticas de escrita de si podem evidenciar, assim, com muita clareza, como uma trajetória individual tem um percurso que se altera ao longo do tempo, que decorre por sucessão. Também podem mostrar como o mesmo período de vida de uma pessoa pode ser “decomposto” em tempos com ritmos diversos: um tempo da casa, um tempo do trabalho etc. (GOMES, 2004, p. 13).

A utilização deste tipo de fonte para o desenvolvimento deste capítulo permite compreendermos “a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa” (GOMES, 2004, p. 15). O que irá possibilitar a análise de diferentes percepções e relatos de quem, de alguma forma, decidiu transpor para o papel suas impressões em relação ao seu entorno. As correspondências utilizadas neste capítulo, e consideradas como fontes principais, permitirão um mapeamento das redes de relações de Almeida, tanto no aspecto político, econômico, social, como também familiar, possibilitando o contato com diferentes tipos de informação.

José María Imízcoz, ao fazer uma defesa pelo uso das correspondências como elemento necessário para a compreensão e o conhecimento, justifica que:

Como fuente documental, la correspondencia epistolar aporta información privilegiada tanto para un análisis de las características estructurales de la red como para conocer los contenidos cualitativos de las relaciones entre actores sociales: los intercambios que se movilizan a través de ellas, las funciones y atributos de cada vínculo como del conjunto de la red, así como otros elementos referidos a los valores e ideas con los que actúan y se relacionan los actores sociales.(IMÍZCOZ, 2004, p.25).

Compreendemos que há uma carga de subjetividade nesse tipo de fonte de pesquisa e que os muitos dos dados contidos dados podem ser codificados em determinadas situações, ainda mais se tratando de um período belicoso como a Guerra dos Farrapos.

A partir disto, daremos início fazendo alguns apontamentos de como se formou o espaço em que a província Rio-grandense está inserida e como o comércio foi se consolidando na região.

2.1. No prelúdio da revolta: apontamentos econômicos das décadas que antecedem a Guerra dos Farrapos.

Ao longo da primeira metade do século XIX, contexto em que na província do Rio Grande de São Pedro eclodiria a Guerra dos Farrapos, o Brasil caracterizava-se pelo esforço do poder central em construir uma unidade nacional num momento onde surgiam várias propostas revoltas no período regencial.

Palco de guerras sucessivas desde que os portugueses chegaram o território da província de São Pedro do Rio Grande do Sul conservou-se por muito tempo envolvida com as lutas políticas que agitavam o espaço fronteiriço e o restante do Brasil. Episódios como as guerras enfrentadas durante as primeiras décadas do século XIX (as Guerras Cisplatinas e a Guerra dos Farrapos) afetaram diretamente as atividades mercantis da região.

O território onde hoje se encontra o Estado do Rio Grande do Sul, ao longo dos séculos XVII e XVIII, caracterizava-se como palco de conflitos por ocupação entre as Coroas Ibéricas, assim como lutas contra os primeiros habitantes da região, os indígenas. As mais diversas estratégias de ocupação foram utilizadas por portugueses e espanhóis no intuito de assegurar, por exemplo, a instalação de missões religiosas

catequizantes, fortes militares, concessão de terras e cargos de Estado a fim da defesa de seus interesses neste espaço. As disputas pelo território entre Portugal e Espanha tinham dentre seus objetivos a demarcação dos limites em suas colônias, a exploração de recursos naturais e a busca por uma maior influência (PADOIN, 1999).

Os grupos dirigentes mostraram especial atenção à definição das fronteiras – internas e externas – com o objetivo de se imporem frente a seus vizinhos e conquistarem hegemonia regional, ao mesmo tempo em que exploravam recursos naturais, que lhes permitiram ampliar suas bases econômicas. (S. LOPES; ORTELLI, 2006. p.22).

Na passagem do século XVII para o século XVIII, o aumento significativo da extração de minérios na região sudeste, impulsionou à demanda pelo gado sulino. No Rio Grande de São Pedro se desenvolveu a indústria de produção bovina para o fornecimento sistemático de gado para corte e tração para o novo setor de ponta da economia colonial de exportação, a mineração. O que possibilitou a capitania se integrar ao contexto brasileiro, ainda que de forma subsidiária, como abastecedor do mercado interno que se formava na zona mineradora (PESAVENTO, 1985, p.7). Ainda nos tempos coloniais, a exploração do gado gerou um movimento de descida rumo ao sul, a partir de São Vicente e Laguna.

Bandos armados, em permanente disputa com os castelhanos e índios pela posse do gado, passaram a realizar o tropeio dos rebanhos. Essa era uma atividade que se fazia, necessariamente, de armas na mão, num permanente estado de alerta contra os concorrentes na disputa pelas tropas de gado. O tropeiro, tipo social por excelência desse período, agia, contudo, com o consentimento da Coroa Portuguesa. Segundo Tiago Gil (2009), na passagem do século XVIII para o XIX, os negócios envolvendo as tropas de animais entre os caminhos de Viamão, Curitiba e Sorocaba, ainda mantinham importância. No entanto, os mesmos estavam se tornando claramente menos rentáveis se comparados aos galpões de charquear e ao comércio marítimo, pois ambos vinham entrando em uma nova fase de desenvolvimento nas últimas décadas dos setecentos.

Entretanto, não devemos pensar que devido o crescimento das charqueadas litorâneas se encerrou o comércio de tropas para Sorocaba. Segundo Martha Hameister (2002), seria muito simplista achar que houve um “ciclo” das tropas substituído por um “ciclo” do charque. As charqueadas litorâneas e o comércio de tropas de mulas existiram de forma concomitante, constituindo-se em circuitos mercantis diferentes.

Ao longo século XVIII, Portugal passa a ter um maior interesse na capitania Rio-grandense: primeiro, pelo caráter econômico com os rebanhos de gado e, segundo, pelo caráter político-militar estratégico, com a necessidade de preservação deste espaço buscando o combate ao contrabando no Prata. O Rio Grande do Sul também era importante porque servia de caminho para o Prata, onde realmente estava o interesse dos portugueses.

No Rio Grande do Sul as primeiras charqueadas instaladas nos fins do século XVIII surgiram com o objetivo de produzir para abastecer estes mercados. Contudo, ela inseria-se numa conjuntura muito mais ampla e que caracterizou a economia atlântica durante o período colonial (VARGAS, 2013). A ampliação no número de *plantations* açucareiras no sudeste e nordeste, assim como no Caribe, resulta na entrada de centenas de milhares de escravos africanos nas mencionadas plantações, criando, assim, uma elevada demanda por alimentos, especialmente, o charque (OSÓRIO, 2007).

Segundo Jonas Vargas, com o surgimento de uma nova fonte de economia para a na capitania, a região de Pelotas acabou se tornando destaque com a economia charqueadora. Ao lado de Buenos Aires e Montevideú, Pelotas parece como um dos principais centros produtores de carne seca e salgada na América do Sul⁴⁰. A facilidade de escoamento da exportação (via fluvial/pluvial) era uma vantagem a estas importantes praças comerciais da primeira metade do Século XIX. Observemos esta afirmação no mapa a seguir:

⁴⁰ Segundo o autor “carne-seca”, “charque” e “*tasajo*” (este último na região do rio da Prata) são tratados como sinônimos, enquanto a “carne salgada” era um termo destinado para as carnes preparadas e conservadas em barris com salmoura – técnica desenvolvida pelos irlandeses, (2013, p.19).



Figura 1: Localização de Pelotas, Montevidéu e Buenos Aires, principais centros produtores de carne seca e salgada na América do Sul (Primeira metade do século XIX). Mapa adaptado de: RHODEN, Luiz F. A fronteira sulina no Brasil na primeira metade do século XIX e seus traçados urbanos. Fonte: **Cadernos PPG-AU/UFBA, Vol.8, nº: 2; 2007.**

Para o estabelecimento de uma charqueada exigia-se um capital inicial de maior significado que aquele necessário para a instalação de uma estância. A rigor, a criação de gado não demandava grandes somas, salvo aquelas para manter um bando armado que garantisse a posse da terra e do rebanho. Já para a montagem de uma charqueada, tanto se exigiam despesas com mão-de-obra escrava quanto um capital para a aquisição de matéria-prima e de outros insumos para a produção, como o sal, importado de Setúbal ou Cádiz (PESAVENTO, 1985, p.7).

Segundo Osório, as charqueadas foram resultados de investimentos de comerciantes, que perceberam neste novo negócio uma oportunidade de obter lucros com sua expansão (OSÓRIO, 2007). Vargas já assinalou a diferença significativa em relação aos comerciantes rio-grandenses e os comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro. Segundo o autor, o capital investido nas charqueadas não tinha como objetivo principal a busca de prestígio social, mas sim, o lucro que seria gerado através de suas atividades mercantis (VARGAS, 2013). Já no caso do Rio de Janeiro os comerciantes de grosso trato investiram sua riqueza em terras e escravos tornando-se senhores de engenho no agro fluminense (FRAGOSO, 1998, p. 143-177).

A passagem do Brasil à condição de nação independente da Coroa Portuguesa ocorreu concomitantemente à expansão do capitalismo europeu no início do século XIX. Internamente, o contexto do século XIX resultaria na ocorrência de diversas revoltas em todo território brasileiro. A chegada da Corte portuguesa no Brasil, em 1808, ocasionou um desenvolvimento na conjuntura diferenciada daquelas vivenciadas nas colônias hispânicas. Já foi afirmado que “a presença da Corte nos últimos anos do período colonial teria tornado possível à solução monárquica no Brasil e, em consequência, a unificação do país e um governo relativamente estável” (CARVALHO, 1996, p. 12). O governo implantado por Dom João VI organizou a estrutura administrativa da monarquia lusitana no território brasileiro, o que colaborou com a emancipação política do país.

O papel inicial desempenhado pela Corte portuguesa no Brasil, no que tange a constituição do Estado, colocou-se com o objetivo de garantir a unidade do território, isto é, afastar as ideias de separatismo e de republicanismo. O império luso-brasileiro fazia um contraponto ao contexto de guerras civis em que se encontravam as colônias americanas que se emanciparam da Espanha. A Corte portuguesa, representada na figura do herdeiro do trono, Dom Pedro I, passava a ideia de manter em si a estabilidade de que o país necessitava naquele momento. Desta forma, depois da independência de Portugal:

[...] a opção pela monarquia favoreceu a manutenção da integridade territorial, pois o princípio dinástico teria permitido a gestão com menos conflitos de unidades maiores e mais homogêneas, ao dispensar a necessidade da criação de um verdadeiro sentimento de comunidade entre seus habitantes. A questão da manutenção da unidade territorial brasileira é, naturalmente, muito mais complexa e não pode ser explicada apenas a partir de um princípio ou causa. Em todo caso, não parece haver dúvidas de que a escolha da monarquia facilitou esse processo (SANTOS, 2004, p. 42-53).

Na primeira metade do século XIX, o Brasil aumentou o déficit financeiro da economia em relação ao cenário internacional. A Inglaterra foi quem mediou a aceitação da autonomia política do Brasil de Portugal, para o que, exigiu dois milhões de libras esterlinas, dinheiro que fora emprestado pela própria Inglaterra, ampliando a dívida externa (DORNELLES, 2010).

Segundo autores como Caio Prado Junior (1978) e Celso Furtado (1998), a economia do Brasil na primeira metade do século XIX encontrava-se retraída, isto é, o desempenho satisfatório visto na segunda metade do século XVIII e as medidas tomadas por Dom João VI a partir de sua chegada ao Brasil não foram suficientes para que o se mantivesse o padrão de crescimento do século anterior. Em uma vertente diferente deste pensamento, o historiador João Fragoso acredita que na primeira metade do século XIX a economia colonial manteve-se em crescimento, inclusive aumentando seu volume de exportação e de incorporação de mão-de-obra (FRAGOSO, 1998).

Na primeira metade do século XIX já havia sido definido o perfil da realidade social e econômica do Rio Grande de São Pedro: uma economia mercantilizada e fornecedora do mercado interno brasileiro e uma sociedade militarizada que se forjava nas lutas contínuas com os castelhanos. Neste momento, a economia agroexportadora do Brasil passa a ser vista pelo mercado europeu não apenas como fornecedora, mas também como compradora de bens manufaturados e vendedora de produtos primários. Essas relações comerciais estimularam a produção local a incorporar melhorias, porém não no grau esperado e necessário, pois aqui a lavoura e a pecuária utilizavam trabalho escravo e baixa monetização da força de trabalho. Razões que dificultavam a incorporações de inovações (PESAVENTO, 1985).

Segundo Mariana Thompson Flores (2012), no que diz respeito à delimitação geográfica, a fronteira do Rio Grande de São Pedro neste período, pode ser caracterizada em dois momentos. Na primeira metade do século XIX pela instabilidade no sentido da indefinição dos limites políticos disputados. Nesse sentido, compreende uma época em que a vizinha Banda Oriental, atual Uruguai, que fazia parte das Províncias do Rio da Prata, encabeçadas por Buenos Aires, constituiu-se em província do Império Brasileiro, a Província Cisplatina, e praticamente representava a extensão dos campos de pastoreio de estancieiros rio-grandenses; depois, teve que lidar com a instalação de um limite nacional em função do surgimento de um novo país, o próprio Uruguai, na sequência, conviveu com a sobreposição de soberanias durante a vigência da República Rio-Grandense (THOMPSON FLORES, 2012).

Já na segunda metade do século XIX, a fronteira do Rio Grande do Sul se delineava pelas imediações atuais, embora formalmente os limites definitivos com Uruguai e Argentina tenham sido fixados, respectivamente, apenas em 1851 e 1856. Contudo, pode-se afirmar que, embora a independência do Uruguai, em 1828, tenha ocorrido sem a formalização dos limites territoriais, a partir desse momento já havia uma delimitação estabelecida na prática. Segundo Thompson Flores, a linha divisória do Rio Grande do Sul a oeste com o Uruguai estava demarcada pelo rio Quaraí. Já o limite entre Rio Grande do Sul e Argentina, no caso a província de Corrientes, era mais estável no que se refere ao limite fixado, sendo, há tempos, consubstanciado no rio Uruguai.

Nesse sentido, ao longo ainda de todo o século XIX, essa tríplice fronteira esteve imersa em conflitos. As guerras de independência dos países hispano-americanos, iniciada em 1810, repercutiram de várias formas e em vários momentos na colônia portuguesa vizinha e, especialmente, envolveram a porção de território mais ao sul, em função da proximidade pela fronteira.

Deve-se compreender que, internamente a formação do espaço rio-grandense, esteve historicamente atrelado ao platino. Retrocedendo no tempo, ressalta-se o caráter estratégico que a região geográfica rio-grandense possuía em relação aos interesses portugueses no Rio da Prata. Os farroupilhas souberam muito bem utilizar-se deste espaço durante o decênio da revolta farroupilha, como veremos a partir desse momento.

2.2. “Camaradas! Gritemos pela primeira vez: Viva a República Rio-grandense! Viva a independência!”: Guerra dos Farrapos (1835-1845), aspectos econômicos da revolta

“(…) Las forzas de los Caramurus era compuesta de 560 hombres, y delos Republicanos no excedía de 400; pero estos con repetidas vivas dados por el Coronel Netto de REPUBLICA O MUERTE se volvieron 400 LEONES” (*El Republicano*, Montevideú, Nº 118, 24 de setembro de 1836).

Foi assim que o periódico *El Republicano*, de Montevideú publicou em suas páginas, em 24 de setembro de 1836, notícias sobre a Proclamação da República Rio-Grandense realizada por Antonio de S. Netto, dias antes, após vitória no Seival sobre as tropas legalistas comandadas por Silva Tavares. Assim, o ato que resultou no surgimento da República Rio-Grandense (1836-1845), não foi ignorado pelos redatores

dos periódicos da Banda Oriental, que chegaram a apresentar detalhes sobre o triunfo obtido pelas “*armas dos Liberais da Província do Rio Grande*”.

A citação transcrita no título manifesta a separação da província do Rio Grande do Sul, dividindo-a em dois territórios: um Estado republicano e o Governo imperial, que representava a manutenção do vínculo da província ao Brasil, sustentada pelo poder Imperial(CALVET, 1985), como podemos observar no mapa a seguir:



Figura 2: Área estimada de dominação farroupilha em meados de 1838, com a divisão municipal no ano de 1834. Fonte: Mapa adaptado de FLORES 2002 (apud SCHMITT, 2014, p. 42)⁴¹.

Não devemos analisar a eclosão da revolta farroupilha fixando nossas considerações apenas ao ano de 1835. A Guerra da Cisplatina (1825-1828) erigiu “a Província Cisplatina em Estado independente (FERREIRA, 2009, p. 331). Além de ter trazido enormes déficit financeiro as economias imperiais, a participação no conflito

⁴¹ SCHMITT, Anderson Marcelo “Não admitindo escusa alguma”: confiscos e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835-1845). Dissertação (Mestrado em História) - UPF, 2014.

desgostou os oficiais rio-grandenses, pois viram na figura do Marquês de Barbacena (então Comandante do Exército do Sul) as razões pela derrota, além da contrariedade em serem relegados ao comando militar do Marquês que desconhecia o território e a forma de guerra no sul.

O descontentamento dos oficiais rio-grandenses se agravaria com o impedimento do transporte de gado platino para a província do Rio Grande do Sul. O que trouxe prejuízos aos latifundiários e charqueadores, que viram muitos de seus rebanhos serem abatidos ou roubados e muitas de suas propriedades serem invadidas ao longo do conflito cisplatino. Segundo Farinatti, baseando-se em José Pedro Barrán e Benjamín Nahúm (1967), os confiscos de gado foram também comuns nos campos orientais anteriormente e durante a mesma época, por ocasião da Guerra Grande. Devido às dificuldades de aprovisionamento dos exércitos, “as reses dos campos por onde eles passavam” acabavam por ser “os grandes repositórios de alimentos para combatentes”. As requisições tinham como principal alvo as estâncias dos inimigos, mas com a destruição dos rebanhos, as fazendas de partidários também foram utilizadas e as retiradas foram raramente ressarcidas (FARINATTI, 2007, p. 191-200).

Sobre a deterioração das relações entre sul-rio-grandenses e o governo do Rio de Janeiro, Helga Piccolo afirmou que:

A derrota em Ituzaingó seria crucial para a deterioração das relações entre sul-rio-grandenses e o governo do Rio de Janeiro. A radicalização das posições se acentuaria depois de 1831, quando os que se diziam “liberais” se deram conta de que a abdicação de dom Pedro não nacionalizara o governo, continuando a ser perceptível a influência de portugueses em decisões de caráter político tomadas. A liberalização na estrutura governamental definida no ato adicional de 1834 não foi considerada suficiente para que os interesses do Rio Grande do Sul fossem contemplados. O questionamento das instituições monárquicas tal qual funcionavam esteve na raiz da eclosão da Guerra dos Farrapos (2006, p.34).

No discurso do Estado Farroupilha observamos que sempre utilizou-se a “exploração” imposta pelo Império Brasileiro a população da província como justificativa para legitimar a revolta. Em 29 de agosto de 1838, em manifesto de Bento Gonçalves e de Domingos José de Almeida, no qual expunham as causas que levaram à revolta, os líderes criticaram a política imperial:

“Exibiam certamente as províncias a quota respectiva, onde incluíamos a nossa para as despesas de guerra; mas o arbítrio nos tirava com violência em gado vacum e cavalari e em exigência de todo mil vezes mais do que cumpria quotizar-nos proporcionalmente [...] não nos pagou o governo Imperial o que

se nos tirou a título de compra ou de empréstimo, e muito menos ressarcir as nossas perdas ocasionadas por um estado de coisas de que só ele era culpado”(CDBGS, 1985, p. 83)

O conflito envolvendo farroupilhas e imperiais veio a ser a mais longa revolta do período regencial e sua principal causa era o descontentamento de estancieiros e charqueadores. Os baixos preços do charque, as altas taxas de impostos sobre insumos utilizados no fabrico do produto (sal de Cádiz) e a concorrência dos *saladeros* platinos. Politicamente, havia o descontentamento com a centralização política do Império e a falta de autonomia da província e, deste modo, a guerra relacionava-se ao caráter do projeto de Estado Nacional em construção no Brasil Império (PESAVENTO, 1985).

Como comentamos anteriormente, o corte do fluxo do gado da Banda Oriental para a província do Rio Grande de São Pedro imposto pelo governo Imperial gerou enormes dificuldades para que os charqueadores farroupilhas conseguissem suprir a demanda necessária do charque, o que acarretou significativa queda em seus lucros. Dentre os interesses políticos do movimento, a principal motivação dos farrapos era a conquista da autonomia econômica da região. Porém, segundo Spencer Leitman não devemos entender a questão do charque como a principal causa da rebelião. Os 15% que pesavam sobre o gado entrado no Rio Grande do Sul vindo da Banda Oriental foram abolidos em junho de 1835, o que garantiu que os “charqueadores que dependiam comercialmente do Rio de Janeiro, o maior centro consumidor de charque e couro”, se conservassem leais ao império. Desta forma, parte dos estancieiros da campanha, também prejudicados pelo imposto, já tinha “aderido aos farroupilhas”. Para instigar os descontentamentos dos estancieiros, neste mesmo ano os impostos foram recalculados, aumentando consideravelmente seus valores, além de novos impostos sobre esporas, estribos e outros objetos necessários aos estancieiros (LEITMAN, 1979).

César Guazzelli (1997) investigou o período da Guerra dos Farrapos sob a perspectiva das intenções hegemônicas do Império do Brasil no Rio da Prata e do processo de formação dos Estados Nacionais nos territórios que pertenceram aos domínios espanhóis na região platina. Na análise, claramente podemos observar as estreitas relações comerciais e políticas e os acordos privados mantidos entre os rio-grandenses e seus vizinhos. O autor destacou a importância fundamental dos

negociantes de Montevidéu para a sobrevivência dos sediciosos farroupilhas na luta contra o Império⁴².

Segundo Guazzelli:

Estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentesco e compadrios estabelecidos, superam muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares. Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho, mesmo que teoricamente um inimigo, do que as aspirações de uma organização política mais elevada [...] Mesmo tendo havido a Guerra da Cisplatina [...] estas alianças se recompuseram e a partir dos anos 30, e dificilmente acontecimentos no Estado Oriental ou no Rio Grande deixavam de fora caudilhos do outro lado da fronteira, o que seria uma característica durante todo o século XIX(1997, p. 140).

Para corroborar as ideias de Guazzelli podemos utilizar os exemplos de Bento Gonçalves e Juan Antonio Lavalleja. Quando em 1830 toma posse como Presidente, da recém independente República Oriental do Uruguai, Fructuoso Rivera, Gonçalves e Lavalleja montam uma estratégia para ludibriar o governo imperial. Para poder continuar auxiliando Lavalleja, dissemina-se pela província o boato de que as manobras militares deste líder uruguaio eram importantes para poder derrubar Rivera e reincorporar a Cisplatina ao Império brasileiro. O Império Brasileiro aderiu à causa proposta por Bento Gonçalves e Lavalleja, e apenas com derrotas militares do líder oriental em 1832, o Império retirou a autorização de auxílio. Denúncias chegadas de Montevidéu também fizeram despertar as suspeitas do Império quanto às reais intenções dos compadres da fronteira. Ao mesmo tempo, Bento Gonçalves espalhava boatos de que Rivera planejava revoltar a província e envolvê-la no sistema republicano (LEITMAN, 1979).

Susana Bleil Souza vai ao encontro das obras de Guazzelli e Leitman. Para a autora, são evidentes estas relações entre farroupilhas e seus vizinhos platinos, como por exemplo, na frequente utilização do porto de Montevidéu para o escoamento da produção de charque. Segundo Souza, a utilização deste porto se dava por alguns fatores:

⁴² GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**, Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997 [tese de doutorado]. Guazzelli utilizou como fontes os tratados, as proclamações, leis e medidas administrativas, entre outros documentos, que informavam a respeito das tratativas entre os rebeldes sul-rio-grandenses com seus aliados platinos e as negociações do Império do Brasil com o Estado Oriental e com a Confederação Argentina.

Além dos fretes e seguros mais baratos, de qualquer parte do mundo para Montevidéu, devia-se agregar ainda os prejuízos que no litoral rio-grandense resultavam das baldeações, mutilações de volantes, extravios e avarias que representavam capitais imobilizados (Souza, 2008, p. 161).

Ainda sobre as questões envolvendo farroupilhas, Banda Oriental e o porto de Montevidéu, Henrique Pinheiro de Vasconcellos afirma que:

Bem conhecidos eram os fatores que atraíam para o porto de Montevidéu a produção da fronteira “gaúcha”, em lugar da utilização do porto de seu próprio estado: as charqueadas e frigoríficos da fronteira levavam menor tempo em fazer chegar a sua produção a Montevidéu do que ao porto de Rio Grande e, além do frete ferroviário ser menor, os impostos e gastos suplementares que oneravam as exportações pelo porto gaúcho eram evitados. Além disso, o volume e abundância de cargas maiores no porto de Montevidéu tornavam os seus fretes marítimos mais baratos do que os do porto de Rio Grande (1929, p. 277).

A relação envolvendo o Estado Farroupilha e seus vizinhos do Prata ia além da utilização dos portos. Segundo Guazzelli, os castelhanos forneciam os cavalos e petrechos de guerra para as frentes de batalha farroupilhas, o que viabilizava as condições necessárias para a continuidade do conflito. Esta relação aproximada pode ser vista nas palavras de Domingos José de Almeida em correspondência enviada a Bento Gonçalves, Comandante Superior da Guarda Nacional:

A brigada de Neto foi reforçada com 130 homens vindos do Estado Oriental ao mando do Tenente Bernardino Gomes, trazendo 800 cavalos gordos. Na participação desta reunião se acrescente que Paulino Fontoura passou Uruguai com 300 e tantos homens entrerianos e correntinos: foi ordem para reunir-se também a Neto⁴³.

Vargas (2013) apresenta outro exemplo destas conexões observando que alguns charqueadores nos meses iniciais da revolta Farroupilha, com medo de terem seus negócios prejudicados, migraram para Montevidéu levando seus escravos e capitais, vindo a erguer outros saladeiros no país vizinho. É interessante notar que essa migração foi facilitada pelo fato destes charqueadores pertencerem a uma rede de mercadores com conexões na Banda Oriental (p. 98).

Possuir terras no espaço rio-grandense e no espaço da Banda Oriental, além de demonstrar riqueza e status, servia também como estratégia: salvaguardar gado na estância de um dos lados enquanto no outro lado aconteciam distúrbios (por exemplo, Guerra Grande ou Guerra dos Farrapos) e os estancieiros locais que dispunham dessa

⁴³ AAHRGS, vol. 2, CV- 203, p. 176-181.

possibilidade protegiam seu gado dos saques das tropas inimigas levando-os para suas estâncias no Estado Oriental, além de possibilitar a movimentação do gado de acordo com a situação econômica mais favorável de um lado ou outro para seu negócio (FARINATTI, 2007). Um exemplo pode ser visto nas figuras de Bento Gonçalves e Bento Manuel, futuros chefes da rebelião, possuíam estâncias nos dois lados da fronteira, facilitando as coisas para si próprios e para os demais estancieiros (FREITAS, 1985, p. 116). Domingos José de Almeida também possuía propriedades em Montevidéu, e soube bem aproveitar-se disto em momentos críticos vividos na província, como se pode ver pelo extrato de correspondência datado de 25 de maio de 1838 abaixo:

Manda falar a Torquato para levar a Montevidéu todos os nossos escravos constantes da lista junta, caso não precises de algum ou alguns deles, porque então deixarás ficar os que te forem necessários; e pela carreta manda vir de Montevidéu sal, farinha, arroz, açúcar, vinho, vinagre e tudo mais para ti e nossos filhos⁴⁴.

A situação de fronteira era um elemento imprescindível nessa estratégia, principalmente tratando-se de um período bélico, quando a linha divisória era manejada pelos diferentes atores sociais de acordo com os contextos dados. Muitos proprietários da Banda Oriental também possuíam propriedades em território rio-grandense. Segundo Márcia Volkmer (2007), muitos saladeristas uruguaios atravessaram o limite político territorial e estabeleceram charqueadas na região da fronteira no lado rio-grandense conforme as necessidades conjunturais.

Sobre o contrabando existente na região, devemos lembrar que as fronteiras que contornavam a província neste momento eram de difícil controle. Neste período não havia diferenças marcantes naquelas terras recém-dominadas pelos dois impérios europeus, fosse em termos geográficos, demográficos ou de paisagem agrária. Boa parte da área do atual Rio Grande do Sul formava um “*continuum*” com a Banda Oriental, caracterizado por uma ocupação da terra muito laxa, uma baixa densidade demográfica, se comparado a outras regiões americanas e uma mesma forma de organização espacial da produção (OSÓRIO, 2007).

Domingos José de Almeida em carta escrita em 5 de outubro de 1838 para Serafim dos Anjos França, então, Inspetor Geral do Tesouro, demonstra de forma

⁴⁴ AAHRGS, vol. 2, CV-209, p. 184-185.

bastante clara a facilidade de transposição desta fronteira muitas vezes para cometer delitos:

A facilidade de exportação para o Estado vizinho e a ausência das autoridades locais dos seus respectivos distritos por causa dos movimentos de guerra tem permitido a que homens pouco escrupulosos e vadios façam grandes matanças de gados com interesse do couro somente; e afetando semelhante procedimento a moral pública e a riqueza nacional⁴⁵.

Desta forma, acreditamos que o conceito que melhor caracteriza a fronteira para desenvolvermos nosso estudo é o de “Fronteira Manejada”, formulado por Mariana Thompson Flores. Segundo a autora, o ponto de partida da proposta da fronteira manejada seja considerar “a fronteira em seu paradoxo original: enquanto fim e início de territórios contíguos, proporcionando, simultaneamente, separação e contato” (2012, p. 61). Desta forma, assim como Thompson Flores, entendemos a fronteira como um espaço construído, em constante mutação, que se alterava em virtude da ação humana e também dos conflitos políticos e sociais existentes no local.

Como observamos nos exemplos citados,

“os fronteiriços, aparecem como um grupo coeso, que se relaciona entre si e com esse espaço sempre da mesma maneira integrada, como se as diferentes posições sociais que ocupam não pudessem incorrer em diferentes relações entre os sujeitos, e deles com o espaço”(THOMPSON FLORES, 2012, p. 58).

Todavia, não devemos pensar que neste espaço fronteiriço não se fazia presente a presença do Estado. Segundo Thompson Flores:

a fronteira é um espaço periférico, mas não marginal, não foge ao controle do centro [...] Os vários tratados assinados pelo Império ao longo do século XIX com os países vizinhos, leis decretadas, tanto deste quanto do outro lado da fronteira, também constituíram eventos que exerceram alterações sobre as práticas de comércio e contrabando (2012, p.153).

Uma ferramenta política estabelecida pelo Império no intuito de fiscalizar estes espaços fronteiriços foi a criação de alfândegas. Essa via comercial intensa que era desenvolvida no espaço fronteiriço, fosse ela lícita ou ilícita, tornou indispensável a criação de Alfândegas nestes locais. Sobretudo, porque estas eram as maiores estações

⁴⁵ AAHRGS, vol. 2, CV – 257, p. 261.

fiscais em termos de arrecadação e o Império não podia desdenhar dessa possibilidade de incrementar sua receita.

A atividade mercantil durante a República Rio-grandense, segundo Moacyr Flores, chama a atenção para as dificuldades enfrentadas pelos negociantes na realização de seus negócios: requisições, falta de pagamento, taxas e impostos, além do contrabando (FLORES, 2002). Nas correspondências enviadas por Domingos José de Almeida durante a revolta, encontramos evidências que corroboram estas dificuldades enfrentadas pelos negociantes. No que diz respeito à falta de pagamento, deixar a gerência de seus negócios particulares sob os cuidados de sua esposa, inicialmente, trouxe enormes transtornos a Almeida: sua ausência nas propriedades, ou por estarem ao lado dos imperiais, fez com que seus credores, muitas vezes, deixassem de pagar suas dívidas com o charqueador.

[...] Fui também informado do procedimento de nossos credores e de nada me admiro: eles fazem o que era de se esperar. E se não fosse a quadra e os fins que nisto diviso, de muito bom grado lhes entregaria tudo, visto que vivendo como tenho vivido, qualquer modo de subsistência me seria muito mais propício, poupando-te o desgosto em que vives⁴⁶.

Aspectos envolvendo a elite rio-grandense nos anos anteriores a eclosão da revolta foram analisados por Álvaro Klafke que utilizou como fontes para sua análise o periódico *O Propagador da Indústria Rio-grandense*, mantido pela Sociedade promotora da Indústria Rio-grandense e de grande importância para a formação do Estado nacional brasileiro. Klafke demonstra que a elite provincial, com destaque aos comerciantes, “pretendia influir nos rumos do desenvolvimento da província e, mais ambiciosamente, do conjunto do Império” (KLAFKE, 2006, p. 4). Nesta conjuntura, a então elite rio-grandense utilizou-se do periódico para elaborar um discurso favorável a integridade do Império e a autoridade do governo monárquico centralizado. Ou seja, formou-se uma oposição aos revoltosos farroupilhas que reivindicavam uma maior autonomia política. Desta forma, o autor no diz que o projeto de Estado nacional centralizado não era apenas uma imposição do centro do Império, mas também respondia a anseios de setores das elites provinciais.

Criadores, comerciantes e charqueadores compunham a Sociedade Promotora. Apesar disso, o grupo mercantil rio-grandense, que era majoritário na sociedade, influenciou na posição tendencialmente contrária aos sediciosos farroupilhas. Estes

⁴⁶ AAHRGS, vol. 2, CV-178, p. 143-144.

negociantes, muitos europeus (portugueses em sua maioria), participavam do comércio marítimo e mantinham estreitos vínculos e negócios com a praça mercantil do Rio de Janeiro e seus agentes. Consequentemente não interessava-lhes romper com o restante do Império do Brasil devido aos prejuízos decorrentes (BERUTE, 2011).

2.3. O Comércio em meio a revolta: As consequências trazidas pela rebelião, e de que forma homens de negócios realizaram suas transações ao longo do conflito.

O decênio de 1835 a 1845, com o desencadear da Guerra dos Farrapos, foi um período de grandes dificuldades e de enorme recessão. A revolta trouxe problemas como a redução da moeda em circulação e a presença de grande volume de moedas falsas.

As iniciativas de corso e os cercos prejudicaram as transações comerciais em Porto Alegre, na maior parte do tempo sob domínio imperial. Em outro importante polo comercial da província ocorreu o contrário, Rio Grande ampliou suas atividades comerciais nos anos de conflito. Durante a guerra, seu porto foi “um ponto habitual de desembarque e acantonamento de tropas, e entreposto natural de todo o comércio da área dominada pelas armas legalistas”. Como um dos resultados do conflito, observou-se que concomitantemente o período de guerra prejudicou o desenvolvimento de Porto Alegre e estimulou e ajudou Rio Grande (FRANCO, 1983, p. 27-31).

Devemos discernir essa ampliação ocorrida no porto de Rio Grande, ao longo da revolta, do comércio que era realizado pelos farroupilhas, já que este não estava sob seu domínio. Segundo Berute, no decênio que ocorreu a revolta farroupilha as principais mercadorias exportadas pela província eram “couros *vacuns*, charque, e demais derivados do gado (sebo, graxa, unhas de boi, chifres), animais *vacuns* e *cavalares* a pé, além de diversos gêneros como erva-mate, lã, lenha e madeira em bruto, milho, aves, entre outros” (BERUTE, 2011, p. 48). Esses dados de exportações analisados pelo autor correspondem ao governo legal da província, entretanto como já foi destacado, os farroupilhas mantiveram um comércio paralelo (contrabando) na região por eles controlada (interior da campanha) com o Uruguai e aproveitaram-se de suas relações com os vizinhos platinos para a comercialização e financiamento da República Rio-grandense.

Guilhermino Cesar (1978) destacou que os produtos exportados pelos revoltosos farroupilhas eram bastante limitados, em suma, tratava-se de couros, mulas, cavalos,

gado e erva-mate. Márcia Eckert Miranda conclui que o governo farroupilha desenvolveu uma política tributária própria com alíquotas favoráveis aos países vizinhos, pois dependia deles para a aquisição de bens de consumo e artigos bélicos e de vender seus produtos. O contexto bélico vivenciado no período não possibilitou ao Estado Farroupilha desenvolver um sistema de verdadeira eficácia quanto à cobrança e a fiscalização destes tributos. O que acabou tornando as requisições, os confiscos, o corso contra o comércio imperial e os empréstimos a principal fonte de recursos para os farrapos(1998, p. 72-75).

Além disso, havia outro fator de forte impacto na economia, a falsificação de moedas. Sérgio da Costa Franco (1983) entende que a falsificação de moedas teve um aumento significativo durante a revolta farroupilha, embora se saiba que esta prática já era corriqueira no meio comercial. Os Estados Unidos eram os principais responsáveis pela falsificação e circulação destas moedas, porém, não eram os únicos a fazê-lo, pois elas também entravam através da fronteira com o Uruguai.

Ao longo do século XIX, mesmo em períodos em que não houve conflitos bélicos, era comum a escassez de moeda e por isso a maior parte das transações se dava a crédito. No caso específico dos comerciantes e charqueadores, por exemplo, revendedor e fornecedor, a partir da contração da dívida, a intenção, em geral, não era saldá-la brevemente. No momento em que o revendedor se abastecesse de mercadorias com o fornecedor, essas só seriam pagas depois de revendidas, e na ocasião em que o comerciante revendedor fosse adquirir mais mercadorias. Dessa forma, estabelecia-se uma dívida contínua. Domingos José de Almeida utilizou-se desse mecanismo de pagamento e, alegando prejuízos com a revolta farroupilha, fez a seguinte proposta a Guilherme Rodrigo de Carvalho:

[...] A vista de tantos motivos, ousou rogar a V. S.^a à semelhança do que já de outros tenho obtido, a dilatação de cinco anos pelo que lhe sou devedor, cujo o prazo será contado de 15 de setembro próximo passado, porque findo ele, se até então me vir solvido, disporei de tudo, e por esse modo de um só jato embolsarei meus credores⁴⁷.

Na falta de moeda, os negócios se davam através das mais diversificadas trocas de produtos, alimentos, ferramentas até animais, como nos mostra o seguinte documento:

⁴⁷ AAHRGS, vol. 2, CV-180, p. 155.

[...] Tendo de comprar do outro lado alguns gêneros, recursos para minha casa, e não podendo fazer esta compra senão a troco de gado pela falta de dinheiro corrente, e faltando-me este até para pagar os direitos (talvez de cem bois), tenho, portanto de rogar-lhe o ver se é possível pagar tais direitos em gado [...]⁴⁸.

Dívidas de muitos anos, pagas e renovadas constantemente entre fornecedor e revendedor, eram uma maneira encontrada pelos fornecedores para solidificarem parcerias comerciais. Na maior parte das vezes, era na morte que se procurava saldar essas dívidas, aproveitando a partilha dos bens em inventário. Para se cobrar dívidas, portanto, por motivo de falecimento, falência ou calote, movia-se uma Ação Ordinária na comarca do devedor (THOMPSON FLORES, 2012, p. 160-161).

Além da falta de dinheiro em espécie, a Guerra dos Farrapos trouxe consequências para as comunicações entre Porto Alegre e Rio Grande, além de acarretar em interrupções na entrada e saída de embarcações. Na obra de Sérgio da Costa Franco é possível observarmos reclamações, de comerciantes estadunidenses que possuíam negócios na província, quanto à precariedade na comunicação. Relatavam casos em que ficavam dois meses sem o contato entre Washington – Rio Grande (FRANCO, 1983).

As consequências do conflito para os comerciantes de outras províncias e nacionalidades não terminariam aí. Muitos acabaram sendo presos e/ou tiveram suas embarcações retiradas do porto de Rio Grande, acabando impedidos de entrarem na província por ordem de João de Araújo Ribeiro, Presidente da Província (BERUTE, 2008, p. 6). Os comerciantes estadunidenses neste momento acabaram sendo os mais perseguidos, pois, o fato dos Estados Unidos serem um país republicano, fazia com que o Império do Brasil visse seus cidadãos que aqui residiam como possíveis aliados dos “republicanos farroupilhas” em guerra contra o Império. Além disso, as autoridades da província os acusavam de suprir os revoltosos com armas, munições e com contribuições em dinheiro.

Ao final da década de 1830, todas as casas de comércio estadunidenses haviam sucumbido ao conflito e encerrado suas atividades, ou seja, a comercialização que ocorria com os Estados Unidos estava suspensa. Este posto de comércio avançado só viria a ser reestruturado e reiniciar suas atividades de comércio na província em meados da década de 1840, ainda que a situação na província não fosse de paz (BERUTE, 2008, p. 7).

⁴⁸AAHRGS, vol. 2, CV-2, p. 16.

Os comerciantes, farroupilhas ou não, souberam utilizar-se das necessidades do conflito para realizar seus negócios, as dificuldades intrínsecas a revolta propiciavam novas formas e campos a serem investidos. Domingos José de Almeida buscou realizar investimentos em outras áreas de negócios ao longo da revolta.⁴⁹ Prova disto é que, em 1837, formulou um pedido e enviou uma quantia em dinheiro ao Presidente da Província para que este lhe autorizasse a comprar uma tipografia, pois tinha o desejo de criar um periódico e tornar-se redator do mesmo. Almeida relata ao Presidente da Província que caso o pedido fosse indeferido: “fará bem devolver dito capital, caso não esteja realizada a compra de tal Tipografia, e eu deva pôr o capital para isso aplicado em algum giro para manutenção de minha família”⁵⁰. Com isso, Domingos José de Almeida viria a realizar seu desejo de tornar-se redator de um periódico após a revolta farroupilha quando retorna para Pelotas. Essa questão será trabalhada no último capítulo.

A necessidade de abastecimento das tropas combatentes representou uma oportunidade de bons negócios para os charqueadores e comerciantes estabelecidos no Rio Grande de São Pedro, e muitos destes foram inseridos ao Estado Farroupilha pelo poder econômico ou local que possuíam. Segundo Rosicler Fagundes (2009), exército farroupilha necessitava destes grandes proprietários, pois estes possuíam condições de se armar com financiamento próprio e também arregimentar homens nos períodos críticos de guerra para a proteção do espaço, com um batalhão de soldados formado de homens, para os quais tinham de comprar, além do armamento, a farda e prover o seu sustento.

Em carta de Domingos José de Almeida para o Tenente Gaspar Nunes, o Ministro deixa claro que eram os estancieiros que financiavam, através de empréstimos, o exército farroupilha para que esse conseguisse pelo menos manter seus insumos básicos:

Ilmo. Sr.. Pra pagamento de porção de fazendas que se acham no Salto, por pedido do Exmo. General Bento Manuel Ribeiro, para vestuário do exército, S. Ex.^a o Sr. Vice-presidente da República pede a V. S.^a ocorra por empréstimo com cento e cinquenta novilhos e touros de invernar que poderá mandar entregar ao Major Francisco Pereira quando pelo mesmo forem

⁴⁹Ainda em 1832, Domingos José de Almeida, Antonio José Marques, Antonio Gonçalves Chaves e José Vieira Viana, financiaram a construção de uma embarcação a vapor denominada “Liberal”, que passou a fazer viagens regulares entre Pelotas e Rio Grande. Poucos anos depois, Já se contava com linhas regulares a vapor entre Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Ver: MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Evolução das charqueadas rio-grandenses**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1990, p. 133-135.

⁵⁰ AAHRGS, vol. 2, CV – 210, p. 185.

procurados e a quem o portador da presente se servirá contestar o que lhe convier, para me ser comunicado como lhe hei ordenado. A importância dos referidos novilhos e touros lhe será entregue com preferência por qualquer das Coletorias do Estado que melhor lhe convenha, e a vista do recibo que deverá exigir da pessoa pelo dito major autorizada para tal recebimento⁵¹.

Quanto à participação destes homens de negócios na revolta, não devemos achar que os estancieiros e comerciantes participaram e apoiaram a Guerra dos Farrapos apenas por interesses dos líderes do movimento, pois viam-se contrariados em seus interesses econômicos pela política imperial, que prejudicava os negócios da indústria charqueadora ao facilitar a entrada da produção dos saladeiros argentinos e uruguaios a preços menores. Os homens de negócios também possuíam interesses particulares para participarem do conflito (FAGUNDES, 2009). Como escreveu Spencer Leitman, os comerciantes e estancieiros “se tornaram porta-vozes das reivindicações políticas e econômicas da Província” e as “forças políticas eram centristas e separatistas”(1979, p. 102).

No caso de Domingos José de Almeida, antes de ingressar ao Estado Farrapo, ele já vinha desempenhando alguns cargos na política local, como por exemplo, vereador na Vila de São Francisco de Paula e eleito deputado provincial da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul. No seu mandato lançou a campanha de alfabetização no Rio Grande do Sul, inconformado com o fato do Paraguai ter 408 escolas públicas e a província nenhuma. Era Almeida o secretário responsável pela ata da reunião na Loja Maçônica *Philantropia e Liberdade* que decidiu pelo início da Guerra dos Farrapos (SPALDING, 1987, p. 65).

A partir dessas observações, podemos afirmar que depois de seu matrimônio, a ascensão social e o acesso ao cargo de Ministro da Fazenda do exército farrapo oportunizaram à Almeida a rede de relações sociais necessárias para catapultar sua atuação política. Após seu matrimônio, Domingos José de Almeida conseguiu, transformar “uma extensa rede de contatos comerciais em parte do patrimônio relacional comum” (MENEGAT, 2009, p. 181).

⁵¹ AAHRGS, vol. 2, CV-401, p. 317.

2.4. Negócios públicos ou privados? As relações comerciais desenvolvidas por Domingos José de Almeida frente o cargo de Ministro da Fazenda

O cargo de Ministro da Fazenda assumido por Almeida ao longo da Guerra dos Farrapos veio a solidificar a sua imagem no cenário da província. Assumir o Ministério, e fazer parte da administração da então República Rio-Grandense era privilégio de poucos levando-se em consideração o poder atribuído a tal cargo, bem como a condição e o status social que lhe eram agregados. Os cargos de Ministros exigiram de Almeida muita capacidade de comando, mas estas só seriam valorizadas de acordo com a condição socioeconômica de determinado indivíduo, acompanhado das redes de relações sociais por esse estabelecidas, em que postos e cargos eram atribuídos a pessoas de um mesmo âmbito social (MARQUES, 2011, p. 5).

Os relatos específicos sobre relações comerciais de Almeida ao longo da Guerra dos Farrapos mostram que, num primeiro momento, ele deixou seus negócios particulares quase a totalidade sob a gerência de sua esposa, Bernardina. Deixar a gerência de seus negócios particulares sob os cuidados de sua esposa, inicialmente, trouxe alguns transtornos a Almeida. Sua ausência em nas propriedades fez com quem seus credores, muitas vezes, deixassem de pagar suas dívidas com ele.

[...] Fui também informado do procedimento de nossos credores e de nada me admiro: eles fazem o que era de se esperar. E se não fosse a quadra e os fins que nisto diviso, de muito bom grado lhes entregaria tudo, visto que vivendo como tenho vivido, qualquer modo de subsistência me seria muito mais propício, poupando-te o desgosto em que vives⁵².

Devemos considerar também que alguns credores aproveitaram-se do fato de Almeida fazer parte do movimento rebelde para não pagar o que lhe deviam. Neste caso, não haveria relações com o mesmo estar vivendo em suas propriedades ou não.

Na maioria das correspondências analisadas, observamos Almeida fazendo transações comerciais em nome do Exército farroupilha. Sabemos que mesmo Almeida realizando em sua maioria negócios em nome dos Farroupilhas, também buscou benefícios pessoais, visando uma lucratividade para seus negócios particulares e, para dar início a uma análise mais detalhada, demonstraremos alguns modelos de negócios realizados pelo Ministro em nome do Estado.

⁵² AAHRGS, vol. 2, CV-178, p. 143-144.

Os negócios mais realizados pelo Estado Farroupilha ao longo do conflito foram os que visavam suprir a República Rio-grandense do necessário. A compra de tecidos, alimentos e empréstimos para armar os exércitos e pagar os soldos dos oficiais estão entre os negócios mais corriqueiros. Levando-se em consideração a escassez de fundos e os problemas monetários enfrentados pela República, o governo farroupilha procurava saldar suas dívidas com os negociantes entregando novilhos capturados nas estâncias dos legalistas. Como no exemplo existente na correspondência enviada por Domingos José de Almeida a Joaquim dos Santos Prado Lima:

Não convindo tirar-se uma só res das Fazendas Nacionais, outrora dos extintos Jesuítas em Missões, assim o comunico a V. S.^a para que fique de nenhum efeito a ordem expedida por esta repartição em 6 do presente mês a favor de José Antonio da Silva que deverá ser reembolsado em gado de propriedade inimiga⁵³.

Algo semelhante ocorria com os negociantes estabelecidos na campanha que serviam de intermediários com os comerciantes de Montevideu e recebiam novilhos e couros como pagamento. Outra alternativa utilizada era descontar do montante da dívida que o Tesouro tinha com cada comerciante o valor das taxas referentes às transações de exportação e importação de mercadorias que deveriam ser pagas a Coletoria (FLORES, 2002, p. 276-277).

Pedidos de empréstimo pessoais ao Estado Farroupilha eram bastante comuns, e são nestes modelos de negócios que podemos observar pela primeira vez os interesses públicos e particulares de Almeida se cruzando. Este tipo de negociação em específico é interessante para análise deste trabalho, pois nos permite concluir que o solicitante do empréstimo quando tem seu pedido deferido cria uma dívida monetária com o Estado e uma “dívida de gratidão” com o Ministro Almeida. Como veremos no caso a seguir, Almeida soube utilizar-se do cargo hierárquico assumido para reforçar suas relações familiares e de compadrio, que se mostravam fundamentais para o desenvolvimento da atividade mercantil, em especial, em um período de conflito armado.

[...] como agora acontece, que tendo antes de ontem pedido recurso para o hospital agora o faço para mim, estou bem certo [sobre o?] que me mandou dizer, porém a necessidade a tudo obriga e por isso um ou dois patações tudo

⁵³AAHRGS, vol. 2, CV – 246, p. 209-210.

é suficiente para quem não tem vintém e nem a quem pedir se não for a V. Ex.^a.⁵⁴

O caso específico acima analisado é um pedido de empréstimo feito por Antonio José de Abreu, “compadre e amigo fiel e sincero”⁵⁵ de Almeida, como o mesmo assinava no documento. O empréstimo pedido de empréstimo de Abreu é deferido, sendo enviados três patações para o requisitante⁵⁶.

Mesmo frente ao cargo de Ministro da Fazenda e não estando presente em suas propriedades, Almeida jamais deixou de realizar seus negócios particulares, sejam eles através de vantagens que conseguia realizando compras e vendas em nome do Estado Farroupilha, seja fazendo empréstimos. Os empréstimos realizados por Almeida ao longo da revolta são em sua maioria para outros oficiais farrapos, e podemos analisá-los através das correspondências enviadas por Almeida cobrando os montantes. É interessante observar que na maioria das vezes a finalidade do recurso que era emprestado não seria utilizado para benefício pessoal do solicitante, mas para investimentos as unidades do exército farroupilha sob responsabilidade dos oficiais. A correspondência de cobrança enviada por Almeida para o então Coronel da Divisão da Direita, João Antônio da Silveira demonstra bem esta negociação:

Quando em 19 do passado exigi de V. S^a. O recibo das quantias que de dinheiro meu lhe havia dado para despesas de bombeiros e miudezas da Divisão a seu cargo, me não lembrou das três onças que lhe dei a 5 do mesmo em Vacaquá no valor de cinqüenta e um patações prata, [...] E porque para meu embolso, em tempo idôneo, seja mister documento seu, rogo a V. S.^a me remeta na primeira ocasião segura que para esta se oferecer⁵⁷.

Casos de pedidos de empréstimos como o acima citados são diversos em meio à documentação trabalhada. E, além de possibilitar e evidenciar a mistura de interesses públicos e interesses pessoais, nos permite observar que homens de negócios como Domingos José de Almeida estiveram imersos a permanente necessidade de reforço e renovação das relações interpessoais em diferentes campos de atuação, exigindo a sobreposição de matrimônio, compadrio, sociedades comerciais e alianças políticas. A convivência entre relações menos estáveis e mais distantes, como as do comércio e

⁵⁴ AAHRGS, vol. 2, CV -26, p. 28

⁵⁵ Consultar: AAHRGS, vol. 2, CV-33 e vol. 2, CV - 34, p. 33-34.

⁵⁶ AAHRGS, vol. 2, CV-26, p. 28.

⁵⁷ AAHRGS, vol. 2, CV – 415, p. 326.

relações estáveis e próximas, como as geradas dentro do núcleo familiar, completava o quadro de obrigações recíprocas e de negociação dos conflitos, permitindo que diferenças entre os interesses fossem acomodadas num arranjo social cumulativo ao grupo (MENEGAT, 2009, p. 182).

As correspondências trocadas entre Almeida e sua esposa Bernardina são bastante claras quanto a importância desta malha parental na vivência de suas famílias. Nos meses que antecediam a Guerra dos Farrapos (1835-1845), Domingos José de Almeida vai a Porto Alegre assumir sua vaga de deputado provincial, chegando a capital, escreve para a esposa mandando “abraços a nossos filhos e saudações a teus pais, compadre José Félix, teus irmãos, José Pedro, João da Cunha e a todos de casa”.⁵⁸ Com o eclodir da revolta, três meses depois, ele tomou parte do lado farrapo. Nesta ocasião, dona Bernardina, retirando-se para lugar mais seguro com os filhos do casal, esteve cercada por esta ampla gama de amigos, parentes e compadres, como fica claro nas correspondências. O que, de certa forma, tranquilizava Almeida, pois mesmo em sua ausência sua esposa e filhos estariam protegidos.

Em uma das correspondências Bernardina Barcellos para Domingos, menciona: “a nossa família é muita grande”. Devemos lembrar que neste contexto, o termo “*família*” compreendia um grupo que ia além da consanguinidade e coabitação, podendo abranger membros de outras famílias, sugerindo “relações rituais, como as de compadrio, ou de aliança política”. As alianças tecidas em torno de um “chefe de família”. Permeando estas relações estavam os laços de parentesco (MOTA, 2012, p.41). Dessa forma, tornava-se muito importante para Almeida, quando possível, aproveitar-se dos pedidos de empréstimos e favores requeridos ao Estado Farroupilha interesses particulares no intuito de solidificar suas relações comerciais, familiares e de compadrio.

Por estarem no cerne das principais decisões do Estado Farrapo, por serem os detentores da “palavra final” em muitas decisões, os oficiais militares souberam muito bem utilizar-se destes postos para benefícios próprios e de seus compadres. Um episódio que demonstra esse envolvimento entre as necessidades do público com o privado aparece quando, mesmo sabendo-se da necessidade de conseguir-se cavalos para os combates, Francisco Pedro de Abreu, então Coronel Comandante da cidade de Pelotas, determina que fossem recolhidos todos os potros e mulas dos campos

⁵⁸ AAHRGS, vol. 2, CV-174, p. 140.

“inimigos” e das propriedades pertencentes aos Farrapos, exceto na de seu compadre, Domingos José de Almeida:

As partidas da força do meu comando não tirarão cavalos do Sr. Domingos José de Almeida, só em caso de muita necessidade, então lhe pedirão, que o mesmo senhor está franco em prestar-se. (a) Francisco Pedro de Abreu. Coronel Comandante deste Departamento⁵⁹.

Como podemos observar, a realização de negócios ao longo da revolta, sejam eles públicos ou particulares, não era tarefa fácil. A maior dificuldade era desvendar como arrecadar conseguir bons negócios e, principalmente, como conseguir as garantias de que iria se receber. Domingos José de Almeida por diversas vezes investiu de seu próprio patrimônio no Estado Republicano, logicamente, buscando alguma recompensa, como veremos no caso a seguir. Almeida sabendo da venda de um lanchão novo por Luís Neves, indicou a Joaquim dos Santos Prado Lima, então Coletor Geral da vila de Alegrete, a compra imediata do mesmo, visando a segurança sobre o rio Uruguai.

Manda o Exmo. Sr. Presidente do Estado que V.S.^a, depois de informado do estado de tudo, efetue a referida compra, visto ser indispensável uma embarcação apropriada para o registro da Repartição Fiscal mais interessante sobre o rio Uruguai, e em consequência faça a entrega, na parte indicada⁶⁰.

Domingos José de Almeida, sabedor das dificuldades financeiras enfrentadas pelo exército farroupilha, se propôs em armar com suas próprias finanças um lanchão para fazer o curso do alto-mar nas águas da barra de Rio Grande contra as embarcações imperiais, tirando do negócio, ao mesmo tempo, todas as vantagens que se pudessem colher, e todos os ganhos a partir do que fosse apreendido⁶¹. O chefe de polícia do Departamento do Boqueirão atendeu aos pedidos de Almeida, que adquiriu os dois lanchões para o exército farroupilha⁶².

Os oficiais farroupilhas investiram muito de seu dinheiro privado no Estado Farroupilha, Domingos José de Almeida, por exemplo, levou 10 anos para restabelecer suas finanças após o conflito. Em um dos documentos trabalhados podemos observar Almeida fazendo um saque pessoal de 785 patações para pagamento das fazendas que

⁵⁹ AAHRGS, vol. 2, CV – 82, p. 76.

⁶⁰ AAHRGS, vol. 2, CV – 303, p. 239.

⁶¹ AAHRGS, vol. 2, CV-285, p. 230.

⁶² AAHRGS, vol. 2, CV-331, p. 255.

havam sido compradas para fornecimento da 1ª Brigada ao Coronel João José Damasceno⁶³.

Em correspondência enviada por Domingos José de Almeida ao Tesouro Público Nacional Rio-grandense, no dia 6 de abril de 1840, o então Ministro da Fazenda em um tom de desabafo descreve todos os seus investimentos particulares feitos em prol do Estado Farroupilha, e o que a República lhe devia⁶⁴. A correspondência é riquíssima em informações, contendo planilhas dos investimentos privados que Almeida havia realizado. As contas cobradas por Almeida junto ao Estado Farroupilha mostram os mais diversos tipos de investimentos: tropas vendidas por Almeida em Montevideú, onde mandou tirar os couros e enviar para Piratini; distribuição de alimentos, vestimentas e dinheiro para criar condições de continuar a guerra; número de tropas de gado extraídos por conta do Estado (de suas e outras propriedades); investimentos realizadas na reforma e construção de carretas para transporte de bens; compra de mil e nove cavalos na Banda Oriental para fins do exército farroupilha; pagamentos de soldos aos combatentes; empréstimos adquiridos pessoalmente e repassados ao Estado, dentre outros. Em 6 de maio de 1840, Almeida envia outra correspondência ao Tesouro Publico Nacional Rio-grandense fazendo mais algumas cobranças quanto a investimentos particulares no Estado Farroupilha⁶⁵.

Essas correspondências corroboram que foram altos os investimentos feitos por homens de negócios na República Rio-grandense ao longo da revolta. Sabemos que não podemos ter a inocência de acreditar que todas essas contas e cobranças são totalmente fidedignas. Porém, são peças chaves para confirmarmos que esses negociantes possuíam interesses particulares ao realizarem transações em nome do Estado Farroupilha.

No início da década de 1840, Domingos José de Almeida já se demonstrava estafado com o cargo de Ministro da Fazenda. Não via o reembolso esperado no dinheiro privado que vinha investindo no Estado Farroupilha, estava cansado com os credores que não lhe pagavam e já falava a sua esposa no desejo de que ao entregar o cargo, arrendar suas propriedades em Pelotas e mudar-se-iam para Montevideú.⁶⁶ O que nos indica que a participação de homens de negócios no governo farroupilha, ainda que estes tivessem interesses particulares, podia não ser tão vantajosa como esperava. Esta questão abordaremos de forma mais aprofundada no último capítulo.

⁶³AAHRGS, vol. 2, CV-417, p. 327.

⁶⁴AAHRGS, vol. 2, CV-377, p. 292.

⁶⁵AAHRGS, vol. 2, CV-391, p.311.

⁶⁶AAHRGS, vol. 2, CV-205, p. 181-182.

O cargo de Ministro da Fazenda do Estado Farroupilha trazia consigo enormes responsabilidades e a necessidade de cuidar dos afazeres do cargo e, concomitantemente, os negócios particulares era muito desgastante. Observamos que este desgaste pressionou em diversos casos Domingos José de Almeida, como se evidencia no extrato a seguir:

[...] dei o impulso que podia a parte da Administração que me foi confiada. Estabeleci o Tesouro, organizei as Coletorias e coligi um método de arrecadação para ter o Estado um rendimento qualquer para acorrer às suas precisões. [...] Apesar porém de tantas vigílias e incômodos, meus serviços não têm correspondido à expectativa, e uma oposição sistemática, particularmente d parte do Tesouro, assaz me tem convencido que devo deixar o lugar para quem melhor o desempenhe. Assim faço pois remetendo pela Secretaria da Guerra para ser presente a V. Ex.^a minha demissão⁶⁷.

Outro fato que demonstra o desgaste sofrido por Almeida frente ao cargo de Ministro do exército farroupilha aconteceu em 1841, quando Almeida, solicitou que Antonio Vicente da Fontoura o substituísse no cargo de Ministro da Fazenda. Na carta enviada por Domingos José de Almeida, datada de 18 de novembro de 1841, está escrito o seguinte:

“Minha paciente resignação se há esgotado, e minha honra me tem feito olhar com indiferença para o futuro que nos espera, e que eu afincadamente tenho dirigido meus esforços para afastar. Está nomeado meu amigo para substituir-me, e por tudo quanto há sagrado lhe rogo que sem denstença de momento me venha aliviar de um peso com que já não posso. A pátria assim o exige de V. Ex.^a e ela é credora desse ingente sacrifício. Se V. Ex.^a se escusar terá de ser acusado de um crime de que se não poderá justificar facilmente. Deveria ser mais extenso: porém a prudência me aconselha à concisão. Cá o espera breve o seu sincero e muito obrigado amigo”⁶⁸.

Vicente da Fontoura não hesitou em aceitar o cargo, porém, meses mais tarde, Fontoura e Almeida tornar-se-iam desafetos. Vicente da Fontoura ao assumir o cargo de Ministro da Fazenda, em fevereiro de 1842 acusa a Almeida abertamente de diversos erros praticados quando Ministro da Fazenda. A desaprovação de uma série não pequena de atos de seu antecessor, procurando alterná-los ou revogá-los, além de acusações a Domingos de que este favorecia amigos e parentes nas compras e de se beneficiar nas vendas dos botins dos saques foram alguns dos motivos que desencadearam a luta de ambos (MENEGAT, 2009, p. 127).

⁶⁷ AAHRGS, vol. 2, CV – 275, p. 224.

⁶⁸ AAHRGS, vol. 2, CV – 541, p. 402-403.

Após o fim da Guerra dos Farrapos, Domingos José de Almeida retornou a Pelotas e, segundo Spalding (1979, p. 134), reestruturou suas finanças em dez anos. Almeida abriu o jornal diário *Brado do Sul* em Pelotas, que veio a funcionar entre 1858 a 1861. O seu objetivo com o Jornal era possibilitar a publicação de uma série de artigos e documentos sobre a Revolução Farroupilha. Mesmo a frente do jornal, Almeida não deixou de lado a política, sendo eleito vereador, juiz de órfãos e coronel da Guarda Nacional (BARBOSA, 2009). Trabalharemos de forma mais aprofundada a atuação de Domingos José de Almeida no pós-guerra no próximo capítulo.

Apesar da considerável produção historiográfica existente, entendemos que refletir sobre o comércio no período da Guerra dos Farrapos no espaço fronteiriço pode apresentar contribuições importantes sobre esse contexto de guerra. Restam ainda muitas outras situações, envolvendo o comércio de bens diversos, como gado, manufaturados, escravos, armas, etc., que permitirão outras análises semelhantes e complementares.

Depois que foi assinada o tratado de Paz de Ponche Verde com o Império, Domingos José de Almeida iniciou uma série de petições exigindo o pagamento de dívidas pessoais que havia assumido para munir tropas farroupilhas. Enviou ao menos três documentos à Corte, em que anexou testemunhos e cartas que constituíam prova dos recursos financeiros que havia empregado.

No próximo capítulo trabalharemos o retorno de Domingos José de Almeida a Pelotas e de que forma o charqueador conseguiu retomar suas finanças.

CAPÍTULO 3

DE PONCHE VERDE AO ACERTO DE CONTAS: A PAZ DE PONCHE VERDE E A BUSCA DE DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA PELO RESSARCIMENTO DOS INVESTIMENTOS NA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE.

Até o início dos anos 2000, ainda que a Guerra dos Farrapos tenha sido tema de variada e importante historiografia⁶⁹, os trabalhos produzidos não haviam aprofundado sua análise de forma direta em questões como: os conflitos políticos entre os farroupilhas; o período pós Guerra e as consequências sofridas pelo grupo dos farrapos e de que forma os rebeldes buscaram reaver o financiamento posto em prol dos ideais da República.

Trabalhos como o de José Plínio Guimarães Fachel (2002) e Adriana Barreto de Souza (2008), nos apresentam abordagens instigantes e inovadoras as existentes sobre a revolta. Fachel (2002) ao trabalhar com a heterogeneidade política existente na República Rio-grandense caracterizou a existência de grupos distintos no comando da elite farroupilha, o *grupo da maioria* e o *grupo da minoria*, demonstrando que os farroupilhas possuíam um divisionismo político, indo de encontro a ideia até então abordada pela historiografia de que este seria um grupo homogêneo politicamente.

Souza (2008) em seu trabalho parte na contramão dos antigos biógrafos do Duque de Caxias⁷⁰. Em sua obra, a autora pretende discutir a imagem do “duque-monumento” e explorar esse enfoque ainda inexplorado nas biografias sobre Caxias. O foco do trabalho é, nas palavras da própria autora:

⁶⁹VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução**; o ciclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933. 6 volumes. FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978. LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-grandense (1835-1845)**, 2ª. ed. Porto Alegre: Globo, 1983. LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos**, 1979. GUAZZELLI, César Augusto. **O Horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**, 1998. DACANAL, José Hildebrando (org.). **Revolução Farroupilha: história e interpretação**, 2ª. ed., 1997. PICCOLO, Helga. **O Discurso Político na Revolução Farroupilha**, 1986-87. PESAVENTO, Sandra. **Farrapos, Liberalismo e Ideologia**, 2ª. ed., 1997. PADOIN, Maria Medianeira. **Federalismo Gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

⁷⁰Segundo a autora, de maneira geral, as biografias sobre o Duque de Caxias produzidas até então tinham como objetivo propagar a imagem de herói nacional, e que assim, sua trajetória fosse transmitidas a seus contemporâneos e as gerações vindouras, o que foi facilitado pelo fato de existirem poucas pesquisas acerca do tema e sobre o Exército brasileiro no século XIX.

“decompor o ‘duque-monumento’, contando a história de um oficial brasileiro nascido numa família de militares portugueses, de origem não nobre, que atravessou o Atlântico para tentar aumentar suas chances de ascensão social” (SOUZA, 2008, p. 40).

A autora busca dessa forma, estudar não apenas o Duque de Caxias como militar, mas também Luis Alves de Lima como um homem de seu tempo e como um agente político.

Para a análise da Guerra dos Farrapos, estes dois últimos trabalhos nos trazem contribuições importantes, levando-se em consideração que tanto Fachel como Souza tratam de focar questões abordadas de forma tangencial pela maior parte dos trabalhos até então produzidos.

Neste capítulo nos propomos, inicialmente, examinar os últimos anos do conflito antes do Tratado de Ponche Verde, estendendo nossa análise até 1850. Para isto iniciamos a análise ainda em 1839, quando as fontes consultadas indicam o declínio da capacidade política e militar da República Rio-grandense e a paulatina retomada da hegemonia imperial no território sul-rio-grandense. Nosso objetivo neste contexto é discutir a participação de Domingos José de Almeida nesse processo final do conflito e período posterior observando também, a partir da instauração desse período crítico (1839) quais estratégias foram utilizadas pelo barão de Caxias (como as anistias, pagamento de indenizações, etc.) para colocar fim a maior revolta do período regencial. Em meio a esse contexto, o objetivo principal da discussão é analisar a situação específica de Domingos José de Almeida, verificando como se encontrava nos anos finais da revolta, quais e porque razões fundamentava suas escolhas, quais relações de fidelidade construídas nos anos de guerra foram mantidas após o conflito e como Almeida tentou reaver os investimentos feitos durante o Estado da República Rio-grandense.

Para isto, damos seguimento à análise das correspondências de Domingos José de Almeida existentes na Coleção Varela. Pois como há dentre essa documentação cartas escritas pelo personagem até 1860, pode-se encontrar ali a fundamentação empírica necessária para respondermos aos objetivos propostos neste capítulo.

Os desgastes oriundos do conflito já deixavam chagas profundas, restaria, então, aos farrapos estudavam a melhor forma de render-se almejando garantir seus interesses para assim dar início a um processo de reestruturação da província e da vida particular de seus integrantes. Segundo José Iran Ribeiro (2013), a cada vitória militar imperial

aumentava a capacidade de interferência do poder central nas realidades provinciais. A demora na pacificação dos conflitos, se por um lado demonstrava os limites do alcance da estrutura repressiva a mando do imperador, por outro esgotava a capacidade dos farrapos em manter seu potencial de reação frente a um Estado central cada vez mais capaz, na medida em que ia pondo fim sucessivamente às revoltas. Segundo o autor, o desfecho do movimento armados dos liberais rio-grandenses foi o caso mais evidente dessa exaustão (RIBEIRO, 2013, p. 282).

A República Rio-grandense resistiu enquanto o Império fracionava suas forças, reprimindo vários movimentos sem conseguir unificar a atuação de seus representantes no Rio Grande do Sul. Não se pode justificar a vitória do império frente aos revoltosos unicamente pelos acertos dos administradores da Corte, as disputas internas existentes entre os líderes farroupilhas e a impossibilidade destes de continuar contando com o apoio dos grupos políticos além-fronteiras também contribuíram decisivamente para o movimento. Segundo Ribeiro (2013), a inconstante e temerária conjuntura platina possibilitou uma pacificação em termos muito mais vantajosos do que os ofertados a outros grupos provinciais revoltados.

A assinatura do Tratado de Paz de Ponche Verde, em 28 de fevereiro de 1845, colocaria fim a maior rebelião do período regencial brasileiro. A assinatura do tratado teria um significado ideológico para a imagem do movimento que foi guardado e explorado por parte da historiografia e por outros segmentos da sociedade gaúcha até a atualidade. (PESAVENTO, 1985).

A partir das obras de César Guazzelli (1997) e José Plínio Guimarães Fachel (2002) observamos vestígios da desintegração, militar e econômica da República Rio-grandense já na transição dos anos de 1838-1839. Assim como que as negociações de paz não podem ser vistas apenas como uma rendição, mas sim como uma necessidade, pois o conflito já desgastava farrapos e imperiais.

Além dessas afirmações trazidas por Guazzelli e Fachel, Ribeiro (2013) afirma que Duque de Caxias alcançou a pacificação baseado em uma rede de sustentação que foi criada em função do estado de pacificação da maior parte do Brasil e da coalizão instaurada pelos conservadores instalados na direção do império⁷¹. Segundo o autor, o

⁷¹ Segundo Souza (2008) e Ribeiro, o que diferia o poder de Caxias a seus antecessores não era sua forma de ordenar, mas sim, a sólida sustentação que recebia da Corte. “O suporte recebido não dava margem a questionamentos sobre determinações do barão, tolhia o estabelecimento de canais paralelos de comunicação entre militares sob seu comando e a administração o Rio de Janeiro. Assim, a obediência à autoridade de Caxias era imposta forçosamente porque toda a mediação entre os imperiais no Rio Grande

Duque de Caxias conseguiu, com alguma liberdade por parte da Corte, estabelecer novos parâmetros para o funcionamento das operações no Rio Grande do Sul, reorganizando as forças imperiais e estabelecendo um rígido sistema disciplinar. Diferente de seus antecessores, o barão estava muito menos exposto às consequências das críticas de outros comandantes militares e a ser desautorizado em função delas por seus superiores, como havia acontecido com seus antecessores.

Com o provável fim da guerra no horizonte divisavam-se as dificuldades dos farroupilhas para ter seus investimentos ressarcidos após o conflito eram diversas. Devedores já falecidos, herdeiros que não assumiram dívidas, falta de moedas, prejuízos econômicos diversos, etc.

Ainda que alguns autores como Walter Spalding (1969), Spencer Leitmann (1979), Ramiro Fortes de Barcellos (1987) e Moacyr Flores (2004) tenham afirmado que a conciliação proposta pelo Império Brasileiro não tenha trazido prejuízos para nenhum dos lados envolvidos no embate, os documentos nos mostram que as consequências do pós-guerra não foram tão simplistas assim. Segundo estes autores todos os envolvidos, tanto farroupilhas quanto imperiais, teriam sido indenizados e os farroupilhas ainda teriam conseguido a anistia. O que lhes permitiria, inclusive, ocupar postos administrativos públicos e no Exército Nacional, mas, essa possibilidade não garantia o atendimento de todas as reivindicações que tivessem.

3.1. O Tratado de Ponche Verde e o fim da Guerra dos Farrapos

As negociações de paz entre rebeldes e imperiais ocorreram desde os primórdios do conflito em 1835, principalmente por parte do Império. Porém, só começariam a ser discutidas mais seriamente na medida do desenvolvimento da guerra. Sem qualquer tipo de êxito, viriam a ser retomadas em 1840, quando o então Marechal Gaspar Francisco Menna Barreto tentou convencer Bento Gonçalves a depor as armas e se entregar ao Império brasileiro. A reivindicação por parte dos farroupilhas era de que o Império retirasse as forças estacionadas no rio Caí, as quais impediam a passagem de suas

do Sul como o governo do Rio de Janeiro devia se submeter à intervenção da autoridade do barão” (RIBEIRO, 2013. p. 238-239)

tropas. O então Presidente da Província, Saturnino de Souza e Oliveira, recusou-se a retirar as tropas. Mais uma vez as negociações de paz encontravam-se suspensas.

As desavenças entre as lideranças farroupilhas, que seriam uma causa do enfraquecimento da República, iniciaram-se em 1839 quando, após desentendimento pessoal entre os líderes farroupilhas, Antonio Vicente da Fontoura acabaria por ser demitido do ministério. Já neste momento Bento Gonçalves tinha consciência de que uma possível ampliação da cisão entre os farroupilhas lhes enfraqueceria política e militarmente e que isto acarretaria na derrota frente aos imperiais. Em novembro de 1839, nova crise política ocorria no poder executivo dos farroupilhas com o pedido de demissão do então Ministro da Fazenda Domingos José de Almeida, que não foi aceito por Bento Gonçalves (FACHEL, 2002, p. 56).

Em 1840, Saturnino Souza sairia da presidência e do comando das armas, sendo posto foi assumido por dois oficiais imperiais sucessivamente, primeiro pelo Marechal Francisco José de Souza Soares e Andréa e depois Francisco Soares Machado. Ainda que estes tivessem retomado as tentativas do acordo de paz não obtiveram sucesso.

As tentativas para o acordo de paz só voltariam a ser discutidas após dezembro 1842, quando o barão de Caxias assumiu o comando das Armas e a presidência da província do Rio Grande do Sul. Caxias adotou a estratégia de ocupar povoados e vilas com a infantaria, concomitantemente varrendo os espaços intermediários com a cavalaria, restringindo cada vez mais o espaço geográfico para as operações bélicas dos farrapos (SOUZA, 2008). Caxias ordenou a compra de cavalos⁷², proibiu saque das propriedades, distribuiu ração de carne a todos os habitantes da área ocupada pelo exército imperial, contratou costureiras para a confecção de fardamentos e comprou tecidos e provisões no comércio local para vestir e alimentar 12 mil soldados.

Ainda que as reflexões de Souza (2008) sejam muito importantes para nossa análise não devemos achar que o acordo de paz é resultado de ações tão lineares. A nomeação da Caxias para as funções de presidente da província e comandante das armas do Rio Grande do Sul é uma demonstração de que os conservadores atribuíram muita importância ao executivo provincial e consideravam fundamental a afinidade entre administração civil e as forças armadas no intuito de pacificar a província. Além da

⁷² Observava o Ministro que os cavalos, nas vastas campinas do Sul, eram verdadeiros “agentes de guerra” e que, por isso, não seria prudente dar início à campanha sem contar com uma cavalaria disponível, em bom número e estado (SOUZA, 2008, p. 408). No Prata do século XIX, um cavalo valia aproximadamente quatro ou cinco reses, e aumentava durante situações de conflito, tanto pela escassez, como pela especulação dos comerciantes (GUAZZELLI, 2013, p. 77).

estratégia de Caxias em ocupar povoados e vilas com a infantaria, o barão adotou uma gestão que reforçava o poder das diversas autoridades envolvidas na administração militar, conforme fosse sua posição na hierarquia de comando (RIBEIRO, 2013). Com nomeação de Caxias como presidente da província a Corte sinalizava que além da capacidade militar era fundamental demonstrar competência na administração das forças sob o seu comando.

Quando Caxias assumiu o comando do exército imperial os farrapos contavam com apenas 3.500 homens em armas, sendo quase que sua totalidade de cavalaria, enquanto os imperiais passavam de 11.500 soldados, porém, divididos nas três armas, dos quais 2.600 eram cavalarianos. Isso dificultava a vitória frente as tropas rebeldes, o que motivou Caxias a compor uma cavalaria eficaz para o Império ao adotar o uso de uma infantaria que se deslocaria montada (FRAGOSO, 1938, p. 210). Ainda em 1842, após a nomeação de Caxias como comandante das Armas e presidente da província, o governo da República Rio-Grandense não dispunha mais das coletorias para cobrança de impostos e nem podia pilhar o gado dos legalistas, o que limitava suas possibilidades de manter um exército por falta de dinheiro, suprimento e remonta.

Os farroupilhas já estavam derrotados militarmente por Caxias; seus cabos de guerra escondiam-se pela campanha com salvo-condutos imperiais, à espera do momento oportuno para aceitar a anistia oferecida pelo imperador. (GOLIN, 2002, p. 358).

Uma das primeiras medidas tomadas por Caxias foi buscar vantagens e terrenos sobre os revolucionários e, para isso, realizaria acordos com ex-farroupilhas e lideranças do Prata. O primeiro acordo realizado por Caxias foi com o ex-farroupilha Bento Manuel Ribeiro. Mas porque Caxias procuraria alguém que era seu inimigo para aliar-se? A resposta é evidente, para uma investida militar em território sul rio-grandense era necessário alguém experiente nesse tipo de guerra, por isso o barão propôs um acordo com Bento Manuel. Caxias nomeou Bento Manuel comandante da 2ª coluna em operações no sul e assim tornou o antigo inimigo agora seu aliado. Mas esta relação ainda que parecesse amistosa se mostrou sempre muito tensa. Segundo Souza (2008):

A nomeação deixava Bento Manuel totalmente livre, tendo sob suas ordens boa parte do Exército em uma região que conhecia como nenhum outro oficial imperial e onde, mesmo como toda sua habilidade, Caxias, caso precisasse, teria poucos meios com que reagir. (p. 432).

A maneira encontrada por Caxias para monitorar as ações de Bento Manuel foi através da composição dos oficiais que serviriam a 2ª Coluna em operações no sul, formando um batalhão com oficiais de sua confiança, dentre eles um de seus irmãos, o major Francisco de Lima, além de seu tio, o tenente-coronel Luiz Manoel de Lima. Além desta medida Caxias mantinha correspondências quase diariamente com Bento Manoel (SOUZA, 2008). Ainda que o pacto com Bento Manuel fosse movido pela tensão, este foi um passo inicial importantíssimo dado por Caxias pela disputa do território sul rio-grandense.

Os pactos em busca de aliados para o enfrentamento contra os rebeldes não terminariam por aí. Caxias buscou acordos com lideranças do Prata, realizando pacto com Manoel Oribe, então Presidente do Uruguai, para impedir que os republicanos se refugiassem do outro lado da fronteira, para limitar o campo de atuação dos rebeldes. A política do Império neste momento em relação ao Prata era de neutralidade, e o barão de Caxias, como representante da Coroa, através do papel desempenhado deveria provar, com atitudes, esse interesse. (CALÓGERAS, 1998). A seguir veremos que este acordo entre Caxias e Oribe resultaria em medidas políticas que prejudicavam diretamente as charqueadas pelotenses, a quem estava vinculado alguns dos financiadores do Estado Farroupilha, como Domingos José de Almeida.

Os farroupilhas cientes das relações amistosas de Caxias e Oribe partiram para a ofensiva e, representados por Bento Gonçalves, começaram a relacionar-se de forma mais direta com Frutuoso Rivera, líder do Estado Oriental e opositor de Oribe. Mas essa aproximação é bem vista apenas por “parte dos farroupilhas” porque algumas das lideranças republicanas colocavam em questão a relação e as ações tomadas por Rivera. Por exemplo, Vicente da Fontoura perguntava-se sobre “qual a razão que ele tem para entabolar negociações de paz”, pois este pode “fazer muitos bens, ou muitos males”⁷³.

A partir dos trabalhos de Guazzelli (1997) e Fachel (2002) observamos que de certa forma os farroupilhas tinham razão em desconfiar de uma possível relação com Rivera, tendo em vista que negociava concomitantemente com farrapos e imperiais. A tentativa de Rivera de ganhar apoio das tropas farroupilhas e/ou das tropas imperiais não surtiu efeito, ambos não aceitaram sua proposta. O plano de Rivera era muito audacioso, juntar forças farroupilhas, imperiais e riveristas contra as forças de Rosas. O comandante oriental arquitetava inicialmente um confronto contra as tropas de Rosas, e

⁷³ AAHRGS, CV – 8380, p. 136.

assim que estes fossem depostos do território oriental, os farrapos e os riveristas lutariam contra as forças imperiais (MENDES, 2011).

Pode-se entender eu desde sua formação, em 1836, a República Rio-Grandense buscou estabelecer relações com as repúblicas do Rio da Prata. Segundo Guazzelli (2013), a política externa dos farroupilhas apresentou três fases distintas. Na primeira, de 1836-1839, a República procurou ganhar o reconhecimento e estabelecer alianças com a Confederação Rosista e com o presidente Oribe. Rosas, temendo indispor-se com o Império brasileiro negou o apoio às forças republicanas sulinas. Oribe mostrou-se disposto a apoiar os rebeldes, permitindo aos rio-grandenses amplo acesso aos comerciantes de Montevideú, onde podiam vender suas reses e obter os gêneros necessários para a manutenção da guerra. Na segunda fase, 1839-1842, os rebeldes rio-grandenses buscaram o apoio dos *colorados* de Don Frutos, e seus aliados argentinos, *unitarios* exilados e *federales* dissidentes no *litoral*, especialmente Corrientes. Neste momento, observa-se a preocupação do Estado Oriental, de Corrientes e da República Rio-Grandense em ampliar suas redes de aliança e ganhar a adesão do Paraguai. O ponto máximo desta aliança foi a reunião de Paysandú, quando Rivera propôs a formação de uma confederação que tivesse forças suficientes para fazer frente a Rosas e ao Império brasileiro.

A última fase da política externa farroupilha estende-se de 1842 até a Paz de Ponche Verde em 1845. Então os rebeldes republicanos estiveram quase que na totalidade do tempo acuados e evitando batalhas que desgastassem ainda mais sua situação política e financeira. A fronteira sulina ainda era palco de negociações entre os fronteiriços, tendo sido realizados encontros entre os republicanos e Rivera, que também tinha interesse em convencer o Império de que era capaz de mediar a pacificação do Rio Grande de São Pedro. As intenções propostas por Rosas causavam calafrios no Império brasileiro, que temia um futuro Rio da Prata totalmente controlado por Rosas. Este temor acabou tornando imprescindível acelerar o processo de pacificação do território sul-rio-grandense (GUAZZELLI, 2013, p. 243-245).

Caxias alcançaria mais êxito na formação de suas alianças a partir de uma tática bastante simples, evitando novos embates armados e buscando nada mais que conceder a anistia aos rebeldes, garantindo que nenhum cidadão seria responsabilizado pelos atos praticados durante o período da guerra. Guazzelli (1997), concluiu que o Império necessitava dos estancieiros que se revoltaram contra o governo central para garantir a ordem nos limites da fronteira e que esses estancieiros foram anistiados aceitando

participar dessas funções, “desde que os interesses do Rio Grande fossem atendidos nos anseios privados dos seus caudilhos” (GUAZZELLI, 1997, p. 397). No mesmo sentido Souza entende que, “assim, Caxias utilizava não só o poder das armas, mas também de persuasão e do redirecionamento de posições de interesse” (2008, p. 406). Outra medida tomada por Caxias foi a distribuição de honrarias para os oficiais de destaque nas batalhas. O que chamava a atenção dos rebeldes já cansados e estropiados do conflito. Entretanto, a medida que surtiu mais efeito destas foi a primeira, e muitos oficiais e soldados acabam pedindo anistia (MENDES, 2011, p. 86).

Ainda que gozasse de certa liberdade concedida pelo imperador no que tange o plano militar a ser adotado na região, Souza (2008) afirma que a Corte mantinha Caxias muito bem instruído, colocando-o a par de negociações e sua atuação à frente do Exército. Segundo a autora, tais “instruções” são pouco exploradas pela historiografia e pelas biografias do general, que, destacando a ideia de “ampla liberdade”, lhe atribuem autonomia muito maior do que de fato teve. “O barão de Caxias não só estava submetido ao controle do governo como, ao contrário do que se pode imaginar, encarava isso com naturalidade” (SOUZA, 2008, p. 411).

Ainda em 1842, durante a quinta reunião da Assembleia Constituinte, surgiu o boato de uma conspiração dos deputados contra o Presidente da República. Bento Gonçalves, que, ao tomar conhecimento do boato, avisou os deputados que estaria pronto para lutar com os golpistas. Foram indicados como os mentores desta conspiração Antonio Vicente da Fontoura, General João Antonio e Onofre Pires. A acusação de que Vicente da Fontoura era um traidor partiu de denúncias feitas por Domingos José de Almeida, que, em carta destinada a Bento Gonçalves em março de 1842, reclamou que Fontoura não estava aceitando os créditos emitidos por ele aos fornecedores do governo, o que no seu entender estava desmoralizando a República e inviabilizando a manutenção da revolta⁷⁴. A resposta de Fontoura para as acusações proferidas por Almeida foi acusá-lo de ter enviado vinte mil reses que estariam sob posse do Estado Republicano para uma fazenda sua em Montevideú⁷⁵.

Neste momento as acusações vinham de todos os lados dos líderes farroupilhas. A cisão era eminente. Conforme Fachel (2002), dentre os a cisão se deu em dois grupos o “grupo da maioria” e o “grupo da minoria”. O *grupo da maioria* tinha como principais representantes Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Neto, Domingos José de

⁷⁴ AAHRGS, vol. 3, CV – 2110, p. 584.

⁷⁵ AAHRGS, vol. 3, CV-1606, p.432-433.

Almeida e Mariano de Matos. Os principais líderes do *grupo da minoria* eram David Canabarro e Vicente da Fontoura.

Em suma, a principal diferença entre o *grupo da maioria* e o *grupo da minoria* dizia respeito a diferentes questões sobre o caráter do Estado e do governo da República. A *maioria*, além de interesses pessoais de suas lideranças, discutia a abolição da escravatura, desejava a forma de governo republicana e uma integração latino-americana, especialmente na região platina, propondo o desenvolvimento educacional, agrícola, comercial e industrial, assim como uma autonomia local, questionando explicitamente ao imperialismo financeiro inglês. O grupo da *minoria* desejava melhorias pessoais dentro do próprio sistema, sem grandes elaborações a respeito do modelo político e econômico (FACHEL 2002).

Entretanto, mesmo dentre a *maioria*, determinados posicionamentos não eram consensuais. Por exemplo, ao contrário de seus companheiros no *grupo da maioria*, Bento Gonçalves e Mariano de Matos, Domingos Jose de Almeida só após a Guerra dos Farrapos se mostrou abolicionista. Ao longo do conflito, em uma das correspondências enviadas a sua esposa Bernardina, determina: “(...) muita vigilância nos escravos, concórdia entre todos (...)”⁷⁶. O temor demonstrado por Almeida pode ser entendido de duas formas: a primeira como uma preocupação com seu patrimônio, representado neste caso pelo alto valor dos escravos, e a segunda pelo medo de uma possível insurreição dos cativos, pois se sabia da potencialidade de organização dos negros e de sua capacidade de luta. Seu posicionamento em relação aos escravos pode ser percebido numa de suas correspondências em que escreve sobre uma peste que vinha assolando os rebanhos de gado: “A carne das reses mortas por esta peste mandei salgar e secar porção da mais gorda, encontrando-a de bom sabor dei aos cães, e depois de bem cozida aos escravos sem que lhes fizesse mal algum”⁷⁷. Ainda encontramos documentos em que Almeida assina diversos pedidos de capturas de escravos fugidos⁷⁸.

Ainda que as diferenças entre *maioria* e *minoria* se acirrassem cada vez mais foi com a morte de Paulino da Fontoura, em 1843, que a cisão entre os líderes farroupilhas se torna irreconciliável. Onofre Pires passou a acusar Bento Gonçalves de arquitetar o assassinato de Fontoura (irmão de Vicente da Fontoura) e isso sucedeu um confronto entre Pires e Gonçalves, resultando na morte do primeiro. Em agosto de 1843, Bento

⁷⁶ AAHRGS, vol. 2, CV – 172, p. 138

⁷⁷ AAHRGS, vol. 3, CV-685, p. 153-154.

⁷⁸ AAHRGS, vol. 2, CV-413, p. 325.

Gonçalves renunciou a presidência e ao comando do Exército, passando o cargo de presidente a José Gomes Jardim e o cargo do comando do Exército a Davi Canabarro (FACHEL, 2002). Bento Gonçalves teria alegado “mau estado de saúde” para renunciar ao cargo, porém, mais tarde, tornou-se público que a decisão foi para tentar minimizar os conflitos existentes entre os farrapos. Essas mudanças existentes no comando da República caracterizam uma “vitória” a tomada do comando do Estado Farroupilha pelo *grupo da minoria*, que permaneceria nessa condição até os últimos dias da República.

Caxias, ciente dos desentendimentos no cerne do comando farroupilha, recebeu informações que o agora comandante do exército David Canabarro estaria disposto a propor uma conciliação para o fim do conflito. Segundo Souza (2008), o entendimento de Caxias neste momento era de que os chefes farrapos estariam se matando uns aos outros. O que poderia acelerar o processo de pacificação.

A divisão dos líderes republicanos demonstrava que o processo revolucionário vinha aos poucos se desgastando. Agora de um lado estavam David Canabarro, Joaquim Teixeira e Guedes e Onofre Pires, de outro Bento Gonçalves, José Mariano de Matos e Antônio de Souza Neto. Caxias descreveu como se encontrava o governo da República Rio-Grandense:

[...] o estado de desunião entre os rebeldes que não sei com quem se poderá tratar, com probabilidade de bom resultado, pois que esse mesmo governo, a quem ele fingia obedecer, MS que de fato, e desprezado por uns, e aborrecido por outros; está hoje inteiramente desmantelado e fugitivo. (APBC⁷⁹, n° 231, p. 5).

O Império, além de autorizar Caxias a gastos com gratificações pecuniárias, estimulava o barão a levar a “intriga ao campo rebelde”, que disseminasse o “desalento” e “conseguisse alguma defecção”. Ainda que esta a princípio fosse pequena, “o fruto será grande afinal, porque a primeira será acompanhada de outras” e todos “cairão na desconfiança dos rebeldes” (SOUZA, 2008, p. 412).

O conflito entre *maioria* e *minoría* desarticulou a República Rio-Grandense em vários níveis. No plano legislativo a ausência da “minoría” em momentos decisivos da Assembleia Constituinte atrapalhou a elaboração do anteprojeto de Constituição. No executivo, as disputas por cargos como o de Domingos José de Almeida, de Ministro da Fazenda, quando propuseram políticas diferenciadas impediram um mínimo de

⁷⁹ APBC – Arquivo Pessoal do barão de Caxias – Núcleo de Documentação Histórica – Universidade de Passo Fundo.

continuidade administrativa. As divergências políticas existentes também no campo militar acarretaram falta de cooperação entre os generais farrapos, que resultaram em constantes derrotas nas batalhas frente o exército imperial (FACHEL, 2002).

Depois de quase dez anos de guerra civil, a população sul-rio-grandense estava exausta, com as charqueadas destruídas, o comércio estagnado, pontes demolidas, escolas fechadas e campos criatórios vazios. Nas correspondências enviadas por Almeida para Bernardina é notório o desgaste, por diversas vezes menciona a ânsia pelo fim do embate e o desejo de retornar para casa, como podemos ver no seguinte exemplo:

São Gabriel, 30 de abril de 1841.

Querida Bernardina,

[...] Eu só espero pelo desfecho desta campanha para me retirar à vida privada, dedicar meus serviços a ti e à educação de nossos filhos que os reclama instantemente. Apesar de aflito e apressionado de trabalhos vou gozando de saúde; mas muito falto de dinheiro e já quase sem meios de o haver por causa da grande despesa que fiz desde que saí de Caçapava. (a) Almeida⁸⁰.

O passar dos anos diminuía a capacidade econômica da República e as estratégias impostas por Caxias alcançavam êxito, resultando no aumento do território da província sob domínio imperial. Assim como fazendo com que homens de negócios, como Domingos José de Almeida, buscassem uma saída para se desvencilhar do conflito com o menos prejuízo possível. Dentre as possibilidades, a que parecia trazer mais benefícios era a anistia proposta por Caxias, especialmente a promessa de indenização. Em um primeiro momento, parecia vantajosa e foi bem recebida pelos que viam suas posses ruírem junto com a República Rio-grandense a cada dia.

O empecilho para os republicanos solicitarem a anistia oferecida era a incerteza de futura indenização aos monarquistas e republicanos que tiveram suas propriedades confiscadas e pilhadas. Necessitando de capital para comprar armas, munições, fardamentos e pagar soldos, o governo republicano lançava mão dos patrimônios dos monarquistas. Os oficiais capturavam indiscriminadamente os bens dos adversários, que até, em 05.04.1838, o ministro da Fazenda Domingos José de Almeida determinou que os chefes de polícia iniciassem o levantamento dos bens abandonados em seu distrito pelos inimigos da República. Esse confisco e pilhagem foram considerados como dívida e externa a ser paga pelos republicanos. Chamava-se de dívida interna aquilo que o Tesouro da República devia aos oficiais, soldados e comerciantes que se engajaram na luta contra o Império. (FLORES, 2004, pp. 70-71).

⁸⁰ AAHRGS, vol. 2, CV – 472, p. 362-363.

Já desgastados do combate, aos farroupilhas só restariam três opções: a primeira seria fugir para a República Oriental do Uruguai, onde muitos deles possuíam propriedades, como Domingos José de Almeida; a segunda seria aceitar o empréstimo oferecido por Manuel Rosas; e a terceira seria a conciliação com o Império Brasileiro. A maior preocupação do Império brasileiro neste momento vinha do Prata, tratava-se de Juan Manuel Rosas, líder da Confederação Argentina, que buscava reinstaurar o tratado de Santo Ildefonso (1777)⁸¹, ocupando as regiões do Sul do Brasil.

Segundo Mendes (2010) o desmantelamento dos rebeldes, em grande parte, decorreu das anistias distribuídas por Caxias na província, recurso utilizado desde que tomou posse do cargo. Em 1844, Caxias intensificou a concessão das anistias, chegando a entregá-los aos principais líderes farroupilhas, como Neto e Bento Gonçalves. O salvo conduto recebido por Bento Gonçalves não foi bem aceito pelos antigos camaradas farroupilhas e o ex-presidente acabou por devolver documento⁸².

Ainda que Bento Gonçalves tenha devolvido seu salvo-conduto os farroupilhas continuam a negociar sua anistia em um número cada vez maior. As anistias eram entendidas por muitos como uma maneira digna, justa e com alguma chance de lhe trazer vantagens perante o Império após o conflito. Domingos José de Almeida não demorou a solicitar ser anistiado, o que causou a ira de seu antigo amigo e companheiro Vicente da Fontoura. Ao conseguir anistia Almeida deu início as tentativas de ser ressarcido dos bens utilizados ao longo do conflito, como descreve em seu Diário Vicente da Fontoura:

[...] O perverso Domingos José de Almeida está em Pelotas anistiado, e já requerendo ao governo dez contos de réis de um iate que outrora lhe prenderam. Que homem safado! Que mais me falta ver no mundo? Amanhã voltamos para a Força⁸³.

Decididos a aceitar a conciliação com o Império, Vicente da Fontoura é então escolhido pelo governo Rio-Grandense para conduzir as negociações do acordo de Paz com o governo central brasileiro. Em novembro de 1844, David Canabarro reuniu-se

⁸¹ Com a assinatura do tratado, a rainha de Portugal, D. Maria I, e o rei da Espanha, Carlos III, praticamente revalidaram o Tratado de Madrid (1750) e concederam fundamento jurídico a uma situação de fato: os espanhóis mantiveram a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões, que posteriormente foi incorporada a Capitania do Rio Grande do Sul e do Uruguai; em troca, reconheceram a soberania dos portugueses sobre a margem esquerda do rio da Prata, cederam pequenas faixas fronteiriças para compensar as vantagens obtidas no sul e devolveram a ilha de Santa Catarina, ocupada poucos meses antes.

⁸² CDBGS, 1985, p. 386.

⁸³ DIÁRIO, 1984, p. 106-107.

com Vicente da Fontoura para dizer-lhe que o Presidente da Província desejava que ele fosse ao Rio de Janeiro com o intuito de dar seguimento às negociações de Paz. Esta indicação é descrita pelo próprio Antonio Vicente da Fontoura em seu Diário:

Passo real do Jaguarão, no Menezes, 3 de Novembro de 1844.
 Ontem, logo depois do toque de alvorada, mandou o General Canabarro chamar-me para dizer-me que o Presidente desejava que eu fosse com o Padre Chagas ao quartel general do Barão de Caxias, a fim de prosseguirem as negociações de paz. Respondi que estava pronto e depois de havermos conferenciado com o Presidente, marchamos e hoje temos parado neste ponto, esperando a contestação do Barão, que deve ser o salvo-conduto para nossa entrada no campo imperial.,[...]”⁸⁴.

Dessa forma, após sua indicação para intermediar a paz entre revoltosos e imperiais, Vicente da Fontoura foi enviado ao Rio de Janeiro para negociar os termos de acordo que possibilitaria a reintegração “pacífica e honrosa” do Rio Grande do Sul ao Brasil. Temerosos de que poderia ser mais um encontro sem uma definição de acordo final, para não perder a oportunidade da reunião, os farrapos enviam junto com Fontoura alguns prisioneiros imperiais para que estes fossem trocados por prisioneiros farroupilhas. “Fazer prisioneiros” era uma tática comum ao longo da guerra, através deles poderia-se barganhar a libertação de camaradas aprisionados como Fontoura relata em seu Diário:

Amanhã é a minha marcha para o Rio de Janeiro. Devo Primeiro ir ao campo do barão de Caxias para reunir-me com o outro que ele manda de sua parte. [...] Vão comigo uns prisioneiros para serem trocados por outros que estão no campo imperial. Nossa força está regulamente montada, e o nosso irmão Portinho ainda está na frente fazendo a vanguarda e tem conseguido fazer alguns prisioneiros. Amanhã ou depois, com ele hei de ver. Adeus⁸⁵.

Tanto o Império do Brasil quanto os farrapos desejavam o acordo de paz, pois a guerra civil a cada dia tornava-se mais onerosa para os cofres públicos brasileiros e as finanças dos revoltosos. Segundo Helga Piccolo (2006, p. 57), o acordo ocorreria “[...] quando o governo monárquico e os farrapos compreenderam que um precisava do outro”. Neste momento final do conflito a situação política efervescia no Prata, pois Juan Manuel Rosas mantinha planos imperialistas, o que ia de encontro aos interesses brasileiros. Desta forma, o governo central brasileiro necessitava com urgência resolver

⁸⁴ DIÁRIO, 1984, p. 141.

⁸⁵ DIÁRIO, 1984, p. 143-144.

a questão envolvendo a guerra civil no sul do país. Em correspondência de 22 de janeiro de 1845, Bento Gonçalves afirmava a David Canabarro que a paz era necessária, pois os meios de guerra escasseavam e o espírito público era contra o prolongamento da luta⁸⁶.

Após o encontro Vicente da Fontoura descreveu Caxias como homem “polido de caráter generoso e mostra desejos pela conclusão da guerra. Finalmente estamos acordos e agora só resta que o presidente Jardim e mais chefes aprovelem o que temos combinado”⁸⁷. O encontro foi fundamental para as negociações. O fato de Vicente da Fontoura já ter participado de outras incursões de cunho político com o intuito de “apaziguar” situações conturbadas como por exemplo, quando foi ao Uruguai tratar com Frutuoso Rivera, o qualificaram a esta indicação e foram preponderantes para o resultado final.

Fontoura ficaria na capital imperial, de 12 a 20 de dezembro de 1844. Durante sua estadia tratando do acordo de paz sucedeu um fato que deve ser ressaltado para esclarecermos o quanto era emblemático o acordo de paz entre farrapos e imperiais. O fato dos revoltosos terem criado uma República com hino, escudo de armas, projetos de cidadania e de constituição próprios, inflamou o separatismo frente ao império brasileiro dentre os apoiadores da revolta. O retrato deste cunho separatista por parte dos farroupilhas está descrito no Diário de Vicente da Fontoura e diz respeito a uma cerimônia onde os participantes deveriam beijar a mão do Imperador que Fontoura teria recusado. Segundo Fontoura:

“[...] Estou avisado para uma conferencia amanhã com os Ministros, veremos o que pretendem; quanto ao Imperador, e escusado falar-lhe. Estou certo, muito certo que ele é um pobre menino, puxado sempre e sempre dirigido pelo enxame vil de vis aduladores. Ele veio hoje a Corte para dar-me beija-mão. Recusei e continuarei a recusar, enquanto não for brasileiro. [...]”⁸⁸.

O acordo entre farroupilhas e Imperiais foi assinado por David Canabarro em 25 de fevereiro de 1845, em Ponche Verde. Neste dia Canabarro expôs as demais lideranças farroupilhas os termos da negociação e deu início a coleta das assinaturas das lideranças rebeldes que foram anexadas ao pedido de anistia entregue a Caxias. Após receber as assinaturas dos farroupilhas, Caxias então declarou a Província pacificada e a Paz de Ponche Verde marcaria o final da guerra civil no sul do país. A partir deste acordo, parte das lideranças republicanas rio-grandenses seria ressarcida pelos seus

⁸⁶ CDBGS, 1985, p. 258.

⁸⁷ DIÁRIO, 1984, p. 142.

⁸⁸ DIÁRIO, 1984, p.153.

gastos de guerra, bem como alguns de seus militares foram reintegrados ao Exército Imperial.

Antônio Vicente da Fontoura chefiou a comissão encarregada de efetuar os pagamentos das dívidas da extinta República Rio-grandense. Bento Gonçalves recebeu 4.800\$000 rs; Antonio Vicente da Fontoura, 1.085\$000; Bernardo Pires 1:130\$046; Domingos José de Almeida, 4.016\$000. A lista de indenizados é longa, e inclui comerciantes, fazendeiros, oficiais, soldados e viúvas⁸⁹. Segundo correspondência em 25 de outubro de 1845, de Almeida a David Canabarro, o ex-Ministro da Fazenda escreveu que, segundo ele, o valor lhe indenizado é ínfimo perto do que havia investido: “a vista da conta que lhe apresentei no relatório pela qual demonstrei ter despendido com a revolução Rs. 32:372\$933 independentes dos suprimentos feitos ao Tesouro”⁹⁰.

Caxias permaneceu em território rio-grandense até março de 1846. Essa permanência, estrategicamente pensada, tinha como objetivos preservar a ordem pública, organizar administrativamente a província e fazer preparativos para a esperada guerra contra a Argentina e seus aliados orientais.

3.2. “Quase extinta minha fortuna e os meios de subsistência”: A busca pelo acerto de contas após a Guerra dos Farrapos entre Almeida e o Estado Farroupilha.

V. S^a. Não ignora que sobre mim gravita soma enorme de dívidas contraídas no comércio antes da revolução; sabe que tenho crescida família cujo futuro se foi desatendido na moléstia de que fomos atacados por isso mesmo mais reclama minha solicitude na sua criação, educação e instrução, e não contestará que a ninguém mais além de V. S^a. Posso recorrer para reparar o dano que recebi da comissão, e arrancar-me da posição penosa que me vejo. Uma carta sua ao nobre Conde de Caxias, cobrindo os documentos que citei e adjunto, fazendo-lhe ver que o zelo da comissão acerca das suas recomendações exorbitara a meu respeito, e que por isso deve ser reparado, apadrinha minha justa reclamação, arranca minha família do futuro melancólico que a espera, e me poupa ao penoso trabalho de publicar tudo ocorrido a este respeito para reconhecimento de meus credores e daqueles que supõem fundadas as calúnias de que tem sido vítima o de V. S^a. Antigo camarada e amigo⁹¹.

Nesta correspondência enviada por Domingos José de Almeida a David Canabarro em 25 de outubro de 1845, meses após o fim do conflito, Almeida descreve seus prejuízos resultantes dos anos de guerra. A situação do ex-ministro pode ser entendida como semelhante às finanças de muitos outros homens de negócios

⁸⁹ AAHRGS, vol. 3, CV- 4887, p. 567.

⁹⁰ AAHRGS, vol. 3, CV-652, p. 112-116.

⁹¹ AAHRGS, CV- 652, p. 115-116.

envolvidos de forma direta a revolta após o conflito. Homens de negócios foram os principais financiadores do exército farroupilha, quando buscavam atuar de forma sincronizada, criando redes, através de apadrinhamentos, empréstimos, relações políticas e, é claro, relações comerciais públicas e privadas.

A primeira medida tomada por Domingos José de Almeida, já anistiado, pouco antes da pacificação, foi retornar para Pelotas e trazer todos os bens que havia enviado para Montevideu durante os 10 anos do conflito, como por exemplo, seus escravos. O importante, então era reordenar suas posses para iniciar uma reestruturação financeira. É importante ressaltarmos que o Uruguai aboliu a escravidão em 12 de dezembro de 1842 e que, em 1846, outra lei ratificou a medida anti-escravista. Dessa forma muito antes de uma reestruturação financeira de suas posses era uma necessidade trazer seus escravos de volta para Pelotas e, assim, evitar que se tornassem livres ou mesmo intensificassem as fugas e rebeliões pela liberdade.

Ao chegar em Pelotas, Domingos José de Almeida logo recebeu do Dr. João Batista de Figueiredo Mascarenhas⁹² um empréstimo para que quitasse as dívidas mais urgentes (CUNHA, 1902, p. 27). Ainda que estivesse em condições financeiras degradadas se comparado ao passado, os anos de guerra trouxeram-lhe alguns benefícios. Conforme Menegat “ao retornar depois de uma década percorrendo a província possuía um cabedal ainda maior de contatos, de vínculos, todos eles contendo inúmeras possibilidades” (2009, p. 165).

Com o fim da República Rio-grandense foi do interesse de Almeida, além das incessantes tentativas de receber o que julgava ter direito da República extinta, realizar a manutenção de amizades e das redes construídas a partir da rebelião. Em cartas enviadas a David Canabarro em 1848, Almeida usava referências como “sempre Compatriota e amigo”, “nosso antigo General”, demonstrando a proximidade com o último presidente farroupilha.

Mas por quais motivos Almeida faria questão de manter a amizade e fidelidade de antigos líderes farroupilhas como Canabarro? As hipóteses são variadas, mas pode-se entender que mantendo antigos líderes como aliados era uma forma de tentar alcançar seus objetivos no pós-guerra de maneira mais fácil. E o primeiro interesse era justamente ser ressarcido dos gastos dispostos ao longo da rebelião. Para isto,

⁹² Domingos e Mascarenhas estavam em campos diferentes da política e não compartilhavam rede familiar, mas mantiveram os mesmos laços de solidariedade que haviam possibilitado a migração e fixação de Domingos naquela cidade (MENEGAT, 2009, p. 165).

Domingos José de Almeida montou um dossiê em que descreveu os gastos com o conflito e pretendia que o documento fosse assinado pelo maior número de ex-líderanças farroupilhas que asseverassem a veracidade do que informava. Em carta de Almeida a Francisco José de Rocha, em 22 de janeiro de 1848, pode-se observar esta relação de amizade e interesse, assim como tal relação poderia ser utilizado para benefício de Almeida:

Compatriota e amigo

Sabendo agora, 7 da manhã, que o nosso antigo General Canabarro pretende hoje mesmo sair, lhe dirijo a presente para fazer o favor de em meu nome despedir-se dele e certificar-lhe que os meus serviços estarão sempre a sua disposição quer aqui e quer em outro lugar. Ao mesmo nosso antigo companheiro fará o favor de apresentar o assinado incluso para ele firmar, depois do que mandarei a Neto e João Antonio para igualmente se firmarem. As firmas desses três patriotas muito, muito tem de influir no êxito da justa pretensão dos assinantes e por isso não podem ser dispensadas. Disponha com franqueza do seu camarada e sincero amigo. (a) Almeida⁹³.

Como já debatemos nos capítulos anteriores, as redes de relações eram fundamentais para a ascensão social e política no contexto do século XIX. Dessa forma, Domingos José de Almeida buscou não apenas manter as alianças que já possuía ao antes e durante a rebelião, mas expandi-las, inclusive com antigos inimigos da República Rio-grandense.

Assim como a análise do fim do conflito não pode ser examinada apenas nos últimos anos da rebelião, o mesmo acontece com as tentativas de ressarcimento de Domingos José de Almeida. A cobrança realizada com seus credores é fato presente ao longo das correspondências durante os dez anos da revolta. A partir da investigação nas correspondências de Domingos José de Almeida, podemos dividi-las em dois grupos de características distintas: as primeiras, nas quais o Ministro da Fazenda faz as cobranças de dívidas pessoais de outros camaradas farroupilhas consigo; as segundas, nas quais Almeida faz cobranças públicas de credores junto ao Estado Farroupilha.

Trataremos agora algumas correspondências para demonstrar o teor das mesmas e de que forma Almeida deu início ao ressarcimento pessoal e das finanças do Estado Farroupilha.

Cabe destacar também que inseridas as fontes analisadas observamos correspondências em que o Ministro, mesmo descrevendo estar em difícil situação financeira - como descreve em carta de cobrança a um de seus credores “receber dele a

⁹³ AAHRGS, vol. 3, CV – 1799, p. 489.

quantia que lhe peço e enviar-me com toda a brevidade e segurança, me vejo em apuros com as despesas da família” - não abriu mão de continuar investindo nas causas republicanas.

Ilmo. Sr. Major Antônio Vicente da Fontoura. Caçapava, 17 de fevereiro de 1840. Prezado Amigo e Sr. Estreitando-se cada vez mais os meus meios de subsistência, para de todo não tocar nos extremos, ora entrego quatro escravos meus de nomes Joaquim Casaca mulato, Luís Diabo de Leste, Epaminondas e Tomás ditos ao Sr. João Ferreira Guimarães para os aplicar no fabrico de ervas nesse município⁹⁴.

O panorama pós-guerra dos farrapos não se mostrava favorável para Domingos José de Almeida reaver o patrimônio que possuía antes do conflito. A crise econômica resultante da Guerra dos Farrapos não foi exclusiva dos grandes comerciantes e estancieiros financiadores em grande parte das ações farroupilhas, mas atingiu também os pequenos proprietários. Estes não possuíam propriedades além da fronteira e, não tinham como se valer da estratégia usada pelos grandes produtores para garantir a segurança de seus bens. Além disso, tinham suas propriedades saqueadas sempre que estivessem no caminho de exércitos farrapos ou imperiais. Diante disso uma das poucas alternativas divisadas pelos pequenos proprietários para conseguirem manter sua família era realizar empréstimos com homens de negócios, como Domingos José de Almeida.

Em seu trabalho sobre o Rio Grande de São Pedro no período colonial, Helen Osório (1999) observou que, durante as conjunturas de guerra, a participação do preço das terras nos patrimônios produtivos tendia a baixar, enquanto os preços dos escravos e do gado subiam. Nos períodos de paz as terras voltavam a elevar seus percentuais valores.

Dentre a documentação examinada encontramos centenas de cobranças de Almeida. Ainda que haja cobranças na documentação durante todos os anos da Guerra dos Farrapos, são intensificadas a partir de 1839. Para exemplificar as características dessas cobranças, transcreveremos abaixo uma das correspondências em que Domingos José de Almeida cobra empréstimos de particulares. No caso, o devedor estava falecido e a cobrança era endereçada aos familiares:

Patrício, Compadre e amigo. O falecido Fernando, casado com a filha do Capitão Antônio Carlos, me era devedor de 160\$000, como V. M. não ignora, e como também não ignora sua viúva; agora me vejo em precisão, e por isso lhe rogo o favor de lhe falar de minha parte e exigir a dita quantia

⁹⁴ AAHRGS, vol. 3, CV – 1401, p. 360.

que me remeterá pelo primeiro portador seguro, podendo nesta passar-lhe o competente recibo. Meus respeitos à comadre e família, e V. S^a. Disponha do seu compadre, patrício e amigo obrigado⁹⁵.

Como comentamos anteriormente, a crise econômica sucedida pelo conflito atingiu todos os extratos da sociedade e, conforme o caso acima, Fernando, o credor, havia sido morto em ataque a sua propriedade por tropas imperiais. A resposta recebida por Almeida foi que na ausência de Fernando a família não teria como reaver a dívida cobrada. Logo, restou a Almeida arcar com todo o prejuízo do empréstimo. Os prejuízos resultantes da guerra apresenta essa especificidade, muitas vezes quando da cobrança da dívida o devedor já se encontrava morto e o pagamento recaía sobre a família, que nem sempre podia arcar com o devido. No caso de Almeida encontramos este e mais um caso onde o credor falecera. No outro caso a família se comprometia em pagar o dividendo, mas não há evidências de que isso realmente aconteceu.

Como grande homem de negócios que era, Almeida emprestava dinheiro desde o início de seus negócios na província. O pagamento das dívidas chegava às vezes até dez anos de espera, o que tornava estes empréstimos um “investimento” de alto risco, que deveria ser realizado com parcimônia e sabedoria na avaliação de para quem estaria realizando o empréstimo.

Na correspondência a seguir observamos algumas características interessantes. A primeira diz respeito a um empréstimo de 1828, ou seja, 11 anos antes a esta correspondência, a segunda característica a destacar é que, na falta de moeda, o pagamento poderia ser realizado em qualquer outro tipo de gênero de valor comercial (couros, ervas, gado, alimentos, etc.):

Desde 1828 que estou no desembolso de Rs. 3: 926\$827, três contos novecentos vinte e seis mil oitocentos e vinte sete réis, que V. S^a me deve das fazendas, molhados e escravos [...] não podendo sofrer por mais tempo o dito desembolso em razão das despesas que tenho feito, rogo-lhe o favor de entregar dita quantia ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Jacinto Guedes da Luz, ou à sua ordem, se não em dinheiro, em gado de corte, e na falta deste no de criar [...]⁹⁶.

A crise financeira ocasionada pela guerra atingia os “financiadores” do conflito, além disto, o Estado Farroupilha comprometia suas finanças para manutenção e

⁹⁵ AAHRGS, vol. 3, CV – 1339, p. 341.

⁹⁶ AAHRGS, vol. 3, CV – 1340, p. 341.

investimentos na revolta. Coube a Domingos José de Almeida, enquanto Ministro da Fazenda até 1842, realizar as cobranças pelo Estado Farroupilha.

Ilmo Sr. Simeão Estelita da Cunha, Bagé, 27 de novembro de 1841. Prezado Amigo e Sr. Com a sua estimada de ontem foram entregues pelo amigo e Sr. Augusto Rs. 250\$000, sendo 190\$000 em prata, e 60\$000 em conhecimento, que V. S^a me remeteu para pagamento da letra que por sua conta saquei. [...] ⁹⁷.

Além das dificuldades para ser ressarcido junto ao Império, também em dificuldades financeiras pelos custos das várias frentes contra revoltas, havia a situação política no espaço fronteiriço platino que atravessava um período delicado. Sabemos que, apesar de Almeida possuir investimentos em outras áreas comerciais além das charqueadas, as propriedades na região de Pelotas sempre foram sua principal fonte de renda.

Berenice Corsetti (1983) e Paulo Afonso Zarth (2002), evidenciaram constantes reclamações por parte dos presidentes da província referentes à situação da pecuária em toda o Rio Grande do Sul no período posterior a Guerra dos Farrapos. Segundo estes autores as reclamações se davam pelas constantes secas, pestes, roubo de gado, que teriam acarretado grande diminuição dos gados além de prejudicar fortemente a economia da província como um todo.

A produção pecuária foi fortemente castigada com os combates travados ao longo dos dez anos da Guerra dos Farrapos. A revolta desfalcou os rebanhos em virtude das constantes carnações e das dispersões de animais causadas pela passagem dos exércitos, da dificuldade de vigilância que tornava mais simples a ação de bandos de ladrões de gado e, principalmente, pelo déficit de homens e cavalos capazes de cuidar os animais e impedir que fugissem. Durante a o período da guerra, vários criadores rio-grandenses levaram seus rebanhos para o Estado Oriental, como fez Almeida, o que agravou ainda mais o problema. Estratégia que resultou num problema quando, no final da década, foram impedidos de movimentar gado pela fronteira, em razão da proibição que lhes impunha as forças dos *blancos*, comandadas por Manoel Oribe (GUAZZELLI, 1997, p. 188-241).

A recém-criada República Oriental do Uruguai seria um dos empecilhos para a reestabilização financeira de Almeida e outros charqueadores. Oribe em 1848 tinha o claro objetivo de fortalecer economicamente os saladeros e a pecuária do país e, como

⁹⁷ AAHRGS, vol. 3, CV – 2007, p. 547.

estratégia, proibiu a passagem de tropas de gado para o Rio Grande do Sul, encarregando as milícias fronteiriças de enquadrar como *contrabandistas* os transgressores (SOUZA; PRADO; 2004). A estratégia política de Oribe traria trágicas implicações aos estancieiros e charqueadores rio-grandenses, que também eram grandes proprietários de terras também em solo uruguaio.

Segundo Jonas Vargas, as consequências da medida seriam tão avassaladoras ao comércio do charque, que a quantidade de exportação na safra do produto no ano de 1848 só foi recuperada cerca de 20 anos depois.

Por conta da queda das exportações e dos contínuo prejuízos econômicos, charqueadores, comerciantes e estancieiros rio-grandenses começaram a pressionar o Governo Imperial por medidas que garantissem a segurança das suas propriedades no Uruguai. Tais pedidos muitas vezes não eram atendidos ou ficavam na promessa de uma resolução diplomática, pois, algumas vezes, membros do governo alegavam que os conflitos diziam respeito às facções caudilhescas e, portanto, deviam ser resolvidos pelos mesmos na esfera do privado. (VARGAS, 2013, p. 306).

A saída encontrada por alguns foi empreender ações que se intitularam “califórnia”, que nada mais eram do que bandos de homens armados que saíam a campo com o objetivo de saquear os campos uruguaios. Em 1849, Oribe deu um novo golpe nas ambições dos charqueadores brasileiros, ordenando que os escravos que trabalhassem nos saladeiros em San Servando (no lado uruguaio da fronteira) fossem retirados da região, caso contrário, seriam considerados libertos. Segundo Vargas, a determinação provocou o retorno de quatrocentos escravos para Pelotas e Jaguarão. Com a medida Oribe buscava beneficiar os saladeiros da capital uruguaia, retirando praticamente à força os charqueadores brasileiros estabelecidos em solo uruguaio (2013).

Diante do clima tenso uma nova guerra estava por ser iniciada, dessa vez envolvendo diretamente o espaço fronteiriço. A insistência parlamentar e diplomática e a articulação das redes de relações políticas surtiu efeito. Desejando acabar com os conflitos na fronteira e deter o ímpeto expansionista do argentino Juan Manuel de Rosas, aliado dos *blancos* e com interesses sobre o território paraguaio, o governo imperial atendeu as reclamações dos rio-grandenses e decidiu intervir militarmente na região.

Caxias foi convocado para comandar o Exército brasileiro e colocou na liderança das suas divisões os oficiais: Bento Manoel Ribeiro, David Canabarro e Manuel

Marques e Souza. Os três eram grandes proprietários de gado, de terras e de escravos na fronteira. Caxias sabia que precisa negociar com eles e pode-se inferir que manteve contato com vários outros proprietários para garantir seus apoios na formação das tropas militares que invadiriam o Uruguai (VARGAS, 2013).

Um dos seus destinatários seria justamente Domingos José de Almeida, que escreveu a outros amigos para que fizessem o mesmo:

Compatriota e amigo, S. Ex^a o Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província e Comandante em chefe do Exército, me incumbiu da honrosa comissão de convidar aos meus antigos companheiro de trabalhos para coadjuva-lo no afanoso empenho em que se acha de vingar os ultrajes que nossos compatriotas estabelecidos no Estado Oriental têm recebido das autoridades dele, de reclamar pronta indenização dos bens que lhes hão extorquido e de prefixar definitivamente os limites do Império com o referido Estado; e considerando eu a V. Mcê, possuindo ainda o patriotismo que desenvolveu e tanto se distinguiu quando oficial do Exército da extinta República Rio-grandense, o conjuro para sem perda de tempo, com a gente que puder reunir, apresentar-se àquele digno general, nosso sincero amigo (...)⁹⁸.

Durante os preparativos para as campanhas contra Oribe e Rosas, em 1851, Almeida exerceu particular atuação no recrutamento para as tropas, produzindo listas detalhadas de homens em condições de servir, baseadas em seu conhecimento das experiências dos indivíduos em conflitos anteriores, especialmente entre os que engrossaram as fileiras da extinta República (MENEGAT, 2009).

Com o fim da Guerra contra Rosas e Oribe (1851-1852), e a vitória do Império brasileiro, os charqueadores e estancieiros foram amplamente beneficiados. Os tratados⁹⁹ impostos pelo Império aos derrotados possibilitaram aos rio-grandenses continuarem explorando economicamente as estâncias uruguaias, levando consigo os seus escravos campeiros que, devido à abolição no país vizinho, entravam como peões contratados (DORATIOTO, 2002).

Com este favorecimento político à indústria charqueadora rio-grandense, a retomada da economia pelotense foi notável, ao contrário dos concorrentes orientais. Dos 37 saladeros que existiam no Uruguai em 1842, somente 3 ou 4 continuaram funcionando normalmente no início dos anos 1850. Além disso, a falta de bovinos, decorrente da longa guerra civil oriental, era um dos principais fatores da crise uruguiaia. As mais de 6 milhões de cabeças de gado existentes no país em 1843 caíram para pouco menos de 1.900.000, dos quais

⁹⁸ AAHRGS, vol. 3, CV – 664, p. 527.

⁹⁹ Os tratados apresentavam várias cláusulas, sendo que a proibição do confisco de terras, a tarifa de 25% sobre o charque uruguiaio (tasajo) importado pelos portos brasileiros e a livre passagem do gado uruguiaio para o território rio-grandense foram as mais comemoradas pelos estancieiros rio-grandenses e charqueadores pelotenses (ZABIELLA, 2002).

1/3 permanecia em estado selvagem. Depois dos tratados, as vendas de charque uruguaio despencaram de 618.926 arrobas para 126.062 arrobas, em 1854-55.80 Ou seja, neste curto período as charqueadas pelotenses enfrentaram uma baixa concorrência. A escassez do charque no mercado brasileiro fez os preços do produto aumentarem bastante, favorecendo os pelotenses. (VARGAS, 2013, P. 312).

Ainda que após o conflito a situação no espaço fronteiriço continuasse conturbada, a partir de então as charqueadas começam a ser reestruturadas e a situação econômica de Domingos José de Almeida começou a ser refeita, assim como outros comerciantes e criadores (VARGAS, 2013).

Domingos José de Almeida levaria mais de uma década após a Guerra dos Farrapos para reaver seu patrimônio. Não tendo sido cumpridas as promessas do Império quando da assinatura da paz de Ponche Verde, em 1858, Almeida lança o jornal *Brado do Sul* para defender os interesses dos ex-companheiros de luta e também com o objetivo de publicar uma história da República rio-grandense.

CONCLUSÃO

A investigação aqui apresentada se propôs a entender a atuação de Domingos José de Almeida, charqueador, político local e Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense na Província do Rio Grande de São Pedro dentre as décadas de 1830 a 1850. Para esta investigação usamos como fonte principal as correspondências trocadas entre Domingos José de Almeida com lideranças farroupilhas e com sua esposa Bernardina Rodrigues Barcellos.

A análise das correspondências nos mostrou as relações existentes entre Almeida e demais líderes farroupilhas, em que foi possível observar o charqueador ocupando o posto de Ministro da Fazenda realizando negócios em nome da República Rio-Grandense. A partir dos documentos podemos concluir que Almeida a partir do cargo que presidia usou deste para realizar negócios particulares e estreitar/renovar suas redes comerciais. As cartas mostraram também que as tentativas de Domingos José de Almeida em refazer suas finanças após a Guerra dos Farrapos.

A escolha da atuação comercial e política na província do Rio Grande do Sul dentre as décadas de 1830 a 1850 não se deu de forma aleatória. O personagem que é objeto deste e de outros trabalhos acadêmicos já produzidos instigou e segue a instigar vários questionamentos e problemáticas para esta e para novas pesquisas. A partir da investigação deste homem de negócios pode-se examinar questões mais amplas, como relações comerciais particulares e públicas realizadas por Almeida enquanto Ministro da Fazenda da República Rio-Grandense, além da análise o contexto comercial e político da primeira metade o século XIX na região fronteira platina.

Partindo dos resultados demonstrados nesta pesquisa, resta claro que para um exame aprofundado sobre a atuação de Domingos José de Almeida na República Rio-Grandense não poderíamos separar a figura do charqueador, a do político local e mais tarde Ministro da Fazenda. Almeida foi personagem-chave nos interesses dos Farroupilhas, devido ao seu poderio econômico, influência local e as redes comerciais e intelectuais que já possuía no prelúdio da revolta. Ao mesmo tempo, o então Ministro da República Rio-Grandense soube garantir seus interesses próprios – e o de seus pares – para que estes se consolidassem e expandissem.

Ao iniciarmos nossa pesquisa analisando as relações matrimoniais na primeira metade do século XIX, especificamente o casamento entre Domingos José de Almeida e

Bernardina, procuramos demonstrar que é a partir do casamento que Almeida que ocorre sua inserção na elite local charqueadora de Pelotas, o que lhe trás prestígio e a possibilidade de admissão a política local pelotense. A participação na política pelotense permitiu a Almeida o contato com importantes figuras da elite rio-grandense e a partir destes interlocutores a formação de redes de compadrios que solidificam o poder local do charqueador. Vimos também o trabalho de Domingos José de Almeida na criação de escolas de primeiras letras, atentando para a importância da instrução do povo. A criação de jornais também foi uma estratégia utilizada por entender estes como uma ferramenta de instrução da população.

Observamos que o matrimônio com Bernardina Rodrigues Barcellos foi um catalisador na ascensão local de Domingos José de Almeida, que, através do casamento, construiu a oportunidade de agir em meio a uma extensa rede de contatos comerciais ao qual a família da esposa se encontrava inserida. A partir dessa inserção a elite local pelotense observamos a manutenção e renovação do poder local a partir de relações interpessoais como matrimônios, compadrios, alianças comerciais e políticas.

Para desenvolver este trabalho, consideramos interessante contextualizar a formação do espaço da Província de São Pedro política e economicamente, onde destacamos a inserção de Almeida no processo de formação das charqueadas, refletindo sobre os antecedentes da Guerra dos Farrapos. A partir desta contextualização sobre a revolta buscamos observar algumas das questões que serviram para a eclosão do conflito. Podemos afirmar que o cerne dessa pesquisa foi a análise da participação de Almeida na Guerra dos Farrapos. A partir dessa afirmação examinamos as relações existentes entre os rio-grandenses e seus vizinhos platinos e a partir disso como Domingos José de Almeida se fez valer deste espaço para benefícios próprios em um período de guerra.

Por fim, examinamos os últimos anos do conflito antes do Tratado de Ponche Verde, estendendo nossa análise até 1850. Para isto começamos nossa análise em 1839, quando as fontes consultadas indicam o declínio da capacidade política e militar da República Rio-grandense e a paulatina retomada da hegemonia imperial no território sul rio-grandense. A partir disto discutimos a participação de Domingos José de Almeida nesse processo final do conflito e período posterior, observando também a partir da instauração desse período crítico (1839) as estratégias utilizadas pelo barão de Caxias (como as anistias, pagamento de indenizações, etc.) para colocar fim a maior revolta do período regencial. Em meio a esse contexto, examinamos a situação específica de

Domingos José de Almeida, verificando como se encontrava nos anos finais da revolta, quais e porque razões fundamentava suas escolhas, quais relações de fidelidade construídas nos anos de guerra foram mantidas após o conflito e como Almeida tentou reaver os investimentos feitos durante o Estado da República Rio-grandense.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Anais. Porto Alegre, v. 2 e 3. 1978.

ARRIOLA, A. T. Propuesta de definición histórica para región. **Estudios de Historia Moderna y contemporánea de México**, nº 35, enero-junio 2008.

BARBOSA, Carla Adriana. **A Casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835-1845)**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS: 2009.

BARCELLOS, Ramiro Fortes de. **A revolução de 1835 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Corag, 1986.

BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BARRETO, Abeillard. **Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos. Porto Alegre, 1986.

BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (orgs.). **A Escola Elementar no Século XIX: O Método Elementar/Mutuo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

BERUTE, Gabriel Santos. Negócios em tempos de guerra: apontamentos iniciais sobre a atividade mercantil durante a Guerra dos Farrapos. In: **Anais IX encontro Estadual de História** – ANPUH/RS, 2008.

_____. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Tese de Doutorado. PPG-História da UFRGS, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro. DIFEL/Bertrand Brasil, 2007.

CALVET FAGUNDES, Morivalde. **História da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **A política exterior do Império**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, 1998.

CAMPOS, Cristiano Soares. **Antonio Vicente da Fontoura: Atuação ao longo da Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Trabalho de Conclusão de Curso em História, UFSM, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. 2. Ed. rev. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A ‘**experiência republicana**’, 1831-1840”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II, 2º volume. O Brasil monárquico Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CESAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil**. Caxias/Porto Alegre: UCS/EST, 1978.

CUNHA, José Zeferino da. Apontamentos para a história da Revolução Farroupilha de 1835. **Biografia de Domingos José de Almeida**. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORNELLES, Laura de Leão. **Risorgimento e Revolução: Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2010.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **Revolução Farroupilha**. Pelotas: EGUFPEL, 2002.

FAGUNDES, Rosicler Maria Righi. **Esfaqueamento no púlpito: o comércio e suas elites em Cachoeira do Sul na segunda metade do séc. XIX (1845-1865)**. São Leopoldo, RS: 2009. 159p. Dissertação (mestrado)– Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e da Demografia Histórica. IN: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro F. **Domínios da História. Ensaios de Teorias e Metodologia**. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 241-258.

FARINATTI, Luís A. E. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, Gabriela. Conflitos no Rio da Prata. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial – Vol. I – 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense: realidade e utopia**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. **Dicionário de História do Brasil**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008.

FRAGOSO, Augusto T. **A Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. **Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica**. In: Revista Topoi. Rio de Janeiro: UFRJ, set. 2002, p. 41-70.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

FREGA, Ana (Org.). **Historia Regional y Independencia del Uruguay: Proceso históricos y revisión crítica de sus relatos**. Uruguay: Ed. Banda Oriental. 2009.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL, José Hildebrando (org.). **A revolução farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FORTES, Amyr Borges; Wagner, João Baptista Santiago. **História Administrativa, judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 1963.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002 (Dissertação de Mestrado).

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escritas da História: a título de prólogo. In: _____. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. “**Clientelismo na cultura política brasileira: Toma lá dá cá.**” In: Publicações Braudel Papers, 15. ed., p.1-14, 2003. Disponível em: <<http://www.braudel.org.br/paper15.htm>>. Acesso em: 04/11/2015.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1997

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: vértice, 1990.

HAMEISTER, Martha D. **O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727 – c. 1763)**. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2002.

HEINZ, Flávio M. Introdução. In: _____. **Por outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HESS, Carlos R. **A formação da identidade do gaúcho**. XII Seminário Intermunicipal de Pesquisa. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Guaíba/RS, 2009.

IMIZCOZ, José María. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. **Revista da Faculdade de Letras – História**, Porto, III série, v. 5, p. 115-140, 2004.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

LAYTANO, DANTE. **A História da República Rio-Grandense**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LEITMAN, Spencer Lewis. **Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX**, Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LESSA, Barbosa. **Domingos José de Almeida**. Porto Alegre: Tchê/RBS, 1985.

MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor: Inglaterra, 1300-1840**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MARAVALL, Jose Antonio. **Poder, honor y élites en el siglo XVII**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1979.

MARQUES, Letícia Rosa. **Domingos José de Almeida e José Mariano de Matos: A questão dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

_____. **José Marianno de Mattos: conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS, 2013.

MATTOS, Ilmar R. de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MENDES, Jeferson dos S. **O barão Caxias na guerra contra os farrapos**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2011.

MENEGAT, Carla. **O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MIRANDA, Márcia Eckert. **Rio Grande do Sul: tributação e economia (1699-1945). 1998**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPG-Economia/UFRGS, Porto Alegre, 1998.

MOTA, Antonia da Silva. **As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

NAZZARI, Muriel. **O Desaparecimento do Dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, Ilka. **Domingos José de Almeida e sua descendência**. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.

NUNES, Dúnia dos Santos. **A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiriço platino. A Revolução Farroupilha (1835-45)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação de História da UFRGS. Porto Alegre, 1999.

_____. **O federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001

PADRÓS, Enrique Serra. **Fronteira e integração fronteiriça: elementos para uma abordagem conceitual**. Humanas, Porto Alegre, v. 17, n. 1/2, p. 68-70, jan./dez. 1994.

PEREIRA, Alessandro de Almeida. **A Base Política da República Rio –Grandense: A Construção do Estado independente e o poder local.** 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

PESAVENTO, Sandra. Farrapos, Liberalismo e Ideologia. In: DACANAL, José Hildebrando(org.). **A Revolução Farroupilha: História e Interpretação.** Porto Alegre, Mercado Aberto,1985.

_____. **A invenção da Sociedade Gaúcha.** In: Ensaio FEE. Porto Alegre: Vol. 14, n. 2, 1993.

PICCOLO, Helga I. O Processo de Independência do Brasil. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coords.). **História Geral do Rio Grande do Sul – Vol. 2, Império.** Passo Fundo: Méritos, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: **Estudos Históricos.** São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais, 1989

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1978, p. 123-142.

_____.**Evolução Política do Brasil. Colônia e Império.** São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 43-58.

PRADO, Maria Lígia Coelho. “Emblemas de Brasil em la historiografía del siglo XIX: Monarquía, unidad territorial y evolución natural”. In: PALACIOS, Guillermo. (coord.). **La nación y su historia. Independências, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX.**México, DF: El Colégio de México. Centro de Estudios Históricos, 2009.

KLAFKE, Álvaro Antônio. **O Império na província: construção do Estado nacional nas páginas de O propagador da Indústria Rio-grandense – 1833-1834.**Porto Alegre: PPG-História/UFRGS, 2006.

KÜHN, Fábio. **A Gente da Fronteira: Família Sociedade e Poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII.** 2006.Tese (Programa de Pós-Graduação em História)– Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. **As Mulheres No Cotidiano Do Rio Grande Do Sul Farroupilha**. “Outros Olhares sobre a Revolução Farroupilha”, Palácio da Justiça, Porto Alegre/RS, 2008.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do MERCOSUL: a Região Platina colonial**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

RÉMOND, René. “Uma história presente” e “Do político”. In: REMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

ROSA, Othelo. **Vultos da Epopeia Farroupilha**. Porto Alegre: Globo, 1935.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento**. São Paulo, século XVII. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003, p.23.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. “**A Arte de Governar**”: Redes de poder e relações familiares entre os juízes almotacés na Câmara Municipal de Rio Pardo/RS, 1811 – c. 1830. São Leopoldo: Tese de Doutorado, UNISINOS, 2012.

SCHMIDT, Benito B. Biografia e regime de historicidade. **Revista Métiis: Historia & Cultura**. Vol. 2, n. 3, p. 57-72, jan/jun. 2003.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. “**Não admitindo escusa alguma**”: **confiscos e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835-1845)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2014.

SCHNEIDER, Regina Portella. **Instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

SOUZA LOPES, Aparecida de; ORTELLI, Sara. **Fronteiras americanas: entre interações e conflitos, séculos XVIII-XX**. Estudos de História, Franca, v. 13, n. 2, p. 13, 2006.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Susana Bleil. A fronteira do sul: trocas e núcleos urbanos: uma aproximação histórica. In: **Fronteiras no MERCOSUL**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

_____. A fronteira “gaúcha” e a intermediação regional no porto de Montevideu no início do século XX. **RILA. Revista de Integração Latino-Americana**. Universidade Federal de Santa Maria. Volume I. 2º Semestre de 2008.

SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha**. Petroquímica Triunfo, 1987.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da C. **Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica - PUCRS, 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. **Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VASCONCELOS, H.P. Uruguay-Brasil. **Comercio e Navegação 1851- 1927**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, V.1.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 189–221.

VILLELA, Urbano Lago. **O fundador de Uruguaiana: Domingos José de Almeida**. Editora Pelotense. 1977.

VOLKMER, Márcia S. **“Onde começa ou termina o território pátrio”: os estrategistas da fronteira – empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí, 1893-1928)**. Dissertação

de mestrado em História, Universidade do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2007.

XAVIER, Itamaragiba Chaves; AMARAL, Giana Lange do. **Domingos José de Almeida e a Instrução Pública na República Rio-Grandense (1836-1845)**. Revista Didática Sistêmica, 14p., volume nove, 2009.

ZABIELLA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites**. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2002;

ZALLA, Joselito; MENEGAT, Carla. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. **Revista Brasileira de História**. Vol.31 no. 62, São Paulo, 2011.

MAPAS

RHODEN, Luiz F. **A fronteira sulina no Brasil na primeira metade do século XIX e seus traçados urbanos**. In: Cadernos PPG-AU/UFBA, Vol.8, nº dois. 2007.

SCHMITT, Ânderson Marcelo. **“Não admitindo escusa alguma”**: confiscos e recrutamentos na guerra civil rio-grandense (1835-1845). Universidade de Passo Fundo, 2014, p. 42.

FONTES PRIMÁRIAS PUBLICADAS

ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, (AAHRS – Coleção Varela), 17 volumes. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

COLETÂNEA DE DOCUMENTOS DE BENTO GONÇALVES DA SILVA – 1835/1845. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

Periódico *El Republicano*, Montevideu, Nº 118, 24 de setembro de 1836.

Jornal *O Povo*. Museu de Comunicação José Hipólito da Costa.

CÉSAR, Guilhermino. O Conde de Piratini e a Estância da Música: Administração de um latifúndio rio-grandense em 1832. Porto Alegre/ Caxias do Sul: EST/IEL, 1978.

CUNHA, José Zeferino da. Apontamentos para a história da revolução de 1835. Biografia de Domingos José de Almeida. Pelotas: Tipografia da Livraria Americana, 1902.

ALMEIDA, Domingos Jose de. O Cidadão Domingos Jose de Almeida a Seus Compatriotas. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário Revolução Farroupilha, 1986.

FONTOURA, Antonio Vicente da. **Diário**. Porto Alegre: Sulina/Martins, Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MUSEU E ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Documentos Interessantes para o Estudo da Grande Revolução de 1835-1845. 1º volume. O Povo (Edição fac-simile da coleção completa). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.

ANEXOS

Anexo A: Convites de compadrio feitos por Domingos José de Almeida e Bernardina Barcellos.

Fonte: ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livro de Batismo, nº 2, 3 e 4 (1825-1844); NEVES, Ilka. Domingos José de Almeida e sua descendência. Porto Alegre: Edgal, 1987. (Apud. NUNES, 2013, p.112).

CRIANÇA	BATISMO	PADRINHO	MADRINHA
Domingos	05/10/1825	Bernardino Rodrigues Barcellos (avô materno)	Maria Francisca da Conceição (avó materna)
Domingos	17/02/1827	Joaquim Rodrigues Barcellos (primo materno)	
Bernardino	11/04/1829	João Antônio Martins	Maria (avó materna)
Luís Felipe	23/05/1829	João Batista de Figueiredo Mascarenhas	Manuela Adelaide de Moreira de Mascarenhas
Custódia	23/08/1831	Feliciano Nunes Pires	Rita de Cássia Nunes
Maria Isabel	27/10/1833	João Batista Fernandes	Rafaela Benigna de Lima Fernandes
Junius Brutus Cássio	20/10/1834	João Rodrigues Barcellos (tio materno)	Francisco Florêncio da Rocha
Epaminondas	02/02/1836	Cipriano Joaquim Rodrigues Barcellos (primo materno)	Carolina Josefina da Câmara Barcellos
Abrilina Decimanona Caçapavana	29/04/1839	Bento Gonçalves da Silva	José da Silva Brandão
Maria Carlota	03/1841	Joaquim de Souza	Joaquina Carlota Veridiana de Souza
Pelópidas Bagelino	03/03/1842	Manoel Rodrigues Barbosa	Maria Madalena Barbosa
Epaminondas Piratinino	04/03/1844	José Joaquim da Silva Maia	Nossa Senhora da Conceição

Anexo B: Convites de compadrio recebidos por Domingos José de Almeida.

Fonte: ARQUIVO DA MITRA DIOCESANA DE PELOTAS. Livro de Batismo, nº 2, 3 e 4 (1825-1844),(Apud. NUNES, 2013, p.112).

CRIANÇA	BATISMO	PAI	MÃE
Euletério	28/04/1822	Serafim dos Santos Robalo	Ana Barcellos de Lima
Francisco	15/08/1824	Bernardino Rodrigues Barcellos	Maria Francisca da Conceição
Bernardina	31/05/1828	Paulino da Silva Leite	Ana Angélica da Silva
Henrique	20/07/1828	João Batista de Figueiredo Mascarenhas	Manuela Adelaide de M. de Mascarenhas
Custódia	03/01/1829	Baltazar Gomes Bastos	Luzia Maria da Fonseca
Maria	11/04/1829	Boaventura Inácio Barcellos	Simiana e Barcellos Lima
Bernardina	29/07/1829	João Ferreira Paes Filho	Teresa Ferreira de Souza
Emiliana	23/12/1829	Antônio Pereira de Oliveira	Maria Inácia
Melchior	28/03/1831	Melchior José Rodrigues Soares	Joana Maria Soares
Maria	28/09/1831	Antônio da Boa Nova	Maria Julia dos Santos
Domingos	28/09/1831	José Borges de Abreu Leite Lobo	Joaquina de Jesus Borges
Quincio	05/01/1834	Joaquim Rodrigues Barcellos	Maria José Rodrigues Chaves
Régulo	24/02/1835	Jerônimo Teixeira de Almeida	Florinda Joaquina de Almeida